



*Uma violação dos Direitos Humanos*

**09, 10 E 11 DE DEZEMBRO DE 2020**

**V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR:  
UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.**

**REALIZAÇÃO:**



 **@gpviouesb**

**APOIO:**



**2020. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Departamento de Saúde II. Laboratório de Saúde Coletiva. Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde. V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. ISSN 2237-1877**

**REITOR**

Luiz Otávio de Magalhães

**VICE-REITOR**

Marcos Henrique Fernandes

**PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS**

Glêide Magali Lemos Pinheiro

**DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE II**

Lyra Cândida Calhau Rebouças

**COORDENADORA DO LABORATÓRIO DE SAÚDE COLETIVA**

Daniela Márcia Néri Sampaio

**COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ENFERMAGEM E SAÚDE**

Adriana Alves Nery

**COORDENADORA DO V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.**

Vanda Palmarella Rodrigues

**COMISSÃO CIENTÍFICA/ ORGANIZADORES**

Vanda Palmarella Rodrigues (Coordenação)

Aline Vieira Simões

Elba Miranda Nascimento

Gilberto Alves Dias

Juliana Costa Machado

Larisse Ramos de Oliveira

Luanna Rodrigues de Jesus

Mariana Vieira Bastos

Ninalva de Andrade Santos

Roberta Laíse Gomes Leite Moraes

Vilara Maria Mesquita Mendes Pires

**COMISSÃO CIENTÍFICA/ PARECERISTAS**

Carine de Jesus Soares

Charles Souza Santos

Daniela Márcia Neri Sampaio

Daniela Sousa Oliveira

Evely Rocha Lima

Flávia Pedro dos Anjos Santos

Flavia Silva Souza

Jelber Manzoli dos Santos

Jeniffer Souza Silva

Juliana da Silva Oliveira

Luana Machado Andrade

Luanna Rodrigues de Jesus

Luma Costa Pereira

Marcela Andrade Rios

Márcio Pereira Lobo

Marizete Argolo Teixeira

Ninalva de Andrade Santos

Patrícia Anjos Lima de Carvalho

Rosália Teixeira Luz

Rhaine Borges Santos Pedreira

Silvio Arcanjo Matos Filho

Thainan Alves Silva

Thalane Souza Santos

Uanderson Silva Pirôpo

Vivian Mara Ribeiro

Wilkslam Alves Araújo

Zulmerinda Meira Oliveira

**COMISSÃO CIENTÍFICA/ AVALIADORES**

Aline Vieira Simões

Daniela Márcia Neri Sampaio

Luana Machado Andrade

Luanna Rodrigues de Jesus

Roberta Laíse Gomes Leite Moraes

Silvio Arcanjo Matos Filho

Vilara Maria Mesquita Mendes Pires

Vivian Mara Ribeiro

## APRESENTAÇÃO

Os Anais do V Encontro sobre Violência Intrafamiliar: uma violação dos direitos humanos é uma publicação do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO) cadastrado na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Estadual de Sudoeste da Bahia (UESB) e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em parceria com o Laboratório de Saúde Coletiva, o Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde (PPGES) e a disciplina Estágio Curricular Supervisionado I.

O evento foi realizado na modalidade on-line nos dias 9, 10 e 11 de dezembro de 2020 das 14 às 21 horas, através de ambiente virtual e teve como objetivo fomentar discussões sobre as diversas formas de violência, destacando-as como violação dos direitos humanos. Essa quinta edição tem como foco principal discutir conceitos e ações voltados para a educação, a paz e a prevenção da violência. Assim, propomos uma abordagem transdisciplinar, que dê visibilidade à comunicação não violenta, discuta o contexto da formação profissional e apresente experiências de grupos reflexivos para homens e círculos de construção de paz.

Nesta edição, estão publicados os resumos expandidos apresentados nas sessões de comunicação oral, sendo 38 trabalhos apresentados por pesquisadores envolvidos com o enfrentamento da violência doméstica e ações da saúde coletiva no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) que apresentam imbricações no contexto da violência.

Agradeço à equipe executora do evento que contou com a colaboração de docentes e acadêmicos dos cursos de graduação em enfermagem e fisioterapia, docentes e mestrands do PPGES/UESB e aos integrantes do corpo editorial dos Anais, aos palestrantes pela disponibilidade, à comissão científica, à coordenação do Laboratório de Saúde Coletiva, à coordenação do PPGES/UESB, à Pró-Reitoria de Pesquisa, à Assessoria de Comunicação da UESB (ASCOM), à Coordenação da *Home Page* da UESB, à UINFOR, Edições UESB.

Finalmente, agradeço aos autores pela preocupação e interesse em dar visibilidade aos aspectos e nuances que envolvem o fenômeno da violência, suscitando reflexões para seu enfrentamento.

Vanda Palmarella Rodrigues  
Coordenação do V Encontro sobre violência intrafamiliar:  
uma violação dos direitos humanos

## SUMÁRIO

<b>VIOLÊNCIA DOMÉSTICA SOFRIDA POR MULHERES EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19</b> .....	08
Débora Mical de Almeida Calixto; Alice Nunes de Barros; Marta Danielle Ferreira da Silva; Claricy Miguel da Silva; Flávia dos Santos Lima; Regina de Souza Alves.	
<b>ISOLAMENTO SOCIAL E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA PANDEMIA: UM PANORAMA DA REGIÃO NORDESTE</b> .....	12
Jane de Sousa Cardim; Vanda Palmarella Rodrigues.	
<b>VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA BAHIA NO PERÍODO DE PANDEMIA DA COVID-19</b> .....	16
Tainara Costa dos Santos; Letícia Souza Barreto; Letícia Muniz Fonseca; Yasmin Magalhães Ribeiro; Amália Nascimento do Sacramento Santos; Cristiane dos Santos Silva.	
<b>ISOLAMENTO SOCIAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID- 19 E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: REVISÃO INTEGRATIVA</b> .....	20
Jane de Sousa Cardim; Vanda Palmarella Rodrigues.	
<b>IMPACTOS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO PERÍODO DE PANDEMIA DA COVID-19: REVISÃO INTEGRATIVA</b> .....	24
Amanda de Alencar Pereira Gomes; Vanda Palmarella Rodrigues.	
<b>HOMICÍDIOS FEMININOS NO ESTADO DO PARANÁ: ANÁLISE TERRITORIAL DE REGISTROS OFICIAIS ENTRE 2014 E 2018</b> .....	28
Vanessa de Oliveira Lucchesi; Mirian Gomes de Souza; Marcos Cláudio Signorelli; Clóvis Wanzinack.	
<b>VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO EM CONTEXTO DE PANDEMIA NO ESTADO DA BAHIA</b> .....	32
Jadson Oliveira Rodrigues; Adrielle de Jesus Silva; Joice Oliveira Nascimento Batista; Cristiane dos Santos Silva; Patrícia Figueiredo Marques.	
<b>VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NEGRAS E FATORES CAUSAIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	36
Fernanda Oliveira Santos; Crisley Aiala Souza de Novaes; Sara Hellen Santos Silva; Karina Nascimento de Jesus; Ana Flávia Oliveira Santos; Claudineia Matos de Araújo.	
<b>ATUAÇÃO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: REVISÃO INTEGRATIVA</b> .....	40
Maria Vitória Oliveira Couto; Aline Viera Simões; Vanda Palmarella Rodrigues; Roberta Laíse Gomes Leite de Moraes; Larisse Ramos de Oliveira, Juliana Costa Machado.	

<b>TECNOLOGIAS RELACIONAIS NA ASSISTÊNCIA ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: REVISÃO INTEGRATIVA .....</b>	<b>44</b>
Bruna Cabral Barreto de Souza; Aline Vieira Simões; Vanda Palmarella Rodrigues; Roberta Laíse Gomes Leite Moraes; Elba Miranda Nascimento; Juliana Costa Machado.	
<b>AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES DE PROMOÇÃO E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>49</b>
Raissa Brito Teixeira; Ranna Gabriele Sampaio da Conceição; Tamiles Souza Oliveira; Layres Canuta Cardoso Climaco.	
<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER .....</b>	<b>53</b>
Kristine Kelly de Albuquerque; Etiane Cristine de Oliveira.	
<b>ESTRATÉGIAS UTILIZADAS POR MULHERES NO PROCESSO DE SUPERAÇÃO DE TRAUMAS ADVINDOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA VIVIDA .....</b>	<b>58</b>
Larissa Conceição Deveza; Rose Manuela Marta Santos.	
<b>ENVELHECIMENTO E SEXUALIDADE DA MULHER IDOSA VIVENCIADA NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO .....</b>	<b>62</b>
Larisse Ramos de Oliveira; Vaniele Pereira Sampaio; Luana Machado Andrade; Edmeia Campos Meira; Vanda Palmarella Rodrigues.	
<b>REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE SOBRE A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: REVISÃO INTEGRATIVA .....</b>	<b>67</b>
Esther Aderno Souza; Juliana Costa Machado; Aline Vieira Simões; Vilara Maria Mesquita Mendes Pires; Elba Miranda Nascimento; Vanda Palmarella Rodrigues.	
<b>PLANO DE PARTO E AUTONOMIA NO PROCESSO PARTURITIVO: REVISÃO INTEGRATIVA .....</b>	<b>71</b>
Elba Miranda Nascimento; Mariana Vieira Bastos; Vanda Palmarella Rodrigues.	
<b>CONHECIMENTO DE GESTANTES E PUÉRPERAS SOBRE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA .....</b>	<b>75</b>
Maria Clara Pinto de Andrade Muller; Juliana Costa Machado; Aline Vieira Simões; Roberta Laíse Gomes Leite Moraes; Larisse Ramos de Oliveira; Vanda Palmarella Rodrigues.	
<b>CONHECIMENTO DE MULHERES SOBRE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA APÓS ASSISTÊNCIA NO PROCESSO DE PARTURIÇÃO: REVISÃO INTEGRATIVA .....</b>	<b>79</b>
Amanda de Alencar Pereira Gomes; Vanda Palmarella Rodrigues.	
<b>ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER PRIVADA DE LIBERDADE .....</b>	<b>83</b>
Micaela Leão de Sousa; Angelle Matias Melo; Evelin Matos Marambaia Souza; Esther Aderno Souza; Bárbara Santos Ribeiro.	

<b>EXPERIÊNCIAS ACADÊMICAS NO GRUPO DE PESQUISA VIOLÊNCIA, SAÚDE E CULTURA DE PAZ .....</b>	<b>87</b>
Gilberto Alves Dias; Vanda Palmarella Rodrigues.	
<b>REPENSANDO O PROCESSO DE VIOLÊNCIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM ESTÁGIO .....</b>	<b>91</b>
Emanuelli Zequinelli Rosa dos Santos; Nathália Cristina Terêncio C. de Souza; Odilza Lines de Almeida.	
<b>EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES DA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NO ÂMBITO ESCOLAR .....</b>	<b>95</b>
Kristine Kelly de Albuquerque; Halline Iale Barros Henriques.	
<b>GÊNERO E O HABITUS DA NOTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR PELOS PROFESSORES DE ESCOLAS PÚBLICAS .....</b>	<b>99</b>
Marilurdes Silva Farias; Luci Regina Muzzeti; Maria das Graças Carvalho Ferriani; Marta Angélica Iossi Silva.	
<b>VIOLÊNCIA INFANTIL E A CONDOTA DO PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM.....</b>	<b>104</b>
Ananda Sodrê Silva; Thainan Alves Silva; Laís Silva dos Santos; Edite Lago da Silva Sena; Alba Benemérita Alves Vilela.	
<b>CARACTERIZAÇÃO DAS NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIAS ENTRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE MATINHOS PR .....</b>	<b>108</b>
Mariangela Cristina Henz; Neiva de Souza Daniel; Clóvis Wanzinack; Tainá Ribas Mélo.	
<b>ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR: UMA GRAVE VIOLAÇÃO AO DIREITO À SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES .....</b>	<b>112</b>
Isabela Alves Mattos; Elton Moreira Quadros.	
<b>VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES SOB A ÓTICA DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DURANTE A COVID-19 .....</b>	<b>116</b>
Raquel Costa Caldas; Antônio do Carmo Moreira Neto; Mariana Alves dos Santos; Manuela Alves dos Santos; Nilton Cesar Nogueira dos Santos; Livia Maria Andrade Freitas	
<b>PRINCIPAIS MANIFESTAÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: REVISÃO INTEGRATIVA .....</b>	<b>120</b>
Liz Stefany Moreira Santos; Crisley Aiala Souza de Novaes; Vanda Palmarella Rodrigues, Vilara Maria Mesquita Mendes Pires; Aline Vieira Simões; Roberta Laise Gomes Leite	
<b>VIOLÊNCIA CONTRA ADOLESCENTES E OS FATORES RELACIONADOS AO PROCESSO DE SAÚDE-DOENÇA NESSA FAIXA ETÁRIA .....</b>	<b>124</b>
Cristian Lucas dos Santos Bezerra; Sthefanie de Souza Alcantara; Gleice Moura Silva; Paloma Dias Duarte; Iago Prina Rocha; Norma Lopes de Magalhães Velasco Bastos.	

<b>IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DO CYBERBULLYING NA VIDA DOS ADOLESCENTES .....</b>	<b>128</b>
Jonas de Jesus Carvalho; Myllena Ferreira Rabelo; Kaique Vinicius da Cruz Santos Aguiar; Greice Kely Oliveira de Souza.	
<b>TRAUMAS SEXUAIS EM ADOLESCENTES: UM OLHAR NEUROCIENTÍFICO DO EDUCADOR .....</b>	<b>132</b>
Shirley Santos Nascimento.	
<b>PANDEMIA 2020: PRINCÍPIO DE CAUSA-EFEITO DA AUTOMUTILAÇÃO .....</b>	<b>136</b>
Laís Ribeiro da Silveira; Laiane Ribeiro da Silveira; Shirley Santos Nascimento.	
<b>NARRATIVAS DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE MENTAL SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR NA CONVIVÊNCIA COM O ALCOOLISTA .....</b>	<b>141</b>
Thainan Alves Silva; Patrícia Anjos Lima de Carvalho; Edmeia Campos Meira; Sávio Luiz Ferreira Moreira; Edite Lago da Silva Sena.	
<b>FÊNOMENO DA VIOLÊNCIA EM VIVÊNCIAS FAMILIARES PERMEADAS PELO ALCOOLISMO .....</b>	<b>145</b>
Laiza Carvalho Costa; Geisa Araújo Galvão; Larissa de Oliveira Vieira; Andrea dos Santos Souza; Pamella Bispo Botelho; Edmeia Campos Meira.	
<b>PERFIL PSICOLÓGICO DE HOMENS QUE PRATICAM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>149</b>
Crisley Aiala Souza de Novaes; Liz Stefany Moreira Santos; Juliana Costa Machado; Vanda Palmarella Rodrigues; Roberta Laise Gomes Leite Moraes; Vilara Maria Mesquita Mendes Pires.	
<b>VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA O IDOSO EM TEMPO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL .....</b>	<b>153</b>
Bianca Oliveira Souza Martins; Ingrid Santos Farias; Ninalva de Andrade Santos.	
<b>VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA E SUAS REPERCUSSÕES À SAÚDE.....</b>	<b>157</b>
Cristian Lucas dos Santos Bezerra; Najila de Souza Lopes; Ana Paula Silva dos Anjos; Michele Silva dos Santos; Iago Prina Rocha; Norma Lopes de Magalhães Velasco Bastos.	
<b>IMPLICAÇÕES DO TRABALHO EM EQUIPE PARA AS PRÁTICAS DE CUIDADO DO ENFERMEIRO.....</b>	<b>162</b>
Flavia Pedro dos Anjos Santos; Vanda Palmarella Rodrigues; Denise Elen Costa Reis; Tatiana Almeida Couto; Sonia Acioli.	
<b>SOCIALIZAÇÃO DE PESQUISA COMO INSTRUMENTO DE REFLEXÃO PARA AS PRÁTICAS DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE .....</b>	<b>165</b>
Flavia Pedro dos Anjos Santos; Vanda Palmarella Rodrigues; Tatiana Almeida Couto; Moema Santos Souza; Juliana Costa Machado e Denise Elen Costa Reis.	



## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### VIOLÊNCIA DOMÉSTICA SOFRIDA POR MULHERES EM TEMPOS DE PANDEMIA DO COVID-19

Débora Mical de Almeida Calixto<sup>1</sup>  
Alice Nunes de Barros<sup>2</sup>  
Marta Danielle Ferreira da Silva<sup>3</sup>  
Flávia dos Santos Lima<sup>4</sup>  
Claricy Miguel da Silva<sup>5</sup>  
Regina de Souza Alves<sup>6</sup>

#### Introdução

A violência doméstica contra a mulher é um grande problema de saúde pública e causa diversas consequências graves na vida das mulheres tanto psicológicas, ou físicas, dentre as consequências causadas são sentimentos de tristeza, solidão, desânimo, estresse, baixa autoestima, dores no corpo, hematomas, distúrbios do sono, e até a morte. Durante o período de confinamento em decorrência da Pandemia da Covid-19 observou-se um elevado aumento da violência doméstica contra a mulher, devido ao fato destas passarem mais tempo isoladas com parceiros violentos e ficarem separadas de amigos, familiares e dos recursos e serviços necessários para que elas recebam ajuda e apoio. Os custos da violência são elevados, com isso, é necessário existir o apoio a essas mulheres nesse período tão delicado e difícil que todo o mundo vivencia.

#### Objetivo

Investigar quais os tipos de violência doméstica sofrida por mulheres em isolamento social em decorrência da covid-19, de acordo com a literatura.

#### Métodos

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura realizado nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da

<sup>1-5</sup> Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da Sociedade de Ensino Universitário do Nordeste (SEUNE). E-mail: micaldebora@gmail.com

<sup>6</sup> Enfermeira. Mestre. Doutoranda da EERP/USP. Docente do curso de Graduação em Enfermeira da SEUNE.



Saúde (LILACS), plataforma Scientific Electronic Library Online (SciELO), e National Library of Medicine (PubMed). Os descritores em saúde (DECS) utilizados foram: Violência doméstica, isolamento social, coronavírus, o operador booleano “AND”. Para a realização da busca, foram utilizadas as seguintes combinações entre os descritores: Violência doméstica AND isolamento social, Violência doméstica AND coronavírus. A seleção dos artigos foi feita por meio dos seguintes critérios de inclusão: estudos na íntegra que abordem o tema publicado nos últimos cinco anos, nos idiomas português, inglês e espanhol. Foram excluídas, teses, dissertações, monografias, conteúdos que não respondesse à questão da pesquisa e artigos duplicados. Inicialmente foram encontrados cerca de 245 artigos, cujos títulos e resumos foram lidos.

## **Resultados/Discussão**

Após a realização das buscas nas bases de dados foram encontrados 245 artigos sendo eles submetidos à análise e leitura exaustiva. Ao final foram selecionados 12 artigos. Dos 12 artigos, seis (50%) foram encontrados na base de dados SciELO, quatro (33,33%) encontrados na PubMed, um (8,33%) artigo na BVS e um (8,33%) na LILACS, eles foram publicados entre os anos de 2019 a 2020, sendo 11 produções publicadas em 2020, e 1 artigo publicado no ano de 2019.

No que diz respeito ao local de realização dos trabalhos, 7 artigos foram originados do Brasil, 1 publicação estadunidense, 1 publicação australiana, 1 publicação holandesa e 2 publicações espanholas. Dentre os artigos publicados no Brasil, 1 foi na cidade de São Paulo, 1 em Brasília, 3 no Espírito Santo, 1 no Ceará e 1 no Rio de Janeiro. Dos 12 artigos, 7 foram publicados no idioma português, 3 artigos em inglês, e apenas 2 pesquisas em espanhol.

O estudo apontou que a violência doméstica é um fenômeno que tem ganhado grande repercussão em todo o mundo durante o contexto da pandemia pela Covid-19, e afetando a diferentes grupos de todo o mundo, aumentando assim as desigualdades existentes na sociedade. As medidas de confinamento que foram orientadas pelas autoridades sanitárias, vêm sendo indicadas como as responsáveis pelo elevado aumento de violência doméstica em diversos países.

É importante salientar que a violência contra as mulheres não surgiu por conta da pandemia pelo Covid-19, e segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) as causas da violência doméstica são firmadas em fatores históricos, desigualdade de gênero, o machismo, e entre outros fatores estes existentes a muitos anos dentro da sociedade. É observado um aumento da violência contra a mulher durante esse período em termos de continuidade e ameaça, além do aumento dos casos de violência sexual, provocando grandes impactos sobre o estado de saúde das mulheres.

O governo Brasileiro durante a pandemia da Covid-19 registrou um aumento de 9% de casos de violência contra a mulher pelo Ligue 180, na segunda quinzena de março de 2022, período este que no Brasil foi decretado medidas de isolamento social. Em decorrência do confinamento de mulheres com seus agressores, a violência tornou-se mais contínua e repetitiva, e os casos de violência psicológica e sexual sofreram um aumento, impactando também na vida dos filhos dessas mulheres.

O isolamento social juntamente com a precarização do desemprego, dupla jornadas de trabalho que muitas mulheres possuem, são fatores que podem levar o aumento da incidência de violências dentro de casa, especialmente as violências institucionais, pois a injusta divisão de trabalho existente entre os gêneros acaba sobrecarregando a vida das mulheres que

trabalham fora de casa e em sua residência. Durante esse tempo, as violências física, sexual e psicológica acontecem de forma mais frequentes e sobrepostas, a violência psicológica é o tipo de violência mais frequente e de difícil identificação e denúncia.

Os fatores relacionados ao aumento de violência doméstica durante a pandemia são a perda de contato com amigos e familiares, o aumento do consumo de bebidas alcoólicas, condição financeira prejudicada, e diminuição dos serviços de ajuda à mulher, o estresse econômico e perda de cargos de trabalho desestabilizando os homens, causando o aumento de violência doméstica. Com a finalidade de demonstrar as dificuldades enfrentadas por mulheres em ter o acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva durante a pandemia, a coordenação de saúde das mulheres editou no dia 1 de junho, uma nota técnica, na qual recomenda a continuidade dos serviços em casos de violência sexual e aborto legal, favorecendo a continuidade do atendimento as mulheres nessas situações.

Nesse período de isolamento, as mulheres possuem um elevado risco de sofrerem lesões graves em seu corpo e risco grande de casos homicídios. As consequências causadas por meio da violência doméstica provocam danos físicos e psicológicos, além disso, podem causar sentimentos como ansiedade, baixa autoestima, medo e sentimentos de inferioridade.

## Conclusões

O confinamento causou um aumento significativo na violência doméstica, sendo assim, é necessário abordar situações que favoreçam a segurança das mulheres e auxiliem para que estas consigam sair desse contexto de violência. Foi possível identificar que os tipos de violência sexual, física e psicológica sofreram um aumento significativo durante o período de isolamento social em decorrência da Covid-19. Portanto, é necessário criar estratégias que favoreçam o combate a esse número elevado de violência durante esse momento de isolamento social para que esses números elevados possam sofrer uma queda.

**Descritores:** Violência doméstica; Isolamento social; Coronavírus.

**Eixo Temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

## Referências

ACOSTA, M. L. Violencia de género en tiempos de pandemia y confinamiento. **Revista Española de Medicina Legal**, v. 46, n. 3, p.139-145, jul./Sep., 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0377473220300250>. Acesso em: 08 de nov. 2020.

BARBOSA, J. P. M. *et al.* **Interseccionalidade e outros olhares sobre a violência contra mulheres em tempos de pandemia pela covid-19.** 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/328>. Acesso em: 08 de nov. 2020.

CAMPOS, B.; TCHALEKIAN, B.; PAIVA, V. Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em tempos de sars-cov-2/ covid-19 em são Paulo. **Psicologia Sociedade**, Belo Horizonte, v. 32, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822020000100414&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822020000100414&lng=en&nrm=iso) .Acesso em: 08 de nov. 2020.

LIMA, R. C. D. *et al.* **Masculinidade em tempos de pandemia: onde o poder encolhe, a violência se instala.** 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/pps-900>. Acesso em: 08 de nov. 2020.

MACIEL, M. A. L. *et al.* Violência doméstica (contra a mulher) no Brasil em tempos de pandemia (COVID-19). **Revista Brasileira de Análise do Comportamento**, vol. 15, n. 2, p. 140-146, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/rebac/article/view/8767/6248>. Acesso em: 08 de nov. 2020.

MOREIRA, L. E. *et al.* Mulheres em tempos de pandemia: um ensaio teórico-político sobre a casa e a guerra. **Psicologia Sociedade**, Belo Horizonte, v. 32, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822020000100413&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822020000100413&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 08 de nov. 2020.

ROSEBOOM, T. J. **Violence against women in the COVID-19 pandemic: we need upstream approaches to break the intergenerational cycle.** Amsterdam University Medical Centre, Amsterdam, 2020. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/369/bmj.m2327>. Acesso em: 08 de nov. 2020.

SANTOS, L. S. E. *et al.* **Impactos da pandemia de COVID-19 na violência contra a mulher: reflexões a partir da teoria da motivação humana de Abraham Maslow.** 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/pps-915>. Acesso em: 08 de nov. 2020.

USHER, K. *et al.* Family violence and COVID-19: Increased vulnerability and reduced options for support. **International Journal of Mental Health Nursing**, v. 29, p. 549–552, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/inm.12735>. Acesso em: 08 de nov. 2020.

VIEIRA, P. R.; GARCIA, L. P.; MACIEL, E. L. N. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Rio de Janeiro, v. 23, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-790X2020000100201&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2020000100201&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 08 de nov. 2020.



## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### ISOLAMENTO SOCIAL E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA PANDEMIA: UM PANORAMA DA REGIÃO NORDESTE

Jane de Sousa Cardim<sup>1</sup>  
Vanda Palmarella Rodrigues<sup>2</sup>

#### Introdução

Desde dezembro de 2019, quando houve registros dos primeiros casos de *Coronavirus Disease 2019* (COVID-19) na China, algumas medidas sanitárias foram impostas no intuito de diminuir o impacto do coronavírus na saúde pública da população, a exemplo do isolamento social como essencial e indispensável para o enfrentamento da COVID no Brasil e no mundo.

Entretanto, à proporção que o isolamento social foi sendo intensificado, observou-se um incremento nos indicadores de violência contra as mulheres em diversos países (BARBOSA, 2020). No Brasil, apesar da escassez de bases de dados, nota-se que embora o número de denúncias tenha diminuído, houve um aumento dos casos de feminicídios e homicídios de mulheres no país, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020a).

Em virtude da extensa área territorial e da multiplicidade sociocultural, o impacto da pandemia no contexto da violência de gênero repercutiu de maneiras diferentes nas cinco regiões brasileiras. O Nordeste, historicamente marcado pela vulnerabilidade social, aparece nos relatórios oficiais com taxas abaixo da média nacional em relação à diminuição dos registros de ocorrências de violência contra as mulheres. Porém é imprescindível analisar o que de fato esses números podem nos revelar, posto as diversas interfaces que envolvem este fenômeno.

#### Objetivo

Analisar o impacto do isolamento social durante a pandemia de COVID-19 no contexto da violência de gênero na região Nordeste do Brasil.

<sup>1</sup> Enfermeira graduada pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. Servidora Pública Estadual, lotada no Hospital Geral de Ipiaú. E-mail: jane\_cardim@hotmail.com

<sup>2</sup> Enfermeira. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB. Vice-coordenadora do Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde. Líder do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO).

## **Métodos**

Estudo descritivo com dados oriundos dos relatórios oficiais da Secretaria de Segurança Pública do Brasil, incluindo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, atualizado em 19 de outubro de 2020.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública se baseia em fontes oficiais da Segurança Pública, como: relatórios das Secretarias de Segurança Pública estaduais, dados do Tesouro Nacional e informações fornecidas pelas polícias civis, militares e federal (FBSP, 2020a). Também foram analisados dados obtidos da nota técnica Violência doméstica durante a pandemia de COVID-19, emitida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e dos Atlas da Violência 2019 e 2020, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (IPEA; FBSP, 2019; IPEA; FBSP, 2020; FPSP, 2020b).

Tais publicações fornecem dados que podem contribuir efetivamente na produção de conhecimento, além de estimular a análise crítica das políticas públicas para o enfrentamento da violência contra as mulheres e corroborar com a elaboração de medidas mais eficientes.

## **Resultados/Discussão**

Durante a pandemia pelo novo coronavírus o isolamento social vem sendo recomendado avidamente pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (SANTOS D. et al., 2020). Entretanto, com a convivência forçada tem-se observado o aumento dos indicadores da violência doméstica (VIEIRA; GARCIA; MACIEL, 2020). Assim, presume-se a dualidade do distanciamento social. Se por um lado o isolamento protege, por outro lado, pode fomentar a violência contra mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Tal suposição pode ser corroborada através da análise dos indicadores de violência. Segundo o Atlas da Violência 2020, desde 2013 o Brasil seguia uma tendência de redução da taxa geral de homicídios de mulheres. Entre o biênio 2017 e 2018 a violência letal contra mulheres reduziu 9,3%, porém esse declínio contínuo foi interrompido após o advento da pandemia da COVID-19.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020, houve um crescimento de 1,5% de homicídios dolosos de mulheres e de 1,9% nos feminicídios, comparando os primeiros semestres de 2019 e 2020 (FBSP, 2020a). A hipótese mais aceita por estudiosos da área é que fatores inerentes ao atual cenário pandêmico tenham contribuído para o aumento da vulnerabilidade de mulheres em situação de violência.

O relatório supracitado não apresenta essas informações segmentadas por unidades federativas, impossibilitando assim, o recorte de informações sobre homicídios de mulheres na região nordeste durante a pandemia da COVID-19.

No entanto, em 2018 foram assassinadas no Brasil 4.519 mulheres, o que representa uma taxa de 4,3 homicídios para cada 100 mil habitantes do sexo feminino. No Nordeste essa taxa foi maior, 4,9. Com destaque preocupante para o Ceará, cuja taxa foi de 10,8, seguido pelo Rio Grande do Norte, 5,7 e Bahia, 5,5 (IPEA; FBSP, 2020).

Acerca dos homicídios do sexo feminino durante a pandemia, houve um aumento expressivo no Ceará e no Rio Grande do Norte no período de março a maio de 2020, com variações de 104,3 e 25, respectivamente. Números bem mais elevados que a média dos estados selecionados (FBSP, 2020b).

Considerando que a pandemia tem exacerbado problemas já existentes, presume-se que no Nordeste a violência letal contra as mulheres tenha acompanhado o aumento registrado no Brasil no primeiro semestre de 2020.

Apesar do aumento de homicídios, o número de registro de ocorrências diminuiu significativamente. No Nordeste houve um decréscimo de 12,4% no registro de lesão corporal dolosa. Sendo o Piauí o estado que apresentou a diminuição mais acentuada, 37%. Apenas o Rio Grande do Norte registrou aumento no número de ocorrências, sendo 13,6% a mais que 2019. A média nacional foi de -9,9% (FBSP, 2020a).

As ocorrências por ameaça também diminuíram no Brasil, com redução em torno de 15,8% e na região nordeste a diminuição foi semelhante, 13,6%. Exceto, mais uma vez, no Rio Grande do Norte que apresentou aumento de 27,4% e o Piauí novamente foi o estado com maior decréscimo no número de ocorrências, 41,4% (FBSP, 2020a).

O Rio Grande do Norte foi o estado que apresentou o maior crescimento dos indicadores de violências contra as mulheres no decênio de 2007 e 2017, constatando-se que o aumento dos indicadores de violência doméstica no Rio Grande do Norte já era observado em período anterior à pandemia (IPEA; FBSP, 2019).

Uma das hipóteses que versa sobre a diminuição dos registros de ocorrências de violência doméstica durante a pandemia de COVID-19, é a dificuldade de a mulher em situação de violência formalizar a queixa contra os agressores, considerando a fragilidade das redes de apoio e de proteção que vem se intensificando durante o distanciamento social, com o direcionamento dos recursos à contenção da COVID-19 (SANTOS, L. et al., 2020).

Acrescenta-se ainda, o aumento do estresse do agressor, a dependência financeira e o medo da violência atingir os filhos, que também estão restritos ao domicílio, que ampliam a vulnerabilidade de mulheres à violência e ao mesmo tempo as desencorajam à formalização da denúncia (MARQUES et al., 2020).

## **Conclusão**

O estudo demonstra que a taxa de registro de ocorrências de violência contra as mulheres diminuiu no primeiro semestre de 2020 equiparando com o primeiro semestre de 2019, com destaque à região Nordeste em conformidade com a realidade nacional.

No que tange ao aumento dos casos de violência letal contra as mulheres, observa-se uma deficiência de dados por estados o que impossibilitou a análise das taxas referentes à região Nordeste, porém considerando a série histórica e os dados nacionais, presume-se que houve aumento desse tipo de crime na região.

Evidencia-se a exacerbção da problemática reafirmando a necessidade de medidas de enfrentamento voltadas às especificidades impostas pelo cenário atual.

**Descritores:** Violência doméstica; Violência contra a mulher; COVID-19; Nordeste do Brasil.

**Eixo Temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

## **Referências**

BARBOSA, J.P.M. *et al.* **Intersectionality and other views on violence against women in times of pandemic by COVID-19.** SciELO Preprints. ID: pps-328, 2020. Disponível em:

<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/pps-328>. Acesso em: 04 out. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. São Paulo: FBSP, ano 14, 2020a. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Nota técnica. Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19**. Ed. 3, 2020b. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-ed03-v2.pdf>. Acesso em: 05 out. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (org.). **Atlas da violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/190605\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2019.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf). Acesso em: 13 nov. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (org.). **Atlas da violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/08/atlas-da-violencia-2020.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2020.

MARQUES, E. S. *et al.* A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, e00074420, 2020.

SANTOS, L. S. E. *et al.* **Impacts of the COVID-19 pandemic on violence against women: reflections from the theory of human motivation from Abraham Maslow**. SciELO Preprints. ID: pps-915,2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/915>. Acesso em: 04 out. 2020.

VIEIRA, P. R.; GARCIA, L. P.; MACIEL, E. L. N. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Rio de Janeiro, v. 23, e200033, 2020.



## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA BAHIA NO PERÍODO DE PANDEMIA DA COVID-19

Tainara Costa dos Santos<sup>1</sup>

Letícia Souza Barreto<sup>1</sup>

Letícia Muniz Fonseca<sup>1</sup>

Yasmin Magalhães Ribeiro<sup>2</sup>

Amália Nascimento do Sacramento Santos<sup>3</sup>

Cristiane dos Santos Silva<sup>4</sup>

#### Introdução

A violência contra a mulher é definida como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano moral ou patrimonial, além de sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado (BRASIL, 2011).

Tal violência vem sendo um evento recorrente na sociedade brasileira, visto que cada vez mais os homens têm tido uma postura de domínio e posse sobre os corpos femininos. Com o advento da pandemia que causa a doença Corona Vírus Disease, pode-se perceber uma alta nos números de violência contra a mulher, fato que pode ser estar associado à consequência da cultura machista e misógina da sociedade, acentuada com o isolamento social proposto pela Organização Mundial de Saúde para conter a expansão da doença, em decorrência da pandemia, onde as mulheres passaram a conviver com seus maridos por mais tempo, propiciando discussões, agressões e até mesmo os feminicídios (VIEIRA, 2020).

#### Objetivo

Descrever a prevalência de casos de violência contra a mulher na Bahia no período pandemia da Covid-19.

Acadêmicas do Curso de Graduação em Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Campus de Ciências da Saúde (CCS); tainaracosta143@gmail.com

<sup>2</sup> Bacharel em Saúde. Acadêmica do Bacharelado em Enfermagem da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

<sup>3</sup> Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UFRB.

<sup>4</sup> Enfermeira. Mestre em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UFRB.



## Métodos

Trata-se de um estudo transversal com abordagem quantitativa que apresenta dados da violência contra a mulher ocorridos no estado da Bahia entre os meses de março a agosto de 2020, período pandêmico. Visto que, a Organização Mundial da Saúde decretou a partir de 11 de março de 2020, a pandemia provocada pela disseminação do novo coronavírus. À título de análise e comparação foram consultados também os dados de março a agosto do ano de 2019. O período de pesquisa foi no mês de outubro e novembro.

Os dados de violência geral foram obtidos da base de dados da Secretaria Estadual de Saúde do Estado da Bahia e os dados de violência doméstica, sexual e feminicídio foram obtidos da Secretaria de Segurança Pública, os dados obtidos foram organizados em tabelas com ajuda do programa Excel versão 2016. Para análise foram realizadas frequências simples.

## Resultados/discussão

No período de março a agosto de 2020, 5.429 mulheres sofreram algum tipo de violência, segundo da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia. E de acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, no mesmo período, foram registrados 4.738 casos de lesão corporal dolosa decorrente de violência doméstica, 1.258 casos de violência sexual e 57 casos de feminicídio. Sendo assim, esses resultados mostraram que as mulheres estiveram mais vulneráveis à ocorrência de violência doméstica no período analisado.

Em comparação ao mesmo período do ano de 2019, observou-se que os casos de lesão corporal dolosa decorrente de violência doméstica tiveram um decréscimo de 11% e os casos de violência sexual de 22%, decréscimo este que de acordo com alguns autores pode ser explicado pela pandemia do novo coronavírus, que impossibilitou muitas mulheres fazerem a denúncia do caso nas delegacias, o que pode se configurar em subnotificação. Conforme Marques (2020), no âmbito relacional, o maior tempo de convivência com o agressor é crucial. Ademais, ao se reduzir o contato social da vítima com amigos e familiares, reduzem-se as possibilidades de a mulher criar e/ou fortalecer uma rede social de apoio, buscar ajuda e sair da situação de violência.

Por conta da impossibilidade à denúncia e por terem que continuar convivendo com seus agressores, muitas mulheres acabam sofrendo com as consequências dessa violência sem nenhum apoio, “...que incluem agravos significativos de saúde física e mental das vítimas, com efeitos de médio e longo prazo, crônicos, resultando em lesão corporal e óbito.” (Curia et al., 2020 apud Campos et al., 2020). Por estas características, grande parte das ocorrências não geram atendimentos e não são captadas pelos sistemas de informação, o que resulta em subnotificação das ocorrências, e contribui para reforçar a invisibilidade da violência contra a mulher (GARCIA, 2016).

O isolamento social por si só, não ocasiona a violência, mas quando tomado como acontecimento histórico tem a potência de fazer emergir as singularidades apagadas pela generalização, como o machismo estrutural, as desigualdades raciais, de gênero e de classe social, oriundas das relações opressivas do sistema patriarcal. Por essa ótica, o aumento da violência contra as mulheres aparece, como analisador das práticas instituídas que silenciam as mulheres a partir da reprodução de subjetividades sujeitadas (BARBOSA, 2020).

Nesse sentido, Lobo (2020) afirma que o aumento da violência contra mulher durante a COVID-19 não está relacionado à doença em si, mas a uma estrutura de poder da sociedade, a qual mantém relações complexas e reflete a interligação de marcadores opressivos, tais

como raça, classe, gênero. Sendo assim, a análise dos dados de violência é melhor compreendida a partir da conjunção dos diversos marcadores, que trabalham concomitantemente e se influenciam.

O período pandêmico além de se configurar um grande problema de saúde mundial, tem propiciado o aumento no feminicídio, como na Bahia, que teve um incremento de 10% quando comparado ao mesmo período do ano de 2019

[...] é comum que as mulheres estejam expostas ao perigo enquanto são obrigadas a se recolherem ao ambiente doméstico. No isolamento, com maior frequência, as mulheres são vigiadas e impedidas de conversar com familiares e amigos, o que amplia a margem de ação para a manipulação psicológica (VIEIRA; GARCIA; MACIEL, 2020).

Sendo assim, ainda que o isolamento social evite a contaminação pelo coronavírus, o mesmo corrobora para que as mulheres que permaneçam em seus lares por tempo integral estejam mais vulneráveis a agressões e violências psicológicas advindas de seus companheiros, podendo desencadear o feminicídio.

## Conclusões

O presente estudo evidenciou redução da prevalência de violência doméstica e sexual contra as mulheres no período de março a agosto de 2020, quando comparado com o mesmo período de 2019. Em contrapartida houve um incremento dos feminicídios no período analisado.

Com isso, conclui-se que, embora os casos de violência contra a mulher ainda sejam vigentes analisa-se uma queda nos registros, sugerindo uma subnotificação dos casos em decorrência das medidas do isolamento social impostas pela pandemia, o que muitos pesquisadores vêm apontando como justificativa para a dificuldade das mulheres poderem se deslocar de suas residências para realizar denúncias contra seus agressores, ao tempo em que o maior tempo em casa com os mesmos favorece maior ocorrência das agressões e por conseguinte, do feminicídio. Considerando que o curto período deste estudo seja uma limitação para esta pesquisa, entende-se que o assunto em questão não se finda aqui, espere-se, portanto, que o mesmo impulse estudos mais aprofundados acerca do tema.

Ademais, se faz necessário o reforço das medidas já utilizadas como campanhas publicitárias, incentivar as iniciativas de apoio às mulheres, garantir que o atendimento durante 24 horas do Disque 180 e de outros canais de comunicação, bem como, garantir rapidez nos processos judiciais, denúncias e aprimorar seus sistemas de informação. Também é necessário que o poder público adote medidas com vistas a promover a segurança das mulheres, bem como, buscar justificativas para o aumento nos casos de feminicídios.

**Descritores:** Saúde da Mulher; Cuidado; Violência de Gênero; Covid-19; Pandemia.

**Eixo Temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

## Referências

BAHIA. Monitor da Violência: **Bahia registra aumento no número de casos de feminicídios em relação ao primeiro semestre de 2019**. Disponível em:

<http://www.mulheres.ba.gov.br/2020/09/2932/Monitor-da-Violencia-Bahia-registra-aumento-no-numero-de-casos-de-feminicidios-em-relacao-ao-primeiro-semester-de-2019.html>. Acesso em: 15.out.2020.

BARBOSA, J. P. M. *et al.* Interseccionalidade e outros olhares sobre a violência contra mulheres em tempos de pandemia pela covid-19. Scielo Preprints: **Scientific Eletronic Library Online**. 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/328>. Acesso em: 15 out. 2020.

BEZERRA, J. F. *et al.* Conceitos, causas e repercussões da violência sexual contra a mulher na ótica de profissionais de saúde. **Revista Brasileira Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 29, n.1, p. 51-59, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/408/40846964008.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2020.

BRASIL. Presidência da República (PR). Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília: PR, 2011.

GARCIA, L. P. A magnitude invisível da violência contra a mulher. **Epidemiologia Serviço de Saúde**, Brasília, v. 25, n. 3, jul./set. 2016. Disponível em: [http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-49742016000300451](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742016000300451). Acesso em 25 de maio de 2020.

LOBO, J. C. Uma outra pandemia no Brasil: as vítimas da violência doméstica no isolamento social e a “incomunicabilidade da dor”. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 8, n. 1, p. 20-26, 2020.

MARQUES, E. S. *et al.* A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, e00074420, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102311X2020000400505&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2020000400505&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 out. 2020.

SANTOS, L. S. *et al.* Impactos da pandemia de COVID-19 na violência contra a mulher: reflexões a partir da teoria da motivação humana de Abraham Maslow. **Scientific Eletronic Library Online**. 2020. Disponível em: <http://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/915>. Acesso em: 15 out. 2020.

VIEIRA, P. R.; GARCIA, L. P.; MACIEL, E. L. N. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Rio de Janeiro, v. 23, e200033, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415790X2020000100201&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415790X2020000100201&lng=en&nrm=iso). Acesso em 25 de maio de 2020.



## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### ISOLAMENTO SOCIAL E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA PANDEMIA: UM PANORAMA DA REGIÃO NORDESTE

Jane de Sousa Cardim<sup>1</sup>  
Vanda Palmarella Rodrigues<sup>2</sup>

#### Introdução

Desde dezembro de 2019, quando houve registros dos primeiros casos de *Coronavirus Disease 2019* (COVID-19) na China, algumas medidas sanitárias foram impostas no intuito de diminuir o impacto do coronavírus na saúde pública da população, a exemplo do isolamento social como essencial e indispensável para o enfrentamento da COVID no Brasil e no mundo.

Entretanto, à proporção que o isolamento social foi sendo intensificado, observou-se um incremento nos indicadores de violência contra as mulheres em diversos países (BARBOSA, 2020). No Brasil, apesar da escassez de bases de dados, nota-se que embora o número de denúncias tenha diminuído, houve um aumento dos casos de feminicídios e homicídios de mulheres no país, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020a).

Em virtude da extensa área territorial e da multiplicidade sociocultural, o impacto da pandemia no contexto da violência de gênero repercutiu de maneiras diferentes nas cinco regiões brasileiras. O Nordeste, historicamente marcado pela vulnerabilidade social, aparece nos relatórios oficiais com taxas abaixo da média nacional em relação à diminuição dos registros de ocorrências de violência contra as mulheres. Porém é imprescindível analisar o que de fato esses números podem nos revelar, posto as diversas interfaces que envolvem este fenômeno.

#### Objetivo

Analisar o impacto do isolamento social durante a pandemia de COVID-19 no contexto da violência de gênero na região Nordeste do Brasil.

<sup>1</sup> Enfermeira graduada pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. Servidora Pública Estadual, lotada no Hospital Geral de Ipiaú. E-mail: jane\_cardim@hotmail.com

<sup>2</sup> Enfermeira. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB. Vice-coordenadora do Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde. Líder do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO).

## **Métodos**

Estudo descritivo com dados oriundos dos relatórios oficiais da Secretaria de Segurança Pública do Brasil, incluindo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, atualizado em 19 de outubro de 2020.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública se baseia em fontes oficiais da Segurança Pública, como: relatórios das Secretarias de Segurança Pública estaduais, dados do Tesouro Nacional e informações fornecidas pelas polícias civis, militares e federal (FBSP, 2020a). Também foram analisados dados obtidos da nota técnica Violência doméstica durante a pandemia de COVID-19, emitida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e dos Atlas da Violência 2019 e 2020, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (IPEA; FBSP, 2019; IPEA; FBSP, 2020; FPSP, 2020b).

Tais publicações fornecem dados que podem contribuir efetivamente na produção de conhecimento, além de estimular a análise crítica das políticas públicas para o enfrentamento da violência contra as mulheres e corroborar com a elaboração de medidas mais eficientes.

## **Resultados/Discussão**

Durante a pandemia pelo novo coronavírus o isolamento social vem sendo recomendado avidamente pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (SANTOS D. et al., 2020). Entretanto, com a convivência forçada tem-se observado o aumento dos indicadores da violência doméstica (VIEIRA; GARCIA; MACIEL, 2020). Assim, presume-se a dualidade do distanciamento social. Se por um lado o isolamento protege, por outro lado, pode fomentar a violência contra mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Tal suposição pode ser corroborada através da análise dos indicadores de violência. Segundo o Atlas da Violência 2020, desde 2013 o Brasil seguia uma tendência de redução da taxa geral de homicídios de mulheres. Entre o biênio 2017 e 2018 a violência letal contra mulheres reduziu 9,3%, porém esse declínio contínuo foi interrompido após o advento da pandemia da COVID-19.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020, houve um crescimento de 1,5% de homicídios dolosos de mulheres e de 1,9% nos feminicídios, comparando os primeiros semestres de 2019 e 2020 (FBSP, 2020a). A hipótese mais aceita por estudiosos da área é que fatores inerentes ao atual cenário pandêmico tenham contribuído para o aumento da vulnerabilidade de mulheres em situação de violência.

O relatório supracitado não apresenta essas informações segmentadas por unidades federativas, impossibilitando assim, o recorte de informações sobre homicídios de mulheres na região nordeste durante a pandemia da COVID-19.

No entanto, em 2018 foram assassinadas no Brasil 4.519 mulheres, o que representa uma taxa de 4,3 homicídios para cada 100 mil habitantes do sexo feminino. No Nordeste essa taxa foi maior, 4,9. Com destaque preocupante para o Ceará, cuja taxa foi de 10,8, seguido pelo Rio Grande do Norte, 5,7 e Bahia, 5,5 (IPEA; FBSP, 2020).

Acerca dos homicídios do sexo feminino durante a pandemia, houve um aumento expressivo no Ceará e no Rio Grande do Norte no período de março a maio de 2020, com variações de 104,3 e 25, respectivamente. Números bem mais elevados que a média dos estados selecionados (FBSP, 2020b).

Considerando que a pandemia tem exacerbado problemas já existentes, presume-se que no Nordeste a violência letal contra as mulheres tenha acompanhado o aumento registrado no Brasil no primeiro semestre de 2020.

Apesar do aumento de homicídios, o número de registro de ocorrências diminuiu significativamente. No Nordeste houve um decréscimo de 12,4% no registro de lesão corporal dolosa. Sendo o Piauí o estado que apresentou a diminuição mais acentuada, 37%. Apenas o Rio Grande do Norte registrou aumento no número de ocorrências, sendo 13,6% a mais que 2019. A média nacional foi de -9,9% (FBSP, 2020a).

As ocorrências por ameaça também diminuíram no Brasil, com redução em torno de 15,8% e na região nordeste a diminuição foi semelhante, 13,6%. Exceto, mais uma vez, no Rio Grande do Norte que apresentou aumento de 27,4% e o Piauí novamente foi o estado com maior decréscimo no número de ocorrências, 41,4% (FBSP, 2020a).

O Rio Grande do Norte foi o estado que apresentou o maior crescimento dos indicadores de violências contra as mulheres no decênio de 2007 e 2017, constatando-se que o aumento dos indicadores de violência doméstica no Rio Grande do Norte já era observado em período anterior à pandemia (IPEA; FBSP, 2019).

Uma das hipóteses que versa sobre a diminuição dos registros de ocorrências de violência doméstica durante a pandemia de COVID-19, é a dificuldade de a mulher em situação de violência formalizar a queixa contra os agressores, considerando a fragilidade das redes de apoio e de proteção que vem se intensificando durante o distanciamento social, com o direcionamento dos recursos à contenção da COVID-19 (SANTOS, L. et al., 2020).

Acrescenta-se ainda, o aumento do estresse do agressor, a dependência financeira e o medo da violência atingir os filhos, que também estão restritos ao domicílio, que ampliam a vulnerabilidade de mulheres à violência e ao mesmo tempo as desencorajam à formalização da denúncia (MARQUES et al., 2020).

## Conclusão

O estudo demonstra que a taxa de registro de ocorrências de violência contra as mulheres diminuiu no primeiro semestre de 2020 equiparando com o primeiro semestre de 2019, com destaque à região Nordeste em conformidade com a realidade nacional.

No que tange ao aumento dos casos de violência letal contra as mulheres, observa-se uma deficiência de dados por estados o que impossibilitou a análise das taxas referentes à região Nordeste, porém considerando a série histórica e os dados nacionais, presume-se que houve aumento desse tipo de crime na região.

Evidencia-se a exacerbção da problemática reafirmando a necessidade de medidas de enfrentamento voltadas às especificidades impostas pelo cenário atual.

**Descritores:** Violência doméstica; Violência contra a mulher; COVID-19; Nordeste do Brasil.

**Eixo Temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

## Referências

BARBOSA, J.P.M. *et al.* **Intersectionality and other views on violence against women in times of pandemic by COVID-19.** SciELO Preprints. ID: pps-328, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/pps-328>. Acesso em: 04 out. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. São Paulo: FBSP, ano 14, 2020a. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Nota técnica. Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19**. Ed. 3, 2020b. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-ed03-v2.pdf>. Acesso em: 05 out. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (org.). **Atlas da violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/190605\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2019.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf). Acesso em: 13 nov. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (org.). **Atlas da violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/08/atlas-da-violencia-2020.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2020.

MARQUES, E. S. *et al.* A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, e00074420, 2020.

SANTOS, L. S. E. *et al.* **Impacts of the COVID-19 pandemic on violence against women: reflections from the theory of human motivation from Abraham Maslow**. SciELO Preprints. ID: pps-915,2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/915>. Acesso em: 04 out. 2020.

VIEIRA, P. R.; GARCIA, L. P.; MACIEL, E. L. N. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Rio de Janeiro, v. 23, e200033, 2020.



## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### IMPACTOS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO PERÍODO DE PANDEMIA DA COVID-19: REVISÃO INTEGRATIVA

Amanda de Alencar Pereira Gomes<sup>1</sup>  
Vanda Palmarella Rodrigues<sup>2</sup>

#### Introdução

A violência contra a mulher nas suas diferentes formas (psicológica, física, moral, patrimonial ou sexual) constitui-se uma violação dos direitos humanos e atinge diferentes classes sociais, idades, estados civis, raça e escolaridade (BRASIL, 2011). A violência doméstica ocorre no âmbito do domicílio e por muitas vezes é perpetrada por parceiro íntimo, independente se este ainda convive ou não com a vítima (BRASIL, 2006).

As medidas de prevenção e proteção contra a COVID-19 ao incluírem o isolamento social em virtude da pandemia acabaram por agravar a violência vivenciada por meninas e mulheres em seu próprio domicílio, pois as mesmas permanecem confinadas com o agressor por mais tempo que o habitual (ONU MULHERES, 2020). A convivência no mesmo ambiente, principalmente entre famílias de baixa renda, com habitações menores, somado ao aumento do estresse acarretado pela pandemia, dificuldades financeiras e consumo exacerbado de álcool e outras drogas pelo agressor, tem exposto as mulheres a um maior índice de casos de violência (MARQUES et al., 2020).

Identificar as mulheres em maior risco de vulnerabilidade é fundamental para fortalecer as leis familiares e as investigações policiais para prevenir o alto impacto da violência contra a mulher durante a pandemia (GEBREWAHD; GEBREMESKEL; TADESSE, 2020).

#### Objetivo

Analisar os impactos da pandemia da COVID-19 sobre a violência doméstica e/ou violência contra a mulher.

<sup>1</sup> Enfermeira. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde (PPGES) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Jequié, Bahia, Brasil. E-mail: amandaa.alencar@hotmail.com

<sup>2</sup> Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem e do PPGES da UESB. Líder do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO).



## Métodos

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura que buscou sintetizar os resultados de publicações sobre a violência contra a mulher durante o período de pandemia da COVID-19. Com isso, foi elaborada a seguinte questão norteadora: Qual tem sido o impacto do isolamento social decorrente da pandemia da COVID-19 na violência doméstica/violência contra a mulher?

Em seguida, foi realizada a busca nos portais da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e PubMed para levantamento dos achados na literatura. Para a busca dos artigos foi utilizado o *operador booleano* AND e os descritores “Violência contra a Mulher”, “Violência doméstica”, Pandemia e “Isolamento Social”.

Como critérios de inclusão foram selecionados artigos publicados nos idiomas português, inglês e espanhol; disponíveis na íntegra e que abordavam o objetivo do estudo. Os critérios de exclusão adotados foram: artigos repetidos, artigos de pré-impressão, além de outros tipos de documentos. Inicialmente foram apresentados 197 artigos nas bases de dados selecionadas para este estudo.

Após a utilização dos filtros esse número reduziu para 112 artigos. Destes foi realizada a leitura dos títulos, sendo selecionados 34 artigos para a leitura do resumo por abordarem a temática violência doméstica/violência contra a mulher. Após isso, a leitura minuciosa completa foi realizada em 20 artigos, com o intuito de avaliar os resultados apresentados associados ao período da pandemia para selecionar os dados mais relevantes do estudo. Por fim, cinco artigos foram selecionados por contemplarem a questão norteadora e na análise buscou-se encontrar a abordagem comum aos mesmos.

## Resultados/Discussão

Nesta pesquisa foram analisados cinco artigos que apresentaram resultados demonstrando o impacto do isolamento social ocasionado pela pandemia da COVID-19 na violência contra a mulher em diferentes países. Os artigos selecionados foram publicados entre os meses de abril e outubro de 2020, sendo um na Itália, um no Brasil, um na Tunísia, um na Etiópia e um nos Estados Unidos da América.

Os achados demonstraram em sua maioria um aumento no número de casos de violência contra a mulher, principalmente a violência por parceiro íntimo desde o início da pandemia. Nos estudos realizados na Tunísia e Etiópia a violência psicológica foi predominante (SEDIRI et al., 2020; GEBREWAHD; GEBREMESKEL; TADESSE, 2020). Praticamente todas as entrevistadas alegaram ter sofrido violência psicológica, seguida de violência econômica e violência física (SEDIRI et al., 2020). Foram citados casos de insultos ou o parceiro as fizeram se sentir mal sobre si mesmas, além de tapas ou objetos sendo atirados sobre as mesmas e algumas se encontravam em situação de violência sexual (GEBREWAHD; GEBREMESKEL; TADESSE, 2020).

Com isso, o isolamento social pode exacerbar ainda mais as consequências da violência praticada contra a mulher. Depressão, ansiedade e estresse estiveram associados aos casos de violência durante o isolamento, sendo relatado alto nível de sintomas de angústia (SEDIRI et al., 2020). Ainda, quase 90% dessas mulheres não procuraram atendimento específico e não realizaram denúncias contra o agressor (SEDIRI et al., 2020). Na Itália foi testemunhado queda nos registros de chamadas nos telefones de antiviolência disponibilizados para as mulheres, porém isso não significa que os incidentes diminuam e

sim que a pandemia pode ter aumentado o risco do convívio com o agressor, sem a possibilidade de realizar denúncias e receber ajuda externa (SACCO et al., 2020).

Essa busca por ajuda também está prejudicada, pois atividades que poderiam servir de apoio às mulheres como a ida à igreja, levar os filhos à escola e participar de ações de proteção social foram interrompidas, em decorrência do isolamento social, agravando situações de violência já instaladas. Ainda, ao reduzir o contato social da mulher em situação de violência com amigos e familiares diminui as possibilidades de fortalecimento de apoio e proteção (MARQUES et al., 2020).

No Brasil, profissionais que atuam na linha de frente de serviços da Rede de Enfrentamento à Violência ao serem entrevistadas, relataram que a vulnerabilidade social das mulheres em situação de violência foi intensificada desde a primeira fase da pandemia e que a procura pelos serviços de acolhimento diminuiu significativamente desde o início do isolamento, divergindo dos dados que apontam para um aumento no número de denúncias e de casos de feminicídio (CAMPOS; TCHALEKIAN; PAIVA, 2020).

Nos Estados Unidos, ainda que pouco expressivo, o aumento no número de chamadas para a polícia nos meses de março a maio tem demonstrado que o impacto da pandemia gerou novas denúncias em localidades sem registros anteriores de violência doméstica, sugerindo assim que a COVID-19 levou a um aumento extensivo da margem de novas famílias realizando chamadas (LESLIE; WILSON, 2020). Levando em consideração ainda os casos não notificados, esse número pode ser expressivamente maior e pode gerar um impacto em curto e longo prazo, principalmente se as medidas de contenção do novo coronavírus permanecerem por períodos mais longos (LESLIE; WILSON, 2020). Com isso, é necessário romper o silêncio de mulheres em situação de vulnerabilidade através de escuta humanizada, para que sejam identificados os mais variados tipos de violações, tendo em vista que a violência contra a mulher não é apenas fruto da quarentena e isolamento social (CAMPOS; TCHALEKIAN; PAIVA, 2020).

## **Conclusão**

Os resultados dessa pesquisa demonstraram que durante a pandemia da COVID-19 houve um aumento significativo no número de casos de violência contra a mulher. Estar em isolamento social em contato direto e por maior parte do tempo junto ao agressor em casa foi um dos fatores primordiais para o desfecho de novas agressões à mulher, principalmente psicológicas e físicas. Em contraste, foi observado um menor número de denúncias de casos de violência por parte das mulheres, isto pode estar associado ao fato de a mulher ter dificuldade em encontrar apoio social por não estar saindo de casa e medo por estar próximo ao parceiro, evitando denunciá-lo enquanto estiverem confinados no mesmo ambiente domiciliar.

**Descritores:** Violência contra a mulher; Pandemia; Isolamento social.

**Eixo Temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

## **Referências**

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.** Diário Oficial da União, Brasília, 2006.

BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. Brasília, 2011.

CAMPOS, B; TCHALEKIAN, B; PAIVA, V. Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em tempos de sars-cov-2/ covid-19 em São Paulo. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 32, e020015, set. 2020.

GEBREWAHD, G. T.; GEBREMESKEL, G. G.; TADESSE, D. B. Intimate partner violence against reproductive age women during COVID-19 pandemic in northern Ethiopia 2020: a community-based cross-sectional study. **Reproductive Health**, Reino Unido, v. 17, n. 152, p. 1-8, out. 2020.

LESLIE, E; WILSON, R. Sheltering in place and domestic violence: Evidence from calls for service during COVID-19. **Journal of Public Economics**, Holanda, v.189, n. 104241, p. 1-8, set. 2020.

MARQUES, E. S. *et al.* A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, e00074420, abr. 2020.

ONU MULHERES. **Prevenção da violência contra mulheres diante da covid-19 na América Latina e no Caribe**. BRIEF, Brasília, v.1.1, abr. 2020. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/05/BRIEF-PORTUGUES.pdf>  
Acesso em: 07 nov. 2020.

SACCO, M. A. *et al.* The impact of the Covid-19 pandemic on domestic violence: The dark side of home isolation during quarantine. **Medico-Legal Journal**, Reino Unido, v. 88, n 2, p. 71-73, jul. 2020.

SEDIRI, S. *et al.* Women's mental health: acute im pact of COVID-19 pandemic on domestic violence. **Archives of Womens Ment Health**, p. 1-8, out. 2020.



## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### HOMICÍDIOS FEMININOS NO ESTADO DO PARANÁ: ANÁLISE TERRITORIAL DE REGISTROS OFICIAIS ENTRE 2014 E 2018

Vanessa de Oliveira Lucchesi<sup>1</sup>  
Mirian Gomes de Souza<sup>2</sup>  
Marcos Cláudio Signorelli<sup>3</sup>  
Clóvis Wanzinack<sup>4</sup>

#### Introdução

O Brasil registra em números absolutos, a maior quantidade de homicídios do planeta, cerca de 10% de todos homicídios do mundo (WHO, 2014). Em relação aos homicídios femininos, em termos relativos (proporcionais ao tamanho da população), encontra-se na 5ª mais alta taxa mundial, atrás de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia (WAISELFISZ, 2015). No ano de 2018, houve 4.519 assassinatos de mulheres no Brasil, segundo o Atlas da Violência produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com uma taxa de 4,3 mortes por 100.000 mulheres. 68% das vítimas eram negras (CERQUEIRA; BUENO; ALVES; LIMA et al., 2020).

Segundo dados publicados (LIMA; BUENO, 2019) no 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, mais de 66.041 casos de violência sexual e 1.206 casos de feminicídio foram registrados no Brasil no ano de 2018, os dados ainda mostram que 88,8% dos agressores são os companheiros da vítima ou ex-companheiros. Para combater essa realidade, políticas públicas de proteção às mulheres são de suma importância. No Brasil, desde a década de 1980 houve a implantação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher que se “constituíram em importantes espaços de fortalecimento” (empowerment) das mulheres em situação de violência. Outra importante Política Pública nesse sentido foi a implantação da Lei 11.340 de 07/08/2006, “Lei Maria da Penha” (BRASIL, 2006).

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS) da UFPR – Setor Litoral. E-mail: lucchesi.fono@gmail.com

<sup>2</sup>Acadêmica do Curso do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS) da UFPR – Setor Litoral.

<sup>3</sup>Fisioterapeuta. Doutor em Saúde Coletiva. Docente do Curso de Graduação em Saúde Coletiva da UFPR - Setor Litoral.

<sup>4</sup>Administrador. Doutor em Desenvolvimento Regional. Docente do Curso de Graduação em Administração Pública da UFPR - Setor Litoral.

## **Objetivo**

Este estudo teve como objetivo realizar uma análise temporal retrospectiva e territorial dos homicídios femininos do Estado do Paraná, entre os anos 2014 a 2018.

## **Métodos**

A metodologia utilizada foi um estudo ecológico retrospectivo de tendência temporal dos homicídios de pessoas do sexo feminino registrados no Estado do Paraná, entre os anos de 2014 a 2018. Os dados oficiais de homicídios foram obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde; enquanto dados da população feminina foram obtidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados foram tabulados e analisados por meio de estatística descritiva, incluindo cálculo de taxas por 100.000 mulheres, características das vítimas, causa de homicídio e distribuição geográfica.

## **Resultados e discussão**

Os achados deste estudo revelam que o número absoluto de homicídios contra mulheres registrados no Estado do Paraná, foi de respectivamente, 284 homicídios (em 2014), 242 (2015), 239 (2016), 242 (2017) e 208 (2018), totalizando 1.215 homicídios femininos no período 2014-2018. Esse número representa uma taxa média estadual de 4,57 homicídios por 100 mil mulheres no período. Observa-se que entre 2014 e 2018 houve uma redução de aproximadamente 27% na quantidade de homicídios registrados contra mulheres e meninas no Estado do Paraná. Tal resultado poderia ser decorrente da aprovação da Lei do Feminicídio, sancionada em 2015, portanto, no período compreendido na análise deste estudo.

Do total desses 1.215 homicídios, a principal causa foi decorrente do uso de armas de fogo, respondendo por aproximadamente 44% dos óbitos. O Atlas da violência de 2020 cita a importância do controle de uso de armas no Brasil, já que 71,1% dos assassinatos no nosso país foram cometidos por arma de fogo. Entretanto, após o Estatuto do desarmamento, o índice dos assassinatos caiu de 5,9 para 0,9% ao ano. A segunda causa mais prevalente foi por objetos cortantes ou perfurantes, como facas e similares (32%); enquanto a terceira causa foi por meios de enforcamento, estrangulamento e sufocamento (9%) (CERQUEIRA; BUENO; ALVES; LIMA et al., 2020).

As faixas etárias com maior número de vítimas são dos 25 aos 34 anos (27% das vítimas) e dos 15 aos 24 anos (25%), demonstrando que as mulheres mais jovens (adultas jovens e adolescentes) são as que se encontram mais vulneráveis a sofrer homicídios. Esses achados são confirmados por outros estudos realizados no Brasil. Segundo (SOUZA; MEIRA; RIBEIRO; SANTOS et al., 2017), citado em sua pesquisa com homicídios de mulheres nas distintas regiões brasileiras nos últimos 35 anos, relata que em todas as regiões geográficas do Brasil, as mulheres jovens correm maior risco de homicídio.

A análise espacial das taxas médias de homicídios por 100 mil mulheres no Paraná de 2014 a 2018, revela que a distribuição desses homicídios é bastante heterogênea. Dentre os 399 municípios, há muitos que registraram nenhum homicídio de pessoas do sexo feminino no período, sendo marcadamente municípios de menor população. Por outro lado, grande parte dos municípios se situa na faixa de valores que vão de 0,68 até a taxa média registrada

no estado, que é de 4,57 homicídios por 100 mil mulheres. Esse grupo aparece mais notadamente nas regiões dos Campos Gerais, Centro-Sul e Sudoeste do Paraná.

Os municípios com as taxas superiores à média do Estado, ou seja, acima de 4,57 homicídios por 100 mil mulheres, parecem se sobressair mais na porção Leste do Estado, que compreende Curitiba e sua região metropolitana, junto com a região litorânea; assim como na porção Oeste do Estado, acompanhando a região das proximidades da fronteira com o Paraguai e o Mato Grosso do Sul. Também são observados alguns clusters com taxas superiores às médias do Estado em municípios do entorno das regiões de Londrina (em direção ao Sul), Paranavaí (em direção à oeste) e Maringá (em direção à norte), assim como uma faixa que acompanha o entorno do traçado da BR-277 no Oeste do Estado.

O Estudo aponta que os homicídios existem nas mais diversas regiões do Paraná, porém sua distribuição geográfica não se dá de forma homogênea. Os homicídios contra mulher persistem tanto nas capitais e regiões metropolitanas, como no interior, inclusive em municípios de menor porte. Observa-se maior ocorrência de homicídios em áreas de maior vulnerabilidade social e de menor qualidade de vida urbana. Regiões de urbanização acelerada acompanhadas de desenvolvimento econômico insuficiente, desigual e desordenado, parecem ser responsáveis por grande parte dos homicídios. A assimilação de características territoriais com maiores riscos de homicídios entre determinados grupos populacionais, pode contribuir com a identificação de localidades e grupos mais vulneráveis e na criação de políticas públicas mais eficientes para o enfrentamento dessa problemática. Compreender e visibilizar esses acontecimentos e suas variações territoriais é um desafio permanente e uma forma eficiente de contribuir para melhoria da saúde pública (BRICEÑO-LEÓN, 2012; DUARTE; GARCIA; FREITAS; MANSANO et al., 2012; WANZINACK; SIGNORELLI; REIS, 2018).

## **Conclusão**

Uma grande dificuldade e limitação na pesquisa sobre homicídios femininos, é a sua caracterização enquanto feminicídios ou não, uma vez que há lacunas na obtenção de informações mais precisas nos sistemas de informação oficiais sobre mortalidade, pois os registros públicos do SIM não compreendem a relação entre o perpetrador e a vítima, nem os motivos da morte por agressão. Conhecer os motivos e realidades de cada vítima será importante para planejar, custear e avaliar políticas públicas para minimização da violência contra mulher.

O fato de um município ter baixas taxas de homicídios não implica que nele não existem outras formas de violências, pois a violência pode se manifestar das mais diversas formas. Portanto, esta pesquisa direciona o olhar para apenas uma única forma de violência, que são os homicídios, mesmo cientes de que outras modalidades de violência acontecem concomitantemente, e muitas vezes podem possuir relação com os homicídios.

**Descritores:** Homicídio, Violência de gênero, Mulheres, Agressão.

**Eixo Temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

## Referências

BRASIL. 11340/06| Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm).

BRICEÑO-LEÓN, R. La Comprensión de los Homicidios en América Latina: ¿Pobreza o Institucionalidad? Understanding homicides in Latin America: poverty or institutionalization? **Ciências & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.17, p. 3159-3170, 2012.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S.; ALVES, P. P.; LIMA, R. S. D. *et al.* **Atlas da violência 2020**. 2020.

DUARTE, E. C.; GARCIA, L. P.; FREITAS, L. R. S. D.; MANSANO, N. H. *et al.* Ecological association between characteristics of the municipalities and the risk of homicide in adult males aged 20 to 39 in Brazil: 1999-2010. **Ciências & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.17, n. 9, p. 2259-2268, 2012.

LIMA, R. S.; BUENO, S. **Anuário brasileiro de segurança pública 2019**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo, 13, 2019.

ORGANIZATION, W. H. **Global status report on violence prevention 2014**. World Health Organization, 2014. 9241564792.

SOUZA, E. R. D.; MEIRA, K. C.; RIBEIRO, A. P.; SANTOS, J. D. *et al.* Homicídios de mulheres nas distintas regiões brasileiras nos últimos 35 anos: análise do efeito da idade-período e coorte de nascimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.22, p. 2949-2962, 2017.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. Flacso Brasil, 2015.

WANZINACK, C.; SIGNORELLI, M. C.; REIS, C. Homicides and socio-environmental determinants of health in Brazil: a systematic literature review. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.34, n. 12, p. e00012818, 2018.



## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO EM CONTEXTO DE PANDEMIA NO ESTADO DA BAHIA

Jadson Oliveira Rodrigues<sup>1</sup>  
Adrielle de Jesus Silva<sup>1</sup>  
Joice Oliveira Nascimento Batista<sup>1</sup>  
Cristiane dos Santos Silva<sup>2</sup>  
Patrícia Figueiredo Marques<sup>3</sup>

#### Introdução

A pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da doença COVID-19 (Corona Vírus Disease), tem alterado a rotina de grande parte das pessoas. Passaram a ser recomendados hábitos de higiene como lavar as mãos, uso de máscaras e álcool em gel, manter o distanciamento físico, evitar aglomerações (FORTE; PIRES, 2020). Tudo isso, obrigou muitas pessoas a ficarem em casa, cumprindo a determinação de isolamento social como medida de prevenção do contágio.

Com isso, tem-se observado muitas repercussões desse distanciamento social no contexto de pandemia, especialmente entre casais com histórico de violência doméstica, configurando um aumento de agressão física e psicológica contra a mulher. Segundo Marques (2020), ao se fazer uma busca nos principais sites e redes sociais dos países, incluindo o Brasil, foi averiguado o aumento súbito de violência contra a mulher, entretanto, um relatório do Banco Mundial (2020) chama a atenção para uma baixa no número de registro presencial desta violência no cenário de pandemia.

Por isso, pesquisadores, a mídia, as redes de apoio e a sociedade civil organizada estão preocupados com as mulheres que são vítimas de seus companheiros, pois o lar representa, muitas vezes, um lugar de medo, abusos e silêncio (MARQUES, 2020). O que ratifica a afirmação de que “a sociedade brasileira convive com elevadas taxas de violência contra meninas e mulheres, cujas causas são estruturais e decorrem das desigualdades sociais e de poder baseadas em gênero e raça” (ONU MULHERES, p 7, 2020). Constatado o fato de que neste período de pandemia e isolamento social, a violência contra a mulher tem aumentado, todavia, o número de registro oficial tem diminuído.

<sup>1</sup>Acadêmicos do curso de Enfermagem/BIS-Enf. da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Centro de Ciências da Saúde. E-mail: jadsrodrigues@aluno.ufrb.edu.br

<sup>2</sup>Enfermeira. Mestra em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UFRB.

<sup>3</sup>Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UFRB.



Conforme reportagem publicada no site G1/Bahia (2020), houve um aumento no número de casos de feminicídio no primeiro semestre de 2020 no Estado da Bahia em relação ao número de casos no primeiro semestre do ano anterior, configurando como terceiro estado de maior aumento de feminicídio no Brasil, só ficando atrás de São Paulo e Minas Gerais. Por isso, é importante se perguntar: quais estratégias têm sido empreendidas para o enfrentamento às situações de violência de gênero no contexto da pandemia no estado da Bahia?

## **Objetivo**

Realizar um levantamento de ações de enfrentamento à violência de gênero empreendidas no contexto da pandemia no estado da Bahia.

## **Métodos**

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste estudo foi pautada em buscas na internet por notícias sobre a violência doméstica e as estratégias de enfrentamento que as mulheres têm adotado no estado da Bahia, a partir de março de 2020, quando foi decretada a pandemia da COVID-19 pela OMS.

As buscas foram iniciadas pelo site Google, que representa uma poderosa ferramenta de busca na internet, com disponibilidade de acesso livre a conteúdos de diversos jornais eletrônicos, sites oficiais, blogs. Foram utilizadas como palavras-chave para a busca em português: violência contra a mulher, enfrentamento, Bahia. Foram pesquisadas informações também em sites de órgãos oficiais tais como Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia, Assembleia Legislativa da Bahia, Secretaria de Segurança Pública da Bahia; realizadas consultas a projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos por instituições públicas de ensino superior baianas, notícias divulgadas em sites, dados compartilhados das redes sociais e blogs.

Os dados foram organizados em planilhas contendo os campos: título da notícia/estratégia, projeto, data, fonte, meios utilizados de acesso para atendimento, estado e link para a recuperação da notícia/estratégia. Em seguida, foram selecionados apenas as notícias e estratégias que foram publicadas no intervalo entre julho a outubro de 2020, período em que a mídia passou a dar destaque ao aumento no número de casos de violência gênero.

Depois, passaram por uma análise detalhada para identificar se aquela notícia fazia referência a um acontecimento, estudo ou projeto relacionada a alguma estratégia de enfrentamento utilizada para ajudar as mulheres a denunciar a violência sofrida, por exemplo. De posse dessas informações, foram descritos e analisados dados e paralelamente relacionados com a revisão da literatura, dando visibilidade às ações de enfrentamento da violência contra a mulher neste contexto de isolamento social.

## **Resultado/Discussão**

Várias estratégias têm sido empreendidas para conter a violência contra a mulher neste período de isolamento social e pandemia na Bahia. Tais estratégias variam desde simples orientação através de ligação telefônica até a facilitação de um registro de ocorrência de agressão através da delegacia virtual. Segundo a ONU Mulheres (2020, p. 12):

Para mulheres que vivem situações de violência de gênero, celulares são ferramentas para pedido de ajuda, mas também são ferramentas que seus (suas) agressores (as) utilizam para manter controle e vigilância sobre elas. Fazer ligações telefônicas, enviar mensagens ou baixar aplicativos que conectam com serviços podem ser ações que potencializam o risco de violência. Os serviços devem buscar formas alternativas de conectar as mulheres a auxiliá-las a pedir ajuda.

Grupos de apoio montados neste contexto de pandemia, através de diferentes métodos e ferramentas, têm contribuído para que as mulheres reconheçam os sinais de que estão sendo vítimas de violência de gênero, pois a agressão psicológica, quase sempre precede a violência física. Por isso, as mulheres precisam ter ciência do que está sendo feito e onde, quando e como procurar ajuda.

O Projeto Vid@ na Covid, em parceria da Universidade Federal da Bahia - UFBA e da Polícia Militar da Bahia, oferece por meio de telefone informações de saúde e orientações de prevenção, sinais e sintomas de covid-19 às mulheres vítimas de violência doméstica. A Nova Delegacia Digital da Polícia Civil baiana, diante das peculiaridades da pandemia e do isolamento social, passou a aceitar o pedido de medida protetiva e registrar casos de violência doméstica. Assim também como o Projeto por Todas Nós; o Projeto de Lei 23.943, Sinal Vermelho; Zap Respeita as Mina, entre outras, são algumas das ações que têm sido desenvolvidas na Bahia para minimizar o número e os efeitos da violência contra a mulher. Muitas delas, já existiam, porém, o período de isolamento social e os efeitos dela, exigiu novas estratégias que pudessem atender as especificidades do momento.

Vale ressaltar que em circunstâncias normais, o número de subnotificação da violência é alta, em vista da “relutância da vítima em registrar a ocorrência, devido a medo, estigmas, normas sociais, ou falta de confiança na justiça” (BANCO MUNDIAL, p 6, 2020). Durante o distanciamento social a previsão é que esses dados de subnotificação só têm a aumentar, pois as vítimas estão isoladas dentro de casa, com pouca possibilidade de mobilidade, sem acesso aos serviços formais e na presença do agressor.

## **Conclusões**

Os resultados trazidos nesse trabalho elencam algumas das estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher empreendidas no estado da Bahia no período de pandemia da COVID-19.

Todas as estratégias de enfrentamento a violência contra a mulher são válidas e devem ser compartilhadas, pois o número crescente da violência doméstica passou a fazer parte da rotina e por isso, está sendo naturalizada. A mídia e as redes sociais, a toda hora, noticiam agressões físicas e psicológicas que as mulheres vêm enfrentando, sejam elas nas ruas, nos ônibus ou dentro da própria casa. Porém, não se deve silenciar e normatizar a violência contra a mulher, a maioria das vezes, só porque é mulher, mas toda e qualquer tipo de agressão deve ser combatida. Portanto, precisa-se estar vigilante para o aumento da violência contra a mulher e apoiar iniciativas como estas na Bahia e mencionadas no estudo, que possam fortalecer o cuidado e dar as condições para que as mulheres tenham seus direitos garantidos.

**Descritores:** Violência de gênero. Violência contra a mulher. Isolamento social.

**Eixo Temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

## Referências

BANCO MUNDIAL. **O Combate à Violência contra a Mulher (VCM)**

**no Brasil em época de COVID-19.** Jun. 2020. Disponível

em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-addressing-violence-against-women-under-covid-19>. Acesso em: 12 nov. 2020.

FORTE, E. C. N.; PIRES, D. E. P. Os apelos da enfermagem nos meios de comunicação em tempos de coronavírus. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.73, supl.2, 2020.

MARQUES, E. S. *et al.* A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 4, n.36, 2020.

ONU MULHERES. **Diretrizes para atendimento em casos de violência de gênero contra meninas e mulheres em tempos da pandemia da COVID-19.** Brasília, julho 2020.

Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Diretrizes-para-atendimento\\_ONUMULHERES.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Diretrizes-para-atendimento_ONUMULHERES.pdf). Acesso em: 30 nov. 2020.

G1, BA. Violência e aumento de casos de feminicídio na Bahia. *In: Monitor da Violência: Bahia registra aumento no número de casos de feminicídios em relação ao primeiro semestre de 2019.* [S. 1.], 16 set. 2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/09/16/monitor-da-violencia-bahia-registra-aumento-no-numero-de-casos-de-feminicidios-em-relacao-ao-primeiro-semester-de-2019.ghtml>. Acesso em: 28 nov. 2020.



## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NEGRAS E FATORES CAUSAIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Fernanda Oliveira Santos<sup>1</sup>  
Crisley Aiala Souza de Novaes<sup>2</sup>  
Sara Hellen Santos Silva<sup>1</sup>  
Karina Nascimento de Jesus<sup>1</sup>  
Ana Flávia Oliveira Santos<sup>3</sup>  
Claudineia Matos de Araujo<sup>4</sup>

#### Introdução

A violência, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2015) é o uso de força física contra si mesmo ou contra outra pessoa que resulte em uma lesão física, psicológica ou leve a morte. A violência pode ter como disparador diversos fatores, dentre eles, fatores discriminatórios como é o caso do racismo. O racismo é uma forma de discriminação fundamentada na cor e etnia, ele se manifesta por meio de atos ou falas a fim de inferiorizar o indivíduo dependendo do grupo racial a que ele pertença (SILVA, 2019).

Outro fator resultante de violência é o machismo, onde a violência contra a mulher tem altos índices, e quando se tem o racismo atrelado a essa violação, os atos são mais acentuados, devido a uma sociedade onde o racismo está estruturado, e as mulheres negras são vistas como inferior, devido ao seu gênero e a sua cor (SILVA, 2017). O alto número de feminicídio entre a população negra demonstra que a mulher negra é a que mais sofre dessa violência de gênero. As agressões ocorrem em locais públicos ou privados, entretanto a periferia é o local onde se concentra a maioria desses agressores, isso se dá principalmente pelo fato de a maior parte da população negra residir nos subúrbios (SILVA, 2019).

O risco de agressão é maior para mulheres negras, um estudo com dados mundiais indica que 1 em cada 3 mulheres já sofreram algum tipo de violência física (OMS, 2017), sendo levado em conta condições mentais associadas que podem incluir depressão, transtorno de estresse pós-traumático, ansiedade e suicídio (LACEY, 2014).

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de Fisioterapia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Jequié. Email: nandasantos.fos@gmail.com

<sup>2</sup>Acadêmica do Curso de Fisioterapia da UESB.

<sup>3</sup>Graduada em Licenciatura em Teatro pela UESB, campus de Jequié.

<sup>4</sup>Fisioterapeuta. Docente Assistente do Curso de Fisioterapia - Departamento de Saúde I da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Jequié.

Contudo, mesmo com a criação da Lei Maria da Penha de 2006, a população feminina ainda tem dificuldade de acesso a esse direito, mesmo que a lei deixe essa mulher amparada e protegida de futuras agressões, o acesso a mesma ainda é difícil, pois a lei não impede que a agressão aconteça, tendo em vista que outros fatores estão associados (YAREDY; ANDRADE, 2015)

### **Objetivo**

Diante disso, o presente estudo tem o objetivo de descrever a violência contra mulheres negras e identificar os fatores causais para este tipo de agressão.

### **Metodologia**

Este estudo foi realizado por meio de busca eletrônica para o levantamento das publicações, entre o período de outubro a novembro de 2020, nas bases de dados Lilacs, Pubmed e Scielo, utilizando os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) "Violência contra as mulheres" associada a "Racismo". Foram utilizados os operadores booleanos "OR" e "AND" para limitar os resultados da pesquisa. Depois da busca foram encontrados 31 artigos na íntegra nas bases de dados. A seleção dos materiais foi realizada a partir da leitura dos títulos e resumos, posteriormente foram selecionados 11 artigos para leitura completa, porém 7 foram incluídos no estudo, pois atendiam aos objetivos propostos. Foram selecionados artigos publicados entre 2014 e 2020, que estavam em português, os que não atendiam ao tema proposto e que foram publicados antes de 2014 foram excluídos da pesquisa.

### **Resultados/Discussão**

A partir dos artigos selecionados foi possível identificar que os dados de violência contra as mulheres aumentam diariamente, porém o Mapa da Violência de 2015, relatou um aumento no número de violência contra mulheres negras que foram a óbitos no Brasil, consistindo em 54% mais homicídios de mulheres negras, enquanto se comparado as brancas, ocorreu uma queda de mais de 9% (OMS, 2015). Este dado aponta que apesar de haver uma queda, ainda que mínima, no índice de violência contra a população feminina branca, não podemos dizer que este avanço inclui a população feminina negra (YAREDY, ANDRADE, 2015).

Com os dados observados, foi possível identificar que os casos de violência contra a mulher, além de trazer efeitos sobre a saúde física, mental e sexual, traz também prejuízos à saúde pública pois essa agressão pode ter como consequência abortos, desnutrição, HIV, dentre outros problemas, que levam à altos gastos para a saúde pública no país (OMS, 2015). O agravamento desse problema se dá quando a cor da pessoa se associa com o gênero, as causas e agravantes desse tipo de violência estão associadas a diversos fatores sociais, religiosos, familiares, econômicos e principalmente patriarcais, fato este que ocorre principalmente pela desigualdade socioeconômica que expõe a vítima a uma situação de risco maior e porventura pode impedir a aplicação da lei de forma efetiva, e pela falta de pautas dedicadas exclusivamente a essa população a fim de prevenir e alertar (SILVA, TAVARES, 2017).

Foi observado que apesar de as mulheres denunciarem, muitas delas se sentem coagidas e vivem em uma sociedade que sua voz ainda não tem valor social, pois são

desmerecidas por serem mulheres e negras vivendo em uma sociedade onde o racismo está estruturado (SANTOS, 2020). Dessa forma foi possível identificar que nos casos de violência doméstica teremos como indicadores a classe social, sendo aplicada em mulheres de baixa renda; a cor da pele sendo as mulheres negras mais propícias, e o local de moradia com a periferia em destaque para casos de agressão contra mulheres.

## Conclusão

Portanto, com base nos dados e artigos analisados, concluímos que há um aumento exponencial na violência contra a mulher negra e o racismo é um fator de grande influência sobre este fato, pois devido a ele essas mulheres podem se encontrar em maior vulnerabilidade social, econômica e geográfica. Mesmo com a existência de leis contra o racismo e medidas protetivas para crimes contra a mulher, há diversas falhas na aplicabilidade e na eficácia das mesmas, fazendo com que as mulheres sintam medo em denunciar e os homens sigam cometendo o crime por acreditarem na impunidade.

Apesar da existência da Lei Maria da Penha, de agosto de 2006, e as recentes alterações em seus artigos e novas leis acrescidas a ela, o que significa um grande avanço, ainda há muito a se conquistar, pois em contramão ao crescente encorajamento para que aconteça a denúncia, muitas mulheres ainda se mantêm retraídas em revelar a violência e abusos sofridos, por medo do que possa acontecer com os seus agressores e com elas.

Neste sentido, torna-se de suma importância a discussão deste tema em todos os locais e principalmente em áreas periféricas, para que as mulheres negras entendam seus direitos, identifiquem o crime e reportem cada vez mais os casos de agressões físicas, sociais e sexuais sofridas diariamente, pois a lei existe para a punição dos criminosos, mas infelizmente não impede que novos casos aconteçam.

**Descritores:** Violência Contra a Mulher; Racismo; Violência de Gênero; Preconceito.

**Eixo Temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

## Referências

LACEY, K. K. *et al.* Violência física severa e saúde e bem-estar das mulheres negras. **Jornal americano de saúde pública**, v. 105, n. 4, p. 719-724, 2015.

GROSSI, P. K. *et al.* Violência, direitos humanos e as interseccionalidades de gênero, raça/etnia, classe social e geração: desafios para as políticas públicas. **Joinpp. [periódico online]**. Agosto, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/mesas/violenciadireitoshumanoseasinterseccionalidadesdegeneroracaetniaclassesocialegeracaodesafiosparaaspoliticaspUBLICAS.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2020.

SANTOS, A. P. L. *et al.* A violência doméstica contra a mulher negra e a (in)eficácia na aplicabilidade da Lei Maria da Penha. **Ciências Sociais Aplicadas Direito**. jun, 2020.

SILVA, A. K. *et al.* Violência contra a mulher e racismo no Brasil: reflexão sobre os aspectos sociais da violência contra as mulheres negras. **Ciências Sociais Aplicadas Direito**. dez, 2019.

SILVA, D. G.; SILVA, D. G.; SOUZA, Admeir. Vidas negras importam: violência e racismo no Brasil. Copene Norte **[periódico online]**. 2019. Disponível em: [https://www.copenenorte2019.abpn.org.br/resources/anais/12/copenenorte2019/1568659313\\_ARQUIVO\\_2ce25e9f4cf8736e1acff90a68bbfc3a.pdf](https://www.copenenorte2019.abpn.org.br/resources/anais/12/copenenorte2019/1568659313_ARQUIVO_2ce25e9f4cf8736e1acff90a68bbfc3a.pdf). Acesso em: 03 nov. 2020.

YAREDY, T. J. E., ANDRADE, A, L. Violência contra a mulher: feminismo negro e interseccionalidades. Venadir, GT. 07 - **Mulheres, criminalização e violência**. 2015.

SILVA, H., L, S, J.; TAVARES, L. H. M. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA PERSPECTIVA DO FEMINISMO NEGRO. **Revista Colineares**, v. 4, n. 1, p. 67-78, 2017. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/colineares/article/viewFile/2714/1495>. Acesso em: 03 nov. 2020.

BRASIL. Organização Mundial da Saúde. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf). Acesso em: 03 nov. 2020.

OMS, Organização Mundial da Saúde. Folha informativa - Violência contra as mulheres, Brasil. 2017.



## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### ATUAÇÃO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: REVISÃO INTEGRATIVA

Maria Vitória Oliveira Couto<sup>1</sup>

Aline Vieira Simões<sup>2</sup>

Vanda Palmarella Rodrigues<sup>3</sup>

Roberta Laíse Gomes Leite de Morais<sup>4</sup>

Larisse Ramos de Oliveira<sup>5</sup>

Juliana Costa Machado<sup>6</sup>

#### Introdução

A temática da Violência Doméstica contra a Mulher (VDCM) ao longo dos anos ganhou espaço e vem sendo tratado como um problema universal pelo seu impacto nas áreas econômicas, educacionais, sociais e da saúde. A ocorrência desse fenômeno e as demais repercussões ocasionadas na vida de mulheres e de agressores tem chamado atenção dos meios de comunicação, pesquisadores, entidades, órgãos públicos e jurídicos (SILVA et al., 2015).

Estimativas globais publicadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) indicam que aproximadamente uma em cada três mulheres (35%) em todo o mundo sofreu violência física e/ou sexual por parte do parceiro ou de terceiros durante a vida. Desta forma, este agravo impacta negativamente a qualidade de vida das mulheres, podendo apresentar complicações relacionadas à saúde física, à gravidez, problemas mentais e interação social prejudicada (WHO, 2013).

Diante desse quadro, os serviços de saúde muitas vezes se constituem como o primeiro local de apoio às mulheres em situação de violência, sendo de suma importância para a constatação do problema, bem como um lugar de orientação. No entanto, a falta de estrutura para lidar com os casos, o escasso conhecimento sobre o tema, as crenças e o medo, tanto da comunidade quanto dos profissionais, dificultam a abordagem da problemática (GOMES et al., 2015).

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). E-mail: mvcouto22@yahoo.com

<sup>2</sup>Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB.

<sup>3</sup>Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB e do Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde da UESB e Líder do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO).

<sup>4</sup>Enfermeira. Mestre em Enfermagem e Saúde. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB

<sup>5</sup>Enfermeira. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde da UESB.

<sup>6</sup>Enfermeira. Doutora em Ciências da Saúde. Orientadora de Iniciação Científica FAPESB. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB e Líder do GPVIO.



Sendo assim, acredita-se que as representações sociais dos agentes comunitários de saúde (ACS) sobre a VDCM podem contribuir para a atuação junto à comunidade e às mulheres em situação de violência de forma a prevenir, combater e identificar o agravo.

## **Objetivo**

Analisar como as representações sociais dos agentes comunitários de saúde sobre a violência doméstica contra a mulher direcionam as suas práticas assistenciais diante do agravo.

## **Métodos**

Trata-se de um estudo de revisão integrativa de literatura de abordagem qualitativa. A busca dos artigos ocorreu através da estratégia PICO, metodologia que auxilia na elaboração da pergunta norteadora. A questão de pesquisa orienta e direciona o desenvolvimento dos critérios de revisão favorecendo uma busca mais eficaz e fornecendo uma estrutura para o desenvolvimento do relatório de revisão completo. Desse modo, a estratégia PICO possibilita a construção de uma questão clara e significativa para uma revisão de evidências qualitativas, considerando o Participante/População, fenômenos de Interesse e o Contexto (LOCKWOOD et al., 2020).

Nesse sentido, elaborou-se a seguinte pergunta norteadora: Como as representações sociais dos agentes comunitários de saúde sobre Violência Doméstica Contra a Mulher direcionam suas práticas assistenciais? Sendo o Participante os ACS, o Interesse as representações sociais sobre VDCM e o Contexto são as práticas assistenciais na atenção primária a saúde, não sendo explicitamente demonstrado na pergunta.

Em seguida, foi aplicada no portal da Scientific Electronic Library Online (SciELO), no portal da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Google Acadêmico utilizando os seguintes descritores válidos no DeCS: “violência contra a mulher” e “agentes comunitários de saúde”, bem como seus respectivos sinônimos. Sendo acrescentado aos descritores o termo livre “representações sociais”, com os operadores booleanos OR e AND. Aplicou-se também na National Library of Medicine (PubMed) com os MESH Terms “Community Health Workers” e “Violence Against Women” com seus respectivos sinônimos em title/abstract, bem como o free term “social representations”.

Os critérios de inclusão definidos foram artigos publicados nos idiomas inglês e português, com o período de publicação compreendido entre os anos de 2010 a 2020. Sobre os critérios de exclusão foram desconsiderados artigos repetidos, teses ou outro tipo de documento e aqueles que não contemplassem a pergunta norteadora. Inicialmente houve a recuperação de 339 artigos, após a aplicação dos filtros reduziu-se para 328. Sendo realizada a leitura flutuante dos títulos e resumos houve a exclusão de 319 estudos sem a adequação temática e logo após a leitura dos artigos restantes, totalizaram-se cinco estudos que atendiam o objetivo proposto. Após leitura dos artigos foi realizada uma análise crítica e construída uma discussão a respeito do que foi abordado no material coletado.

## **Resultados e Discussão**

Sabe-se que as representações sociais são partilhadas pelas pessoas, como uma forma de conhecimento, influenciando-as a construir uma realidade comum socialmente.

Significando assim a circulação de todos os sistemas de classificações, todas as imagens e todas as descrições, mesmo as científicas (MOSCOVICI, 2004). Pressupõe-se que as representações que os profissionais em geral e os ACS, em particular, constituem sobre a VDCM interferem de forma direta na qualidade assistencial das mulheres em situação de violência, possibilitando uma escuta qualificada, o acolhimento, o respeito e a articulação entre os diferentes serviços (BROCH, 2016).

Constata-se que a violência contra as mulheres é considerada uma violação dos direitos humanos, de sua condição como cidadã, de sua liberdade de ir e vir com segurança, de seu direito de se expressar e de ser respeitada em sua integridade física, psíquica e social (HESLER et al., 2013). Culturalmente o espaço socialmente predestinado como responsável pelo lar, pela procriação dos filhos e submissão ao companheiro, tornou-se tão comum que muitas mulheres não reconhecem alguns atos como fatores de violência (DIAS et al., 2020).

Diante disso, mostra-se a importância dos serviços de saúde, tanto por serem locais de apoio quanto pelo fato de poderem apresentar estratégias para seu enfrentamento e educação em saúde. Dentre os profissionais o trabalho dos ACS merece ênfase, pois a eles são atribuídas funções estratégicas e complexas. Salienta-se que os mesmos têm apresentado destaque no enfrentamento dos casos de violência, visto que durante a realização da visita domiciliar têm o privilégio de estarem mais presentes nas famílias e na comunidade, tendo a possibilidade de presenciar e/ou identificar os casos de violência no espaço doméstico (HESLER et al., 2013).

Em casos de VDCM presumida ou constatada, a equipe necessita agir com cautela, desde a elaboração das perguntas para nortear o atendimento, bem como quem deve fazê-las e como devem ser feitas. Faz-se essencial a escolha de um espaço adequado para o atendimento, presando pelo zelo, segurança, privacidade e confidencialidade da mulher. É de igual forma necessária a problematização do significado de VDCM, assim como da legislação protetiva (SILVA et al., 2015).

Destaca-se a importância do trabalho em equipe e a reflexão vinda dos profissionais sobre seu preparo para detecção dos casos e sua capacidade de prestar o cuidado, sendo essencial conhecer os prestadores adequados de serviços, cuidados e apoio contínuo, bem como a necessidade de equipes multiprofissionais articuladas e com atuação em rede. É necessário ressaltar a relevância de identificar os serviços de apoio, os espaços seguros na comunidade, mobilização de líderes locais, ações sociais, intervenções para os agressores, abrigos para as vítimas e o contato com organizações não governamentais (SILVA et al., 2015; GOMES et al., 2015).

Dessa forma, os ACS têm um papel fundamental nessas ações de prevenção e combate, uma vez que é visto como um facilitador comunitário, um agente transformador de saúde. Constituindo, assim, uma extensão dos serviços de saúde dentro das comunidades, pois, além de trabalhar ali, é membro desta e possui com ela um envolvimento pessoal, o que possibilita o fortalecimento do vínculo entre profissionais e comunidade (BROCH, 2016).

## **Conclusão**

A VDCM é um problema de saúde pública que ao longo dos anos vem ganhando notoriedade, entretanto ainda se encontram percalços que dificultam sua prevenção e combate. Diante disso, compreende-se que o trabalho dos ACS em conjunto com a comunidade é de total relevância para que se constatem alterações graduais nesse quadro.

Dessa forma, conhecer as representações dos mesmos sobre a problemática é de extrema importância, pois propicia a problematização desse fenômeno com a equipe, facilitando a busca e propostas de estratégias para intervenção junto às mulheres em situação de violência, assim como com os agressores e gestores dos serviços de saúde.

**Descritores:** Violência contra a mulher; Agentes comunitários de saúde; Atenção à saúde.

**Eixo Temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da Violência.

## Referências

BROCH, D. *et al.* Violência doméstica contra a mulher: representações sociais de agentes comunitários de saúde. **Revista de Enfermagem UFPE**, Recife, v. 10, n. 10, p. 3743-3750, out. 2016. Acesso em: 8 set. 2020. DOI: 10.5205/reuol.9667-87805-1-ED1010201604

DIAS, G. A. *et al.* Representações sociais dos profissionais da Atenção Primária à Saúde sobre as práticas de cuidado nas situações de violência doméstica contra a mulher. **Research, Society and Development**, Jequié, v.9, n. 9, p. e139996703, 14 ago. 2020.

GOMES, V. L. O. *et al.* Domestic violence against women: representations of health professionals. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 4, p. 718-724, ago. 2015.

HESLER, L. Z. *et al.* Violence against women in the perspective of community health agents. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 180-186, mar. 2013.

SILVA, C. D. *et al.* Social representation of domestic violence against women among Nursing Technicians and Community Agents. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 22-29, fev. 2015.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Violence against women: a 'global health problem of epidemic proportions'**, 2013. Disponível em: [https://www.who.int/mediacentre/news/releases/2013/violence\\_against\\_women\\_20130620/en/](https://www.who.int/mediacentre/news/releases/2013/violence_against_women_20130620/en/). Acesso em: 22 set. 2020.

LOCKWOOD, C. *et al.* Revisões sistemáticas de evidências qualitativas. *In*: AROMATARIS, E.; MUNN, Z. (Editores). **JBIM Manual for Evidence Synthesis**. JBI, 2020. Disponível em: <https://synthesismanual.jbi.global>. Acesso em: 19 out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.46658/JBIMES-20-03>.



## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### TECNOLOGIAS RELACIONAIS NA ASSISTÊNCIA ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: REVISÃO INTEGRATIVA

Bruna Cabral Barreto de Souza<sup>1</sup>  
Aline Vieira Simões<sup>2</sup>  
Vanda Palmarella Rodrigues<sup>3</sup>  
Roberta Laíse Gomes Leite Morais<sup>4</sup>  
Elba Miranda Nascimento<sup>5</sup>  
Juliana Costa Machado<sup>6</sup>

#### Introdução

A violência doméstica contra a mulher é vista como um fenômeno que envolve uma ação ou omissão fundamentada no gênero que produz morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e também dano moral ou patrimonial. Tal fenômeno pode ocorrer na esfera doméstica, familiar e em relações íntimas em que ocorra afeto sendo, portanto, compreendido como uma violação dos direitos humanos (BRASIL, 2006).

Por ser uma questão que perpassa a saúde pública, diferentes profissionais atuam frente a este fenômeno (BROCH et al., 2016). Por sua vez, os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) representam importantes aliados contra a problemática da Violência Doméstica Contra a Mulher (VDCM), visto que os mesmos residem na comunidade pela qual é responsável, o que contribui para um melhor entendimento do cotidiano das mulheres e demais componentes familiares. Além disso, os ACS promovem uma ligação entre a comunidade e demais profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF) (ARBOIT et al., 2018).

Sendo assim, para que ocorra um melhor manejo nas situações de violência, faz-se necessário o uso de estratégias, tais como, as tecnologias relacionais que visam promover uma escuta qualificada permeada pelo acolhimento, respeito e confiança, além de propiciar um vínculo entre os ACS e as mulheres em situação de violência doméstica (ABREU, 2017).

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. Bolsista de Iniciação Científica da UESB. E-mail: brunacabral2000@gmail.com

<sup>2</sup>Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB.

<sup>3</sup>Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB e do Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde da UESB.

<sup>4</sup>Enfermeira. Mestre em Enfermagem e Saúde. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB.

<sup>5</sup>Enfermeira. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde da UESB.

<sup>6</sup>Enfermeira. Doutora em Ciências da Saúde. Orientadora de Iniciação Científica UESB. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB.

Deste modo, torna-se relevante compreender qual a contribuição das tecnologias relacionais na assistência prestada pelos ACS às mulheres em situação de violência doméstica, uma vez que este conhecimento poderá contribuir para um melhor enfrentamento da VDCM.

### **Objetivo**

Identificar como as tecnologias relacionais auxiliam na assistência de Agentes Comunitários de Saúde às mulheres em situação de Violência Doméstica.

### **Métodos**

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, baseada em artigos científicos disponibilizados on-line. Para elaboração da pergunta de pesquisa utilizou-se a Estratégia PICO, a qual representa um acrônimo para População, Fenômenos de Interesse e Contexto. A utilização desta estratégia em uma pesquisa de caráter qualitativo permite a construção de uma pergunta clara e significativa (LOCKWOOD et al., 2020).

Nesta pesquisa, os participantes foram representados pelos ACS e Mulheres em situação de violência, o Interesse por sua vez, foi representado pela contribuição das tecnologias relacionais e por fim o Contexto foi representado pela Assistência à Saúde. Após utilização da estratégia foi definida a pergunta de pesquisa: Como as tecnologias relacionais auxiliam a assistência de ACS às mulheres em situação de violência doméstica?

Uma vez definida a pergunta de pesquisa, realizou-se a busca dos artigos no Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) em setembro de 2020. Foram utilizados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “agentes comunitários de saúde”, “violência contra a mulher”, “violência doméstica” e “assistência à saúde”, bem como, os termos livres “assistência” e “cuidados de saúde”. Ainda, foram utilizados os operadores booleanos *AND* e *OR*.

Utilizou-se como critérios de inclusão: os artigos encontrados entre os anos de 2015 a 2020 e que respondessem à pergunta de pesquisa. Por sua vez, o critério de exclusão deu-se sobre os documentos que se constituíam como teses, dissertações, editoriais e outros tipos de trabalhos e que não respondessem à pergunta de pesquisa.

Inicialmente foram encontrados 18 artigos, após serem aplicados os critérios de inclusão e exclusão, leitura dos seus títulos, resumos e, posteriormente, dos textos na íntegra, resultou-se na seleção de sete artigos, os quais encontravam-se indexados nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF).

Sendo assim, procedeu-se a uma análise crítica do material e após organizou-se os resultados e discussão a respeito das tecnologias relacionais, da violência doméstica contra a mulher e agentes comunitários de saúde.

### **Resultados/Discussão**

O trabalho que os profissionais da área da saúde exercem no contexto da VDCM é importante para o processo de identificação dos casos de violência, especialmente quando a assistência destes profissionais ocorre durante as visitas domiciliares, visto que, neste ambiente é possível identificar situações de violência que normalmente não ocorreriam em uma unidade de saúde (HEISLER et al., 2017).

Destarte, os ACS se constituem em um dos principais atores na identificação da VDCM, visto que estes profissionais visitam de forma recorrente os domicílios das pessoas pelas quais são responsáveis no exercício do seu trabalho, o que por sua vez permite o estabelecimento de um diálogo entre o profissional e o indivíduo usuário do serviço de saúde (SIGNORELLI; TAFT; PEREIRA, 2018).

Diante deste contexto, fica evidente a necessidade do uso de estratégias que permitam uma boa relação e comunicação entre o profissional e a mulher, tais como as tecnologias leves, as quais são compreendidas como os instrumentos relacionais, a exemplo da escuta qualificada, respeito, confiança, diálogo, empatia e acolhimento (ABREU, 2017).

Um estudo realizado em dois municípios do Rio Grande do Sul identificou na fala dos participantes a importância da escuta, a qual deve estar associada a uma prática de observação por parte do profissional com a mulher, com a finalidade de identificar o que não é expressado verbalmente, como por exemplo, os possíveis indícios da violência doméstica. A prática da observação associada à visita domiciliar permite que os profissionais percebam o comportamento das mulheres, bem como, o relacionamento delas com os seus parceiros e as lesões visíveis nos momentos das visitas (ARBOIT et al., 2018).

Além disso, torna-se indispensável a existência de uma escuta livre de julgamentos, sendo também evidenciado que a mesma ocorra de maneira sigilosa, possibilitando o desenvolvimento do sentimento de confiança e também de um vínculo, entre os profissionais de saúde e a mulher. Sendo esta relação de confiança muito importante, pois a mesma propicia a identificação da VDCM (ZUCHI et al., 2018; LIMA; PACHECO, 2016).

Ainda, no que tange à escuta, a escolha de um lugar onde as conversas ocorram é primordial e deve pautar-se no sigilo e na segurança, para que a mulher sinta-se tranquila ao compartilhar as situações de violência que possa estar vivenciando, além de contribuir para a construção de um projeto terapêutico. Sendo também necessária a existência de um acolhimento à mulher. Uma postura calma, empática e sensível, também é importante por possibilitar a formação de um canal de comunicação entre os envolvidos (ZUCHI et al., 2018).

A assistência prestada pelos ACS às mulheres em situação de violência doméstica é extremamente importante, dado que estes profissionais constroem uma relação de confiança com essas mulheres (ARBOIT et al., 2018). Portanto, é necessário que os ACS compreendam o conceito de violência doméstica contra a mulher, como também tenham a capacidade de identificar as melhores estratégias de intervenção a serem utilizadas em cada situação. Sendo relevante a compreensão destes profissionais para a prevenção, identificação e intervenção frente ao fenômeno de violência, além de permitir a problematização do assunto entre a equipe de saúde (SILVA et al., 2015; BROCH et al., 2016).

## **Conclusões**

Os ACS desempenham um importante papel no manejo contra a VDCM, em virtude de sua atuação envolver o contato direto com a mulher, sua família e o ambiente em que muitas vezes ocorre a violência. Desse modo, a atuação do ACS torna-se um potencial para identificação e intervenção do fenômeno de violência contra a mulher.

Sendo assim, as tecnologias relacionais na assistência dos ACS às mulheres em situação de violência doméstica auxiliam neste processo investigativo, pelo fato destas estratégias relacionais permitirem a formação de um vínculo entre o profissional e a mulher, além de corroborar para existência de uma relação pautada no respeito, sigilo e confiança.

Portanto, ressalta-se a importância do conhecimento sobre as tecnologias relacionais por parte dos ACS, a fim de compreenderem os benefícios da mesma, o que por sua vez incentiva os profissionais a lançarem mão dessas estratégias durante a assistência prestada às mulheres.

**Descritores:** Agentes Comunitários de Saúde; Violência contra a Mulher; Assistência à Saúde.

**Eixo Temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da Violência.

## Referências

ABREU, T. F. K.; AMENDOLA, F.; TROVO, M. M. Tecnologias relacionais como instrumentos para o cuidado na Estratégia Saúde da Família. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 70, n. 5, p. 981-987, out. 2017

ARBOIT, J. *et al.* Violência doméstica contra mulheres rurais: práticas de cuidado desenvolvidas por agentes comunitários de saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 506-517, jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de ago. 2006.** Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, ago. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/L11340.htm). Acesso em: 02 nov. 2020.

BROCH, D. *et al.* Violência doméstica contra a mulher: representações sociais de Agentes Comunitários de Saúde. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, Recife, v. 10, n. 10, p. 3743-50, out. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/11439>. Acesso em: 05 nov. 2020.

HEISLER, E. D. *et al.* Potencialidade e limites da visita domiciliar para identificar e abordar mulheres em situação de violência. **Ciência Cuidado e Saúde**, Maringá v. 16, n. 3, p. 1-8, jul./set., n. 2017.

LIMA, N. J. S. O.; PACHECO, L. R. Violência doméstica contra a mulher na perspectiva de Agentes Comunitários de Saúde. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, Recife, v.10, n. supl. 5, p. 4279-85, nov. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/11174>. Acesso em: 05 nov. 2020.

LOCKWOOD, C. *et al.* Capítulo 2: Revisões sistemáticas de evidências qualitativas. In: AROMATARIS, E; MUNN, Z. (Editores). **JB1 Manual for Evidence Synthesis**. JBI, 2020. Disponível em: <https://synthesismanual.jbi.global>. Acesso em: 02 nov. 2020.

SIGNORELLI, M. C.; TAFT, A.; PEREIRA, P. P. G. Domestic violence against women, public policies and community workers in Brazilian Primary Health Care. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23 n. 1, p. 93-102, jan. 2018.

SILVA, C. D. *et al.* Representação social da violência doméstica contra a mulher entre Técnicos de Enfermagem e Agentes Comunitários. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 22-29, fev. 2015.

ZUCHI, C. Z. *et al.* Violência contra as mulheres: concepções de profissionais da Estratégia Saúde da Família acerca da escuta. **REME - Revista Mineira de Enfermagem**, 22:e-1085. 2018.





## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES DE PROMOÇÃO E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMAREVISÃO DE LITERATURA

Raissa Brito Teixeira<sup>1</sup>  
Ranna Gabriele Sampaio da Conceição<sup>2</sup>  
Tamiles Souza Oliveira<sup>2</sup>  
Layres Canuta Cardoso Climaco<sup>3</sup>

#### Introdução

A violência contra a mulher se configura como qualquer ato de agressão baseado em gênero, que resulte ou possa resultar em dano físico, patrimonial, moral, psicológico e ou sexual, podendo ser praticado de forma individual ou coletiva (PINTO et al., 2017).

No Brasil, nas últimas três décadas, houve um aumento nas reflexões, pesquisas e debates sobre violência, principalmente sobre as ações de promoção e prevenção. Iniciativas para a prevenção da violência e a sedimentação de uma cultura da paz passaram a ser entendidas como atitudes fundamentais no campo dos setores: educação, assistência social, saúde e segurança pública (FANGER; SANTIAGO; AUDI, 2019).

O âmbito da saúde é norteado pelas ideias de proteção e promoção da saúde, vistas em sua significação mais ampliada de bem-estar individual e coletivo. Das regulamentações do Ministério da Saúde, destacam-se duas portarias, que convergem para uma implementação mais efetiva das ações preventivas contra a violência: Portaria nº 936, de 18 de maio de 2004, que dispõe sobre a estruturação da Rede Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde e a Implantação e Implementação de Núcleos de Prevenção à Violência em Estados e Municípios (BRASIL, 2004) e a Portaria nº 687, de 30 de março de 2006, que aprova a Política de Promoção da Saúde (BRASIL, 2006).

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. E-mail: raissaenfermagem1996@gmail.com.

<sup>2</sup>Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié.

<sup>3</sup>Enfermeira. Mestre pelo Programa de Pós Graduação em enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campos Jequié. Docente da Faculdade Unidas de Pesquisa, Ciências e Saúde (FAPEC).

A Rede Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde tem como objetivos: a articulação da gestão de conhecimento no desenvolvimento de pesquisas com a formulação de indicadores e a disseminação de conhecimentos e práticas; a implementação da troca de experiências em vários níveis (de gestão e formulação de políticas públicas intersetoriais e intrasetoriais, de práticas de atenção integral às pessoas vivendo situações de violência, das formas de participação social nas várias esferas de gestão); e acompanhar o desenvolvimento das ações do Plano Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde nas várias esferas de gestão (BRASIL, 2004).

A Política de Promoção da Saúde apresenta um quesito específico para a prevenção da violência e estímulo à cultura de paz, que se propõe a: contribuir para ampliação e fortalecimento da Rede Nacional de Prevenção e para o incentivo e monitoramento dos Planos Estaduais e Municipais de Prevenção da Violência; investir na sensibilização e capacitação dos gestores e profissionais de saúde na identificação e encaminhamento adequado de situações de violência intrafamiliar e sexual, com a implementação da ficha de notificação de violência interpessoal e a implantação de Serviços Sentinela; e o estímulo à articulação intersetorial (BRASIL, 2006).

### **Objetivo**

Analisar o que se tem publicado acerca das políticas públicas voltadas para as ações de promoção e prevenção da violência contra a mulher.

### **Métodos**

Trata-se de uma revisão de literatura que partiu da seguinte questão norteadora: o que versa a literatura sobre as políticas públicas voltadas para ações de promoção e prevenção da violência contra a mulher?

A fim de responder a essa pergunta, foi realizada uma busca das publicações no mês de novembro de 2020, disponíveis no meio eletrônico, nas seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) utilizando os seguintes descritores: “violência”, “promoção da saúde”, “políticas” e “mulher” com auxílio do Operador Booleano AND.

Para a seleção dos estudos foram estabelecidos como critérios de inclusão: estar disponível on-line; ser redigido em português, inglês e espanhol; ter sido publicado no período de 2015 a 2020. Foram excluídos os estudos: sem resumo disponível, as dissertações e as teses. Foi encontrado 13 estudos, e destes selecionados 6 artigos que estavam de acordo com os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos. Foi realizada leituras para o conhecimento e análise de seus conteúdos, logo após, foi explorado mais os estudos com o objetivo de verificar se os mesmos se enquadravam no objetivo proposto.

Após análise dos trabalhos que participaram desse estudo, os resultados das sínteses foram agrupados em categorias para melhor compreensão do tema. Sendo essas categorias divididas em duas: Profissionais de saúde como detectores de violência e a ação da saúde pública na prevenção da violência.

### **Resultados/Discussão**

A análise dos artigos demonstrou que dos estudos selecionados no período de 2015 a 2020, 20% foram publicados em 2014, 20% em 2015, 20% em 2016 e 40% em 2018. Os profissionais da saúde são atores-chaves no processo de detectar a ocorrência da violência, pois através da sua rotina de atendimento e na relação com os pacientes é possível identificar se a mulher está sofrendo alguma agressão, além de trabalhar a prevenção da violência (BATISTA; SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 2018).

Uma pesquisa evidenciou que a autonomia científica dos profissionais de saúde e o conhecimento é essencial para inclusão da perspectiva de gênero e descoberta da violência, tanto nas políticas de saúde quanto nas práticas realizadas no seu processo de trabalho. A busca pelas portarias e legislações é uma maneira de promoção da autonomia dos profissionais, na efetivação da sua função, e essas ações ultrapassam a oferta de capacitação dos serviços e remetem ao comprometimento com a prevenção e a assistência prestada às mulheres (BEZERRA et al., 2018).

Outra pesquisa demonstrou que a maioria das intervenções dos profissionais de saúde podem contribuir tanto para a redução das situações de risco como para o fortalecimento de condições que possam dificultar a ocorrência da violência (BATISTA; SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 2018).

A prevenção da violência e construção de uma cultura de paz pela saúde pública estão diretamente relacionadas a detecção precoce das condições de risco, à redução e controle das situações de vulnerabilidade à violência e ao fortalecimento de fatores de proteção e de defesa dos indivíduos, sendo que em dos estudos comprovou que as políticas públicas de proteção aos direitos da mulher vêm sendo desenvolvidas ao longo dos anos, em especial com o aprimoramento da legislação pertinente e de normas e princípios para o enfrentamento e prevenção da violência contra a mulher (PINTO et al., 2017).

## **Conclusão**

O estudo demonstrou que a literatura tem abordado a “figura” dos profissionais de saúde e o poder da ação da saúde pública na prevenção da violência contra a saúde da mulher. Os profissionais da saúde vêm sendo destacados como atores sociais importantes na identificação precoce da violência, bem como trabalham na perspectiva da promoção e prevenção da saúde no contexto da saúde da mulher.

Faz-se necessário investir em educação permanente em saúde, pois ao ser capacitado e ter o conhecimento das políticas públicas voltada para a promoção e prevenção da violência ampliaria o leque de ações de promoção e prevenção da violência contra a mulher.

Por fim, sabe-se que no contexto atual da pandemia mundial da covid 19, as mulheres estão sendo mais acometidas pelos diversos tipos de violência, e espera-se que novos estudos sejam realizados na perspectiva de demonstrar a atuação dos profissionais diante esse atual desafio e que novos protocolos e políticas possam ser implementados para ajudar na prevenção da violência contra a mulher.

**Descritores:** Violência; Promoção da saúde; Políticas; Mulher.

**Eixo Temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

## Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 687, de 30 de março de 2006. **Política de Promoção da Saúde**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n.63, Seção 1, 31 mar, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 936, de 18 de maio de 2004. **Rede Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde e Implantação e Implementação de Núcleos de Prevenção à Violência em Estados e Municípios**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n.96, Seção 1, 20 mai. 2004.

BEZERRA, J.F.; LARA, S.R.G.; NASCIMENTO, J.L.; BARBIERI, M. Assistência à mulher frente à violência sexual e políticas públicas de saúde: revisão integrativa sexual. **Revista Brasileira Promoção da Saúde**, Fortaleza, CE, v.31, n.1, p. 1-12, 2018.

BATISTA, K.B.C.; SCHRAIBER, L.M.; D'OLIVEIRA, A.F.P.L. Gestores de saúde e o enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres: as políticas públicas e sua implementação em São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.34, n.8, :e.00140017, 2018.

FANGER, V.C.; SANTIAGO, S.M.; AUDI, C.A.F. Fatores associados à violência contra mulher na vida pregressa de mulheres encarceradas. **Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, MG, v.23, e.1249, 2019.

PINTO, L.S.S.; OLIVEIRA, I.M.P.; PINTO, E.S.S.; LEITE, C.B.C.; MELO, A.N.; DEUS, M.C.B.R. Políticas públicas de proteção à mulher: avaliação do atendimento em saúde de vítimas de violência sexual. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n.5, p.1501-1508,2017.



## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Kristine Kelly de Albuquerque<sup>1</sup>  
Etiane Cristine de Oliveira<sup>2</sup>

#### Introdução

A violência doméstica e familiar contra a mulher é um fenômeno complexo e multifatorial. Suas formas de manifestação perpassam pela socialização de gênero, na qual papéis e lugares sociais de homens e mulheres são normatizados através de padrões culturalmente estabelecidos por uma sociedade patriarcal e heteronormativa, gerando um ciclo de violências com variadas faces. A violência contra a mulher adquire características específicas neste contexto, uma vez que sua expressão mais comum nas estatísticas é cometida por pessoas de proximidade, sendo familiares, pessoas do convívio social ou parceiros íntimos. Essas relações no âmbito doméstico e familiar implicam em cenários de alta vulnerabilidade, uma vez que o próprio espaço familiar e/ou residencial se torna inseguro para as mulheres. Essas situações de risco se traduzem em dados estatísticos alarmantes, tornando tal questão um grave problema de saúde pública (ALBERNAZ; LONGHI, 2009).

No fomento às ações de combate e prevenção desta forma de violência, legislações específicas e marcos teóricos foram elaboradas no Brasil e no mundo. Dentre elas, destacam-se a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, em 1979; a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, em 1994; o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2005; a Lei Nº 11.340, em 2006; e a Lei Nº 13.104, de 2015 (BRASIL, 1994; BRASIL, 2002; BRASIL, 2006a; BRASIL, 2006b; BRASIL, 2015).

Ressalta-se aqui as duas últimas, por mudarem paradigmas quanto às formas de violência contra a mulher. A Lei Nº 11.340, que se tornou popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, definiu o conceito de violência contra a mulher e suas tipificações, sendo estas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Além de outras mudanças inovadoras, aumentou a severidade de punição ao autor de violência. Quanto à Lei Nº 13.104, esta introduz uma qualificadora para homicídios praticados contra a mulher, possibilitando o aumento de pena mínima e máxima para esses crimes.

<sup>1</sup>Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário do Vale do Ipojuca (UNIFAVIP). E-mail: kristine.psicologia@gmail.com

<sup>2</sup>Psicóloga. Mestra em Psicologia pela UFPE. Docente do curso de Graduação em Psicologia no UNIFBV.

Sendo o cenário educacional um espaço de formação cidadã, democrática, ética e humana, este se torna fértil em possibilidades de promoção e desenvolvimento de consciência

social, reflexiva e crítica frente às relações humanas e à sociedade como um todo. Diante das opressões e desigualdades de gênero presentes na realidade social, a educação deve privilegiar uma aprendizagem significativa marcada pela interdisciplinaridade e pela afirmação aos direitos humanos, com a lente de gênero e suas intersecções, almejando a formação das novas gerações com valores justos e equânimes, para promoção de uma cultura de paz e respeito (BARRETO; SILVA, 2015).

### **Objetivo**

O objetivo geral é descrever as experiências do projeto de extensão universitária “Lei Maria da Penha vai às escolas” e suas intervenções, com foco nas ações desenvolvidas no âmbito escolar. Têm-se como objetivos específicos: identificar as contribuições da inserção dos diálogos sobre gênero no contexto educacional e como estas apresentam condições de possibilidades à prevenção da violência contra a mulher.

### **Descrição da Experiência**

A extensão universitária é um dos pilares da formação acadêmica e profissional, sendo uma ferramenta que une teoria e prática para a transformação da realidade social. Suas diretrizes objetivam a produção do conhecimento de acordo com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento e a participação da comunidade (FORPROEX, 2012).

O projeto “Lei Maria da Penha vai às escolas” toma forma no Centro Universitário do Vale do Ipojuca (UNIFAVIP) junto ao Laboratório de Prática Psicológica e Organizações Sociais (LAPOS). Concebido em 2007, o LAPOS possui como norte a promoção de ações que contribuam para a prevenção e o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. Dentre as ações realizadas ao longo de sua atuação estão oficinas de acolhimento às mulheres em situação de violência, oficinas de psicoeducação aos autores de violência, oficinas reflexivas junto à comunidade para disseminação de informações que favoreçam o enfrentamento coletivo da violência contra a mulher e fortalecimento da rede de proteção à mulher junto ao poder executivo municipal. O trabalho é desenvolvido por discentes do curso de Psicologia, que recebem capacitação e supervisão contínuas para auxiliar nesse objetivo através de projetos de extensão universitária e estágios específicos.

O projeto “Lei Maria da Penha vai às escolas” surge em 2012 como uma das ações do LAPOS, a partir da parceria com a Secretaria Especial da Mulher e Direitos Humanos do município de Caruaru-PE. O UNIFAVIP possui outros projetos de extensão universitária que atuam com um olhar de gênero em contextos educacionais, porém o projeto que é objeto de estudo neste relato possui foco específico nestas relações diante da violência contra a mulher. Com perspectiva teórica-metodológica feminista, além das diretrizes do FORPROEX (2012) e ferramentas qualitativas de pesquisa-ação (GIL, 2019) e intervenção psicossocial (NEIVA, 2010), objetiva-se a reflexão e a desnaturalização das normas sociais de gênero para se atingir uma sociedade justa e igualitária baseada na cultura de paz e respeito.

Ao longo de sua atuação, os discentes que integraram o projeto passaram por prévia capacitação e planejamento das ações interventivas, bem como posterior avaliação de seus resultados. As ações passaram por dezenas de escolas da rede estadual e municipal no estado de Pernambuco, de forma pontual e/ou sistemática. Com a renovação anual de vagas para composição do projeto, as intervenções práticas sofriam variações e inovações, porém sem perder o alinhamento ao objetivo principal de desfamiliarização das normas sociais de gênero.

Dentre as intervenções realizadas, os métodos incluíam dinâmicas de grupo, oficinas psicoeducativas e outras. Algumas das construções positivas geradas a partir desses momentos foram: compreensão dos padrões de gênero e suas influências nos modos de ser e estar no mundo, compreensão das distintas formas de violência contra a mulher, conhecimento da rede de proteção à mulher existente nos municípios e desenvolvimento de consciência crítica frente aos comportamentos e crenças sexistas presentes nas diferentes expressões de violência contra a mulher.

Considerando o compromisso da educação de formação cidadã e humana, assim como o compromisso da psicologia nos contextos social e educacional, que abrange os processos grupais e as relações interpessoais, compreende-se que o espaço escolar deve possibilitar conscientização social, promoção de paz e prevenção de violências. Assim, a integração de reflexões frente à socialização de gênero e suas repercussões nocivas aos modos de ser e estar no mundo constituem-se como necessários para uma educação emancipatória.

### **Repercussões**

A partir das experiências do projeto, foi possível perceber o papel transformador da educação e sua importância para a prevenção e o enfrentamento à violência contra a mulher. Além dos resultados empíricos, verificados nas avaliações recebidas pelos profissionais das escolas participantes e nas discussões geradas pelos estudantes durante a realização das atividades, destaca-se o papel fundamental de disseminação de informações em uma rede solidária e comunitária.

Sabe-se que o fortalecimento de vínculos em redes sociais e afetivas são fatores de proteção à saúde física e mental, e esse aspecto adquire importância em níveis ainda maiores quando se trata de mulheres em risco e/ou em situações de vulnerabilidade. Quando os locais de moradia e participação social deixam de ser seguros pela proximidade com familiares e parceiros íntimos autores de agressão, a existência dessa rede favorece a confiança e o suporte necessários para vias de saída de relações abusivas e/ou violentas. Em oficinas realizadas pelo projeto de extensão aqui citado, relatos de violência na comunidade dos estudantes ou dentro de suas próprias casas eram frequentes, e esse contato com o tema gera formas possíveis de lidar com essa situação, possibilitando tanto o início de um processo de ruptura quanto a difusão e expansão dessas informações.

As percepções e vivências no projeto levaram à conclusão coletiva de seus resultados positivos e efetivos quanto ao seu objetivo, atuando na promoção da paz social, da equidade de gênero e na prevenção da violência contra a mulher. Em 2016, o projeto foi respaldado por decreto municipal, passando a integrar de forma permanente as ações pedagógicas na cidade, além de haver ações em outros municípios através de parcerias, ressaltando sua relevância social.

### **Considerações Finais**

No presente relato, o propósito foi demonstrar a efetividade do projeto vivenciado através da extensão universitária, articulando as práticas da intervenção psicossocial e as lentes de análise de gênero no contexto escolar quanto às contribuições para a prevenção da violência contra a mulher. Assim, foi possível verificar a importância da estimulação de diálogos e reflexões acerca das normatizações de gênero diante de práticas cotidianas que geram desigualdades e violências, bem como o papel ético da psicologia quanto ao

compromisso de atuar para o bem-estar coletivo e individual e a efetivação dos direitos humanos. Por fim, sugere-se a realização de novos trabalhos teóricos e empíricos que venham a ampliar as reflexões sobre a inserção de discussões de gênero no âmbito escolar.

**Descritores:** Extensão Universitária; Prevenção; Violência baseada em gênero; Violência contra a mulher.

**Eixo Temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

### Referências

ALBERNAZ, L. S. F.; LONGHI, M. Para compreender gênero: uma ponte para relações igualitárias entre homens e mulheres. In: SCOTT, P.; LEWIS, L.; QUADROS, M. T. (org.). **Gênero, diversidade e desigualdades na educação: interpretações e reflexões para formação docente**. Recife: EDUFPE, 2009, p. 75-96.

BARRETO, R. F.; SILVA, J. B. Educação em direitos humanos em uma perspectiva de gênero na escola. **Revista de Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 21, p. 7-15, out., 2015. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/15/21/educacao-em-direitos-humanos-em-uma-perspectiva-de-gnero-na-escola>. Acesso em: 16 nov. 2020.

BRASIL. **Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher**, 1994. Belém do Pará, 09 de junho de 1994. Disponível em: <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>. Acesso em: 16 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 4.377**, de 13 de setembro de 2002. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979 [...]. Brasília, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4377.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4377.htm). Acesso em: 16 nov. 2020.

BRASIL. **Lei 11.340**, de 07 de agosto de 2006, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2006a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm). Acesso em: 16 nov. 2020.

BRASIL. **Lei 13.104**, de 09 de março de 2015, altera o art. 121 do Decreto-Lei Nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio [...]. Brasília, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm). Acesso em: 16 nov. 2020.

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**, 2005. Brasília: Presidência da República; Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, 2006b. Disponível em: [http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm\\_compacta.pdf](http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf). Acesso em: 16 nov. 2020.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus/AM, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 13/11/2020. Acesso em: 13 nov. 2020.



GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

NEIVA, K. M. C. **Intervenção Psicossocial**: aspectos teóricos, metodológicos e experiências práticas. São Paulo: Vetor, 2010.



**GPVIO**

GRUPO DE PESQUISA  
VIOLÊNCIA, SAÚDE E CULTURA DE PAZ



**VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR**

Uma violação dos Direitos Humanos

## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### ESTRATÉGIAS UTILIZADAS POR MULHERES NO PROCESSO DE SUPERAÇÃO DE TRAUMAS ADVINDOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Larissa Conceição Deveza<sup>1</sup>  
Rose Manuela Marta Santos<sup>2</sup>

#### Introdução

A violência contra a mulher, antes considerada como questão de ordem privada, ganhou visibilidade sobretudo, como consequência da resistência das mulheres à ditadura e principalmente como resultado da pressão do movimento feminista que, a partir da década de 70, passou a lutar pelos chamados Direitos Humanos das Mulheres (LIMA; SOUSA; SOUZA, 2010).

A violência doméstica que é considerada todo ato praticado por motivos de gênero, dirigido contra uma mulher e que resulte, ou possa resultar em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, incluindo as ameaças e a privação arbitrária de liberdade que ocorra na vida pública ou privada. Tal violência causa repercussões em vários aspectos da sua vida e tem ganhado grandes repercussões no âmbito da saúde pública pois, além de violar os direitos humanos das vítimas, interfere diretamente na saúde física e psíquica da mulher (FONSECA; RIBEIRO; LEAL, 2012).

A violência pode ser caracterizada de diversas formas que vão desde as marcas visíveis até as menos perceptíveis que são os danos emocionais gerados pela violência psicológica. A mesma acontece como um ciclo vicioso e repetitivo, que se inicia com episódios de violência psicológica, descrita como a fase da tensão, seguidos da violência física, a qual é considerada a fase da explosão e, logo após a fase de reconciliação, também chamada lua-de-mel, na qual permanece por um curto período, até que se inicie novamente a fase da tensão.

De acordo com o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) foram registrados 26.915 casos de violência através do preenchimento da ficha de Notificação/Investigação da Violência Doméstica, Sexual e/ou outras Violências do Sistema de Informação de Agravos de Notificação no estado da Bahia no período de 2015 a 2017.

<sup>1</sup>Enfermeira pela Faculdade Maria Miza (FAMAM). E-mail: larissa\_deveza@hotmail.com.

<sup>2</sup>Enfermeira. Doutora e Mestre em Ciências da Saúde - PPGES/UESB. Professora do Curso de Enfermagem da Faculdade Maria Milza (FAMAM). E-mail: rmms9@hotmail.com.

Quando comparado aos anos anteriores, esses dados refletem um aumento brusco no número de casos, uma vez que foram registrados 20.457 casos nos anos de 2012 a 2014.

Contudo, embora os registros evidenciem um aumento de casos, estes podem não configurar uma realidade fidedigna, se levado em consideração a subnotificação dos mesmos. Nesse contexto, diante do aumento do número de vítimas de violência doméstica contra mulher no Brasil, houve a criação da Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha, que coíbe a violência doméstica e familiar contra as mulheres (BRASIL, 2006).

Dessa forma, este estudo torna-se relevante, pois enfatiza discussões sobre o enfrentamento da violência contra a mulher no país, possibilitando que as vítimas reconheçam o ciclo da violência doméstica vivenciado.

## **Objetivo**

Descrever as estratégias utilizadas pelas mulheres no processo de superação de traumas relativos à violência doméstica.

## **Método**

Trata-se de uma pesquisa descritiva e de caráter qualitativo realizado em municípios do Recôncavo da Bahia, Brasil. Participaram deste estudo cinco mulheres selecionadas conforme a técnica de *Snowball Sampling*, seguindo os critérios de inclusão: mulheres acima de 18 anos e vítimas de violência doméstica. Utilizou-se como critério de exclusão, mulheres que foram indicadas por outras, mas que não se sentiram à vontade em colaborar com o estudo, desistindo assim da entrevista. Ressalta-se que, a escolha da primeira participante foi definida por conhecimento da pesquisadora e, a amostra foi finalizada na quinta participante, por esta não saber indicar outras mulheres.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista online, por chamada de vídeo em ambientes virtuais com interação em áudio e vídeo e com a utilização de um questionário semiestruturado, composto por oito questões relacionadas à caracterização sociodemográfica e econômica das participantes e, por seis questões norteadoras direcionadas à temática. A coleta de dados foi realizada no período de 03 a 12 de junho de 2020.

O tratamento dos dados foi realizado pela técnica de análise de conteúdo proposta por Minayo (MINAYO, 2010). Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Maria Milza (FAMAM), em 02 de Junho de 2020 sob o parecer nº 4.046.912.

## **Resultados e discussão**

Na análise dos dados foi possível traçar o perfil das participantes desta pesquisa. Assim, das cinco participantes, três se autodeclararam de raça/cor parda, todas afirmaram ser solteiras e não moravam com agressor e, a média de idade apresentada foi de 25 anos. Em relação ao nível de escolaridade, a maioria (três) apresentam ensino médio completo. Quanto a renda mensal, duas relataram renda de um a dois salários mínimos, sendo que não recebiam auxílio do agressor. Todas as entrevistadas residem em zona urbana, a maioria não trabalha e não tem filhos.

As repercussões geradas pela violência vivenciada podem interferir de diversas maneiras e aspectos na vida e nas relações sociais das vítimas, gerando um processo de adoecimento que se desenvolve de forma lenta e silenciosa, mas que perdura como uma patologia em seu estágio de cronicidade. São repercussões desastrosas que refletem diretamente nas relações interpessoais da vítima, que muitas vezes não buscam ajuda e se

acostuma com a situação que vivencia. Estas repercussões atingem vários aspectos da vida da mulher agredida, podendo se manifestar de diversas formas, de acordo com o tipo de violência sofrida.

Com relação às estratégias utilizadas pelas mulheres no processo de enfrentamento dos traumas causados pela violência, foi possível perceber, através dos relatos das participantes, que existem diversas barreiras que limitam a busca de apoio, principalmente o psicológico. O tratamento psicológico tem como objetivo prevenir agravos decorrentes de situações traumáticas vivenciadas, além de contribuir para o resgate da sua identidade (SILVA; VAGOSTELLO, 2017).

Sobre este aspecto Guedes e Ribeiro (2018) afirmam que o atendimento psicológico às mulheres, vítimas de violência doméstica é imprescindível para que elas resgatem a autoestima e fortaleçam sua autonomia. No entanto, a maioria das vítimas, por questões relacionadas a condições financeiras, optam por não procurar os serviços. Outro fator que reflete diretamente no processo de superação de traumas é a falta de serviços especializados e profissionais capacitados no atendimento às vítimas de violência.

Contudo, ainda que o tratamento psicológico e o apoio de familiares/amigos sejam fundamentais, os relatos demonstram que, a maioria das vítimas, utilizam estratégias individuais na superação de traumas, enfatizando a questão financeira como um obstáculo no processo de cura, uma vez que algumas mulheres não dispõem de recursos para realizar tratamento psicológico.

## **Conclusão**

O processo de superação de traumas relacionados a violência doméstica é complexo e, é fundamental o apoio familiar, além da intervenção dos profissionais habilitados para atuar frente a esta demanda. Assim, vale salientar a necessidade de atendimento/acompanhamento psicológico destas vítimas.

A falta de recursos financeiros torna-se um obstáculo no processo de superação de traumas relativos à violência. Isso demonstra a necessidade do fortalecimento da rede de apoio, que deve atuar de forma articulada, visando a garantia e a preservação dos direitos destas mulheres.

Nesse contexto, é indispensável a atuação dos Centros de Referência, que, quando relacionado a assistência à mulher em situação de violência doméstica devem oferecer um acolhimento/atendimento psicológico, social, educacional de orientação e encaminhamento jurídico. Ademais, é importante ressaltar que o apoio familiar é importante neste processo vivenciado por vítimas de violência doméstica.

**Descritores:** Violência; Violência Doméstica; Violência contra a Mulher.

**Eixo Temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da Violência.

## **Referências**

BRASIL. **Lei Maria da Penha nº 11.340 de 7 de agosto de 2006.** Dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. 2006a. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06>. Acesso em: 08 abr. 2019.

- FONSECA, D. H.; RIBEIRO, C. G.; LEAL, N. S. B. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, Recife, PE, v.24, n.2, p.307-14, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n2/07.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.
- GUEDES, E. J.; RIBEIRO, J. V. **Atendimento psicológico as mulheres vítimas de violência doméstica**. 2018. Disponível em: <https://fapb.edu.br/wpcontent/uploads/sites/13/2018/02/ed7/4.pdf>. Acesso em: 15 de ago. 2019.
- LIMA, L. L. G.; SOUSA, F. C.; SOUZA, S. A. Os desafios da Lei Maria da Penha como política pública de gênero. **Díaspóras, Diversidades, Deslocamentos**. 2010. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278354398\\_ARQUIVO\\_Artigo\\_Final.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278354398_ARQUIVO_Artigo_Final.pdf). Acesso em: 05 mai. 2019.
- MINAYO, M. C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- SILVA, E. P.; VAGOSTELLO, L. Intervenção psicológica em vítimas de estupro na cidade de São Paulo. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v.69, n.3, p.183-98, 2017. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S180952672017000300013](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180952672017000300013). Acesso em: 10 jun. 2020.



**GPVIO**

GRUPO DE PESQUISA  
VIOLÊNCIA, SAÚDE E CULTURA DE PAZ



**VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR**

Uma violação dos Direitos Humanos

## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### ENVELHECIMENTO E SEXUALIDADE DA MULHER IDOSA VIVENCIADA NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Larisse Ramos de Oliveira<sup>1</sup>  
Vaniele Pereira Sampaio<sup>2</sup>  
Luana Machado Andrade<sup>3</sup>  
Edmeia Campos Meira<sup>4</sup>  
Vanda Palmarella Rodrigues<sup>5</sup>

#### Introdução

O envelhecimento populacional tem ganhado grandes proporções no Brasil e no mundo, reflexo do acréscimo na expectativa de vida e pode-se considerar que a sexualidade é um fator para o condicionamento de uma boa qualidade de vida principalmente na velhice (SOUZA et al., 2019). No entanto, o envelhecimento traz alterações físicas e hormonais, porém as sensações e sentimentos não se alteram com o avançar da idade, pois a sexualidade não se limita a uma fase, mas está presente em todo o ciclo de vida de um indivíduo (OLIVEIRA; NEVES; SILVA, 2018).

Embora a violência perpassa por vários contextos e camadas sociais, a mulher sofre repressão apenas por ser mulher, sendo alvo das diversas formas de violência em todas as etapas da vida. Tais atos podem ser explicados pelas construções sociais de gênero, socioculturais e do patriarcado, em que o homem atua como detentor dos corpos e sexualidade da mulher, silenciando suas vontades e desejos (OLIVEIRA; NEVES; SILVA, 2018).

<sup>1</sup> Enfermeira. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde (PPGES- UESB). Membro do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO), Jequié, Bahia, Brasil. E-mail: laryoliveira00@hotmail.com.

<sup>2</sup> Graduanda em enfermagem pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

<sup>3</sup> Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

<sup>4</sup> Enfermeira. Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS-UESB). Docente do Curso de Graduação em Enfermagem pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

<sup>5</sup> Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem e do PPGES da UESB. Líder do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO).

Ressalta-se ainda, que muitas mulheres idosas sofrem violência perpetradas pelo parceiro de forma silenciada, anulando e reprimindo suas vontades, desejos e sexualidade para

não serem violentadas, para cumprir seu papel de esposa, absorvendo o estereótipo da idosa incapaz e improdutiva (FERNANDES-ELOI et al., 2017).

Desse modo, o processo de envelhecer nos dias atuais possibilita à mulher informação, autonomia, autoconhecimento do corpo e novas experiências ao vivenciar sua sexualidade na velhice, de modo a prevenir a violência de gênero.

## **Objetivo**

Analisar as vivências de mulheres idosas em relação à sexualidade no contexto da violência de gênero.

## **Métodos**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, utilizando a História Oral de Vida de mulheres idosas como evocação da memória para a transmissão do vivido, usado como estratégia para apreender narrativas da experiência de vida socioculturais e sua subjetividade. As memórias de fase da sua vida e vivências sexuais advindas da mulher idosa, é posto num tempo em que se processam imagem e lembranças de forma simultânea entre o passado, presente e futuro (MEIHY; HOLANDA, 2007).

O estudo contou com a participação de cinco mulheres idosas com idade entre 60 e 85 anos, participantes do grupo de convivência vinculada à Associação de amigos grupos de convivência e universidade aberta com a terceira idade (AAGRUTI). Os dados foram coletados no período de fevereiro e início de março de 2020. As visitas domiciliares foram agendadas de forma prévia, com duração de 40 minutos sendo gravadas após consentimento por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e transcritas para posterior análise.

Como instrumento para entrevista elaborou-se um questionário contendo uma questão norteadora que impulsionou a contação da história de vida pelas participantes. Para tratamento das entrevistas seguiu três etapas: pré-entrevista, entrevista e pós-entrevista (MEIHY; HOLANDA, 2007).

O tratamento do material e a sua codificação seguiu o procedimento da História Oral de Vida, ocorrendo a passagem do oral para o escrito. Para tanto, foram seguidas as seguintes etapas: Transcrição exata do oral para o escrito; Textualização com a transliteração da fala das entrevistadas de modo espontâneo e na primeira pessoa; Transcrição, que se deu com a aproximação do sentido e intenção original do diálogo das entrevistadas e que permitiu as conveniências das dimensões subjetivas; Conferência e autorização, com leitura e aprovação do texto final pelas entrevistadas; Retorno das histórias orais, com aprovação pelas participantes da produção final da pesquisa (MEIHY; HOLANDA, 2007).

Para a análise dos dados foi utilizada a Técnica de Conteúdo Temático de Bardin, seguindo as seguintes fases: a pré-análise; a exploração do material e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 2016).

Trata-se de um recorte do projeto de pesquisa intitulado: “O sentido da memória do homem e mulher idoso (a) em vivência com a sexualidade: abordagem sócio cultural”, o estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/ Campus de Jequié sob o CAAE nº 22341219.5.0000.0055, e aprovado em parecer

nº 3.637.693/2019, visando a garantir os aspectos éticos e legais inerentes da Resolução nº 466/12. Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e foram identificadas com nomes de pássaros, com a finalidade de garantir o anonimato.

## **Resultados/Discussão**

As idosas entrevistadas em sua maioria eram casadas, sendo uma viúva e outra solteira, aposentadas, católicas, possuíam filhos, quatro delas concluíram o ensino médio e uma estudou até o ensino fundamental. As vivências relatadas relacionadas à sexualidade das mulheres idosas trazem à memória as fases da vida, que contemplam desde a infância até a velhice, permeando entre elas a violência de gênero e entre outros tipos de violência.

Nos relatos as idosas destacaram a falta de informação e diálogo sobre a sexualidade durante a infância e adolescência, sendo esse um tema inapropriado sigiloso e por vezes indisputável por seus pais e familiares. Por sua vez, os sentimentos, emoções e experiências sexuais aconteciam de forma natural, porém não os compreendiam, assim as descobertas eram experienciadas conforme o contato ou na troca de informações com amigas da escola.

Um estudo realizado com dez mulheres idosas observou-se em seus relatos quanto as mudanças ocorridas no que se refere a sexualidade da mulher e a comparação entre o passado e o presente, no qual era tratada como tabu por seus pais e familiares, e na geração de hoje há mais liberdade para expressar as dúvidas e promover diálogos entre pais e filhos (SANTOS et al., 2019).

Diante disso, as memórias da infância e adolescência foram acompanhadas pela violência e maus-tratos perpetradas por seus pais que na maioria das vezes estavam alcoolizados. A sexualidade era reprimida e rigidamente controlada quando o assunto era namoro. Muitas delas foram obrigadas a casar-se cedo com o primeiro namorado e contra a própria vontade. Estudos corroboram com esses achados em que a concepção de sexualidade era limitada, pois as informações dos seus pais eram escassas e as normas socioculturais buscavam manter a honra da família (SANTOS et al., 2019).

Frisa-se que, as vivências da infância/adolescência repercutiram na fase adulta e velhice e as experiências com a sexualidade, sexo e desejos poderiam ser experimentadas em relacionamentos escondidos ou após o casamento. No entanto, os relatos destacaram a presença da violência doméstica, física, psicológica e sexual pelos esposos nos atos de infidelidade e estando estas idosas sujeitas a se submeterem a essas atitudes para não serem agredidas com maior expressividade.

Ademais, a negação do prazer apenas para satisfazer os desejos de seus maridos ficaram evidentes nas falas. Muitas delas eram proibidas de ter o ato sexual ou eram tomadas a força, o que as faziam vivenciar a sexualidade e o ato sexual de forma traumatizante na fase adulta, com repercussões na velhice, evidenciadas pela diminuição ou perda da libido, e/ou interesse pelo parceiro.

Outras idosas mencionaram que com a idade existe a perda natural do desejo sexual, mas que podem ser experienciada de outras formas como por exemplo carinhos, beijos, diálogos e carícias. Tais relatos corroboram com outros estudos onde destaca a satisfação sexual relacionada a autoestima positiva, a saúde mental e a interação saudável entre o (a) parceiro (a), o que favorece para a valorização e troca de prazeres e a vivência da sexualidade (NASCIMENTO et al., 2017).

Diante disso, as experiências negativas dos matrimônios com relações abusivas marcadas por frustrações, traumas, decepções afetam a autoestima e autoconfiança das



mulheres idosas, as impedindo de expressar seus desejos, prazeres, vontades e sensações a serem experienciados nas relações afetivas (NASCIMENTO et al., 2017).

## Conclusão

Dado o exposto, identificou-se que a sexualidade na velhice não se limita às normas sociais ainda estigmatizadas, mas também à falta de informação frente às mudanças decorrentes do envelhecimento, sendo que as mulheres idosas estão vulneráveis à sociedade com vieses patriarcais que as inibem de experimentar a sexualidade de forma prazerosa e sem violência.

Percebe-se uma mudança de pensamento no que diz respeito à sexualidade, sendo ainda tratada como tabu, tendo a finalidade de conceber ou satisfazer o prazer do outro. Contudo, a sexualidade também está relacionada à mulher se permitir sentir prazer e se satisfazer ao descobrir novas vivências e experiências na velhice.

Deste modo, faz-se necessário discutir a temática da sexualidade entre mulheres idosas, desmistificando as limitações ocasionadas pelo processo do envelhecimento ao vivenciar a sexualidade com barreiras impostas pelas normas socioculturais.

**Descritores:** Sexualidade; Violência contra mulher; Envelhecimento; Violência de gênero; Pessoa idosa.

**Eixo Temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

## Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2016.

FERNANDES-ELOI, J. *et al.* Intersecções entre envelhecimento e sexualidade de mulheres idosas. **Saúde & Transformação Social**, Florianópolis, SC, v.8, n.1, p. 61-71, out. 2017.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA F. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

NASCIMENTO, R. F. *et al.* Vivência da sexualidade por mulheres idosas. **Revista de Enfermagem da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 25, e20892, p. 1-5, ago. 2017.

OLIVEIRA E. L.; NEVES A. L. M.; SILVA I. R. Sentidos de sexualidade entre mulheres idosas: relações de gênero, ideologias mecanicistas e subversão. **Psicologia & Sociedade**, Recife, PE, v. 30, e166019, p. 1-10, jul. 2018.

SANTOS, A. D. *et al.* Concepção de mulheres idosas sobre a sexualidade na velhice. **Revista de Enfermagem da UFPE on line**, Recife, PE, v. 13, e241752, nov. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/241752/33974>. Acesso em: 14 nov. 2020.

SOUZA, C. L. *et al.* Envelhecimento, sexualidade e cuidados de enfermagem: o olhar da mulher idosa. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.72, n. suppl 2, p. 78-85, ago. 2019.



## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE SOBRE A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: REVISÃO INTEGRATIVA

Esther Aderno Souza<sup>1</sup>

Juliana Costa Machado<sup>2</sup>

Aline Vieira Simões<sup>3</sup>

Vilara Maria Mesquita Mendes Pires<sup>4</sup>

Elba Miranda Nascimento<sup>5</sup>

Vanda Palmarella Rodrigues<sup>6</sup>

#### Introdução

O processo gestacional é um momento natural vivenciado pela mulher, perpassando por diversas influências sociais, econômicas e culturais. A experiência de parir e nascer por muito tempo era exclusiva do contato familiar, sendo assistido por parteiras da comunidade (CASTRO; ROCHA, 2020).

Com o passar do tempo essa vivência foi levada para o ambiente hospitalar, dando ao profissional da saúde o protagonismo no processo de parturição e ao cuidado prestado um novo significado, transformando um acontecimento natural e familiar em um evento institucionalizado (SILVEIRA; CAMARGO; CREPALDI, 2010).

Apesar dos avanços científicos com o acesso a intervenções cirúrgicas e emergenciais, houve um aumento significativo do cuidado mais intervencionista, com intenso processo de medicalização, procedimentos dolorosos, desrespeito à privacidade e o afastamento da gestante de seus familiares, expondo sua integridade e autonomia (MENEZES et al., 2020).

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. Bolsista de Iniciação Científica do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO) da UESB. E-mail: estheraderno16@hotmail.com

<sup>2</sup>Enfermeira. Doutora em Ciências da Saúde. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB. Líder do GPVIO.

<sup>3</sup>Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB. Membro do GPVIO.

<sup>4</sup>Enfermeira. Doutora em Família na Sociedade Contemporânea. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB. Membro do GPVIO.

<sup>5</sup>Enfermeira. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde (PPGES- UESB).

<sup>6</sup>Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB. Vice coordenadora do PPGES. Líder do GPVIO.

Diante desse cenário, abre-se espaço para que a mulher fique exposta a diversas formas de desrespeito. Segundo a pesquisa Fundação Perseu Abramo (2010), uma a cada

quatro mulheres vivenciou algum tipo de violência durante a assistência pré-natal, no parto ou puerpério. Esse tipo de agressão é classificado como violência obstétrica (VENTURI et al., 2010).

A violência obstétrica pode ser caracterizada por qualquer ato infringido a gestante ou ao seu bebê sem o consentimento explícito e informado da mulher e violação à sua autonomia. Infelizmente, é pouco reconhecido, tanto pelas mulheres que desconhecem que sofreram um agravo, quanto por profissionais que ainda se pautam em práticas desatualizadas (CASTRO; ROCHA, 2020).

Assim, é fundamental o reconhecimento das representações sociais dos profissionais sobre a violência obstétrica como forma de serem repensadas ou ressignificadas, possibilitando novos conhecimentos e práticas sociais, proporcionando uma assistência mais humanizada e digna para essas mulheres.

## **Objetivo**

Analisar as representações sociais de profissionais da saúde sobre a violência obstétrica.

## **Métodos**

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, a qual proporciona a síntese do conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Para a construção da revisão integrativa é preciso percorrer seis etapas distintas, similares aos estágios de desenvolvimento de pesquisa convencional. Sendo elas: à formulação da questão da pesquisa; seleção dos estudos; definição das informações a serem extraídas; avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; interpretação dos resultados; apresentação da revisão (ALCOFORADO et al., 2014).

A primeira fase refere-se à formulação da questão da pesquisa, na qual se utilizou a estratégia PICO (Participante, fenômeno de Interesse e Contexto). Sendo possível formular a questão de pesquisa na condução de métodos de revisão ao possibilitar a identificação de palavras-chave, auxiliando na localização de estudos primários relevantes nas bases de dados (LOCKWOOD et al., 2020). Assim, a questão de pesquisa delimitada foi: Quais as representações sociais dos profissionais de saúde sobre a violência obstétrica?

Na estratégia PICO, o primeiro elemento da estratégia (P) consiste nos profissionais de saúde; o segundo (I) as representações sociais sobre violência obstétrica; e o terceiro elemento (Co) ambiente hospitalar.

Para a identificação dos estudos realizou-se uma busca on-line nos portais da Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e na base de dados Pubmed. Na localização dos artigos utilizou-se operadores lógicos booleanos AND E OR, descritores e seus sinônimos: violência obstétrica, profissional de saúde, hospital e termo livre representações sociais.

Em sequência foram escolhidos os seguintes critérios de inclusão de estudos, de modo a orientar a busca nos bancos de dados descritos: ter sido publicado na modalidade artigo científico, com resumos disponíveis nos portais selecionados; publicadas no período compreendido entre 2010 e 2020; em português, inglês ou espanhol; apresentar contextualização acerca das representações sociais dos profissionais de saúde sobre violência obstétrica. Após a aplicação dos filtros 47 artigos se adequaram aos critérios iniciais, sendo

encontrados 20 artigos na BVS, 6 artigos na SciELO e 21 na Medline. Após a leitura dos textos completos, apenas quatro artigos foram selecionados e buscou-se encontrar os temas abordados pelos mesmos.

## **Resultados/Discussão**

Observou-se um déficit de produções científicas que, em sua maioria, priorizaram os fenômenos de representações sociais entre mulheres, dificultando achados acerca dos profissionais da saúde, então buscando artigos que auxiliassem na resposta para pergunta de pesquisa foram selecionados quatro artigos.

São destacadas através da leitura dos periódicos, atitudes de profissionais de saúde descritas como maus-tratos físicos, psicológicos e verbais contra gestantes no ambiente hospitalar. Além do desrespeito, foram relatados possíveis elementos centrais das representações sociais: a imposição de valores ou julgamento moral, quebra de sigilo, invasão de privacidade e recusa em prestar assistência às mulheres durante o processo de parturição e em casos de abortamento (MENEZES et al., 2020).

Como consequência, fica evidente o sentimento de vulnerabilidade, inferioridade, abandono, instabilidade emocional, insegurança e medo nas mulheres em situação de violência obstétrica (MENEZES et al., 2020).

Além disso, é constantemente atrelada a imagem do profissional de saúde como detentor de todo o conhecimento, onde é ele quem realiza o parto, enquanto a mulher fica submetida à sua vontade. Desta forma, predominou-se um elemento de representação social segundo o qual o parto é visto apenas como um serviço a ser prestado pela medicina (SILVEIRA; CAMARGO; CREPALDI, 2010).

Por sua vez, a aceleração do trabalho de parto, pelo uso indiscriminado da manobra de Kristeller, amniotomia e/ou ocitocina, desempenha importante papel na redução da taxa de parto espontâneo, um reflexo da forte influência do modelo tecnocrático sobre as práticas dos profissionais (SOUSA et al., 2016).

Salienta-se, que a falta de suporte institucional e precarização do trabalho, acaba influenciando negativamente no desempenho de suas atividades, na medida em que aumenta o número de pacientes atribuídos aos profissionais, há uma menor satisfação quanto ao cuidado recebido (SENS; STAMM, 2019).

## **Conclusões**

Os achados destacaram comportamentos e conceitos sobre a prática da violência obstétrica, sendo que as representações sociais dos profissionais de saúde evidenciaram as formas física, psicológica e verbal da violência obstétrica.

É possível relacionar essas representações à forma como os profissionais de saúde visualizam as mulheres e exercem o cuidado, sendo guiados por um modelo hegemônico de assistência ao parto, o que requer a criação de novas representações sociais baseadas na autonomia feminina e na garantia de seus direitos.

**Descritores:** Violência Obstétrica; Profissional de saúde; Hospital.

**Eixo Temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da Violência.

## **Referências**

ALCOFORADO, F. F. *et al.* Revisão integrativa versus revisão sistemática. **Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, MG, v. 18, n.1, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.reme.org.br/artigo/detalhes/904#>. Acesso em: 3 nov. 2020.

CASTRO, A. T. B.; ROCHA, S. P. Violência obstétrica e os cuidados de enfermagem: reflexões a partir da literatura. **Enfermagem em Foco**, Fortaleza, CE, v. 11, n.1, p.176-181, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1103027>. Acesso em: 03 de nov. 2020.

LOCKWOOD, C. *et al.* **JBIManual for Evidence Synthesis**. Chapter 2: Systematic reviews of qualitative evidence. 2020. Disponível em: <https://synthesismanual.jbi.global> Acesso em: 03 nov. 2020.

MENEZES, F. R. *et al.* O olhar de residentes em Enfermagem Obstétrica para o contexto da violência obstétrica nas instituições. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v.24, e180664, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832020000100204&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832020000100204&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 03 nov. 2020.

SENS, M. M.; STAMM, A. M. N. F. Percepção dos médicos sobre a violência obstétrica na sutil dimensão da relação humana e médico-paciente. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v.23, e180487, jul. 2019. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832019000100255](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832019000100255). Acesso em: 03 nov. 2020.

SILVEIRA, S. C.; CAMARGO, B. V.; CREPALDI, M. A. Assistência ao parto na maternidade: representações sociais de mulheres assistidas e profissionais de saúde. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, RS, v. 23, n. 1, p. 1-10, abr. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722010000100002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722010000100002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 03 nov. 2020.

SOUSA, A. M. M. *et al.* Práticas na assistência ao parto em maternidades com inserção de enfermeiras obstétricas, em Belo Horizonte, Minas Gerais. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 324-331, jun. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-81452016000200324&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452016000200324&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 03 nov. 2020.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v.8, n.1, p.102-106. jan./mar. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-45082010000100102&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-45082010000100102&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 05 nov. 2020.

VENTURI, W. *et al.* **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços públicos e privado**. Fundação Perseu Abramo e SESC. 2010. Disponível em: [https://apublica.org/wp-content/uploads/2013/03/www.fpa\\_.org\\_.br\\_sites\\_default\\_files\\_pesquisaintegra.pdf](https://apublica.org/wp-content/uploads/2013/03/www.fpa_.org_.br_sites_default_files_pesquisaintegra.pdf). Acesso em: 05 nov. 2020.



## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### PLANO DE PARTO E AUTONOMIA NO PROCESSO PARTURITIVO: REVISÃO INTEGRATIVA

Elba Miranda Nascimento<sup>1</sup>  
Mariana Vieira Bastos<sup>2</sup>  
Vanda Palmarella Rodrigues<sup>3</sup>

#### Introdução

A assistência ao parto no Brasil é orientada por um forte viés de gênero, fundamentada na tese que o corpo feminino é essencialmente defeituoso, imprevisível e perigoso, necessitando de correção e tutela. Esse pensamento direcionou o processo histórico de hospitalização do parto, assim, o nascimento deixou de ser um evento ativo, íntimo, verticalizado e tornou-se passivo, público e horizontal (ANDREZZO, 2016).

Ante essa mudança paradigmática, as deficiências do modelo hospitalocêntrico (como a elevada mortalidade materna e neonatal) começaram a despertar a preocupação da comunidade científica. Diante desse cenário, a Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1996, publicou um guia de atenção ao parto, visando à segurança da mãe e do recém-nascido (ROCHA; NOVAES, 2010).

O referido guia destacou a importância da autonomia da mulher e elencou uma importante prática de cuidado, o plano individual construído com a mulher durante a gestação, no qual conste onde e por quem a mulher será assistida (ROCHA; NOVAES, 2010).

Sheila Kitzinger foi quem pioneiramente definiu Plano de Parto e Nascimento, em 1980, nos Estados Unidos. Segundo a antropóloga, trata-se de um registro com escolhas pertinentes ao processo parturitivo, escrito pela mulher em conjunto com o profissional que a acompanha (KITZINGER, 2011).

Para este trabalho é fundamental também esclarecer o que é autonomia. Autonomia é a capacidade do sujeito de lidar com a sua rede de dependência. É autônomo, o indivíduo que tem acesso à informação sendo capaz de utilizar esse conhecimento em exercício crítico de interpretação, de modo que se torne corresponsável por suas decisões (CAMPOS et al., 2006).

<sup>1</sup>Enfermeira. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde (PPGES- UESB). Membro do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO). E-mail: elbamiranda@gmail.com

<sup>2</sup>Enfermeira. Membro do GPVIO.

<sup>3</sup>Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB. Vice-coordenadora do PPGES. Líder do GPVIO.

## Objetivo

Analisar a importância da construção do plano de parto no pré-natal e sua relação com a autonomia feminina no processo parturitivo.

## Métodos

Trata-se de uma revisão integrativa que percorreu seis etapas para sua elaboração: identificação do tema e definição da questão norteadora, estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão de estudos, leitura e interpretação dos resultados, organização e categorização, apresentação dos resultados, interpretação dos resultados e síntese dos achados (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

A busca bibliográfica eletrônica foi realizada entre os meses de outubro e novembro de 2020 no Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) buscando responder a seguinte pergunta: qual a importância da construção do plano de parto no pré-natal e sua relação com a autonomia feminina no processo parturitivo?

Para localização das publicações foram utilizados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “parto”, “autonomia” e seus sinônimos, bem como o termo livre “plano de parto”. A partir desses descritores, foram realizadas combinações com os operadores booleanos *AND* e *OR*.

Os critérios de inclusão foram: trabalhos publicados entre os anos de 2015 e 2020, publicações indexadas em periódicos on-line com conteúdo disponível na íntegra. Foram excluídas as revisões de literatura, os trabalhos repetidos em mais de uma base de dados e as produções que não respondiam à pergunta de pesquisa.

Nas bases de dados, emergiram 19 resultados utilizando-se os descritores estabelecidos. Após a aplicação dos critérios de inclusão/exclusão e a leitura criteriosa e refinamento da busca, foram selecionadas sete produções que apresentavam compatibilidade com o objetivo proposto, sendo cinco artigos originais e duas dissertações de mestrado, os quais se encontravam indexados nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF).

Após leitura e análise detalhadas das publicações, os dados foram agrupados utilizando-se a técnica de Análise de Conteúdo, na modalidade Temática (BARDIN, 2011).

Assim, os estudos foram categorizados em dois núcleos temáticos que auxiliaram a interpretação e apresentação da revisão, a saber: 1) Plano de parto como promotor de autonomia e 2) Plano de parto como tecnologia de cuidado.

## Resultados/Discussão

No núcleo temático “*Plano de parto como promotor de autonomia*” o fomento à autonomia mostrou-se a mais presente e a que mais impacta diretamente no processo de parturição. Assim, importa compreender que o exercício da autonomia abrange o direito da mulher de se autodeterminar e o direito de ser respeitada em suas decisões (ANDREZZO, 2016).

Nessa perspectiva, os resultados legitimaram a utilização do plano de parto como instrumento propício para o empoderamento feminino, pois permite que a mulher expresse seus desejos e faça escolhas informadas, ademais, influencia positivamente no parto, aumentando a sua satisfação (CORTÉS et al., 2015).



Corroborando com esse entendimento, deve-se considerar que, o empoderamento feminino acontece na medida em que a mulher compreende o seu corpo e confia no seu poder de parir, sendo capaz de superar a dor do parto e transformá-la em satisfação. Nesse sentido, o plano de parto propicia o autoconhecimento, a compreensão da fisiologia do parto e a autonomia de planejar o parto (MOUTA et al., 2017).

Vale destacar que para tomar tais decisões faz-se necessário estar munida de informação, pois se assim não for, a construção do plano de parto será apenas um direcionamento do profissional e não uma genuína escolha da mulher. Diante disso, os estudos aqui analisados lançaram mão de atividades informativas, a fim de alcançarem uma educação emancipatória e autônoma (ADREZZO, 2016; MOUTA et al., 2017; GOMES et al., 2017).

Assim, o processo de construção do plano de parto foi desenvolvido a partir de práticas educativas com valorização da voz da mulher buscando a construção de conhecimentos atualizados e pautados em evidências científicas. As informações de qualidade trouxeram mais segurança para as mulheres durante o parto, pois elas se sentiram mais preparadas para o processo parturitivo, desse modo, puderam ser donas do seu saber e fizeram escolhas conscientes (GOMES et al., 2017; MOUTA et al., 2017).

No núcleo temático “*Plano de parto como tecnologia de cuidado*” o documento cria um espaço importante na relação entre o profissional e a gestante/família, espaço de educação e comunicação. Essa comunicação representa uma ruptura simbólica na relação hierárquica das mulheres com os profissionais, tornando a relação menos paternalista e mais equilibrada (ADREZZO, 2016; MOUTA et al., 2017)

Nesse sentido, Loiola et al. (2020) propõem que o plano de parto seja um documento implantado nas consultas de pré-natal, tanto no serviço público quanto no privado. Os autores afirmam que por ser um instrumento de tecnologia de cuidado às mulheres, ele individualiza a atenção, respeita a autonomia feminina, reduz os riscos à saúde da mulher e cria caminhos protegidos de judicialização.

Destarte, é fundamental que os profissionais de saúde adotem o plano de parto como um documento importante, reconhecendo as vantagens dessa estratégia. Para isso, precisam encorajar as mulheres e famílias a desenvolvê-lo, de forma a promover uma experiência de parto e nascimento mais positiva (LOIOLA et al., 2020).

## **Conclusão**

O plano de parto é uma estratégia de promoção da autonomia e emancipação feminina no processo de parir que deve ser construída no pré-natal. O documento auxilia a mulher na busca do seu protagonismo, propicia conhecimento sobre seu corpo, e, sobretudo, sobre seu trabalho de parto e parto. O instrumento é uma tecnologia de cuidado que deve ser construído a partir de atividades educativas que promovam informação e empoderamento.

**Descritores:** Autonomia Pessoal; Parto Humanizado; Cuidado Pré-Natal.

**Eixo Temático 2:** As práticas de cuidado no contexto do Sistema Único de Saúde.

## **Referências**

ANDREZZO, H. F. A. **O desafio do direito à autonomia: uma experiência de Plano de Parto no SUS**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública): Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública. São Paulo, 111p. 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 LDA, 2016.

CAMPOS, R. T. O. *et al.* **Co-construção de autonomia: o sujeito em questão**. *In*: Tratado de saúde coletiva. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

CORTÉS, M. S. *et al.* Use and influence of delivery and birth plans in the humanizing delivery process. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, SP, v. 23, n. 3, p. 520-526, mai./jun. 2015.

GOMES, R. P. C. *et al.* Plano de parto em rodas de conversa: escolhas de mulheres. **Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, MG, n. 21, p. 1-8, 2017.

KITZINGER, S. **Birth your way: choosing birth at home or in a birth center**. Chester, United Kingdom: Fresh Heart Publishing, 2011.

LOIOLA, A. M. R. *et al.* Plano de parto como tecnologia do cuidado: experiência de puérperas em uma casa de parto. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, PR, n. 25, jul. 2020.

MENDES, K. D.S., SILVEIRA, R. C. C. P., GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, SC, v. 17, n. 4, p. 758-764, dez. 2008.

MOUTA, R. J. O. *et al.* Plano de parto como estratégia de empoderamento feminino. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, BA, v. 31, n. 4, p. 1-10, 2017.

ROCHA, J. A., NOVAES, P. B. Uma reflexão após 23 anos das recomendações da Organização Mundial da Saúde para parto normal. **Femina**. Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 119-126, mar. 2010.



## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### CONHECIMENTO DE GESTANTES E PUÉRPERAS SOBRE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Maria Clara Pinto de Andrade Muller<sup>1</sup>

Juliana Costa Machado<sup>2</sup>

Aline Vieira Simões<sup>3</sup>

Roberta Laíse Gomes Leite Morais<sup>4</sup>

Larisse Ramos de Oliveira<sup>5</sup>

Vanda Palmarella Rodrigues<sup>6</sup>

#### Introdução

Nos cenários de atos de violência destaca-se a violência obstétrica que representa todas as formas de violência e danos decorrentes da prática obstétrica profissional, o que evidencia a perda de autonomia da mulher e capacidade de decidir livremente sobre seu corpo e sexualidade, entre outros direitos (SILVA et al., 2019).

A violência obstétrica ainda é encoberta em alguns serviços de saúde, nos quais trabalhadores que presenciam situações desse tipo protegem o agressor ou ocultam os fatos, por receio de criar conflitos. Caracteriza-se pela apropriação do corpo e dos processos reprodutivos das mulheres através de tratamentos desumanizados, negligência na assistência, discriminação social, violência verbal e física, abuso sexual, intervenções e procedimentos desnecessários frente às evidências científicas, impedir a presença de um acompanhante, entre outros (OLIVEIRA; MERCES, 2017; SILVA et al., 2019).

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESB), integrante do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO) da UESB. E-mail: mullerclara14@gmail.com.

<sup>2</sup>Enfermeira. Doutora em Ciências da Saúde. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB. Líder do GPVIO.

<sup>3</sup>Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB. Membro do GPVIO.

<sup>4</sup>Enfermeira. Mestre em Enfermagem e Saúde. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB. Membro do GPVIO.

<sup>5</sup>Enfermeira. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde (PPGES- UESB).

<sup>6</sup>Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB. Vice coordenadora do PPGES. Líder do GPVIO.

Estudos demonstraram que muitas mulheres sofreram violência obstétrica e que nem sempre conseguiam reconhecer a violência por acreditarem que os profissionais de saúde detêm o conhecimento científico e por esse motivo sabem o que deve ou não ser feito durante o processo de parturição, refletindo em aceitação de tudo que é imposto (NASCIMENTO et al., 2019).

O excesso de mortes infantis evitáveis e o ritmo lento de queda da mortalidade materna no Brasil têm sido ressaltados em parte, do excesso de intervenções sem indicação no parto e nascimento (LANSKY et al., 2019).

O conhecimento das mulheres sobre as formas que configuram violência obstétrica pode proporcionar uma melhor assistência durante o pré-natal e atribuir à puérpera uma maior autonomia e conforto durante sua gestação e parto.

## **Objetivo**

Averiguar o conhecimento de gestantes e puérperas sobre violência obstétrica nas produções científicas publicadas no período de 2015 a 2020.

## **Métodos**

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, que é uma das mais amplas abordagens metodológicas referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado. Combina também dados da literatura teórica e empírica, além de incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Utilizou-se a estratégia PICO para a busca dos artigos, sendo que o mnemônico PICO representa a População, o fenômeno de Interesse e o Contexto. Considerando que não há necessidade de uma declaração de resultado em síntese qualitativa, a expressão do fenômeno de interesse representa o resultado. Nessa direção, a pergunta da revisão e o mnemônico PICO podem fornecer aos leitores em potencial uma quantidade significativa de informações sobre o foco, o escopo e a aplicabilidade de uma revisão às suas necessidades (LOCKWOOD et al., 2020).

O estudo apresenta a seguinte pergunta de pesquisa: qual o conhecimento de gestantes e puérperas sobre violência obstétrica?”, baseada na estratégia PICO: P (participantes): gestantes e puérperas, I (fenômeno de interesse): o conhecimento das gestantes sobre violência obstétrica, Co (contexto): maternidades.

A busca dos artigos foi desenvolvida entre os meses de agosto e setembro de 2020, por meio dos portais BVS (Biblioteca Virtual de Saúde), SciELO (Scientific Electronic Library Online) e PubMed (National Center for Biotechnology Information), no qual foram utilizados os descritores em Ciências da Saúde (DeCS) gestantes, grávidas e Pregnant Women, e termos livres puerpério, violência obstétrica e obstetric violence, com o uso dos operadores booleanos OR e AND.

Como critérios de inclusão foram considerados estudos com idiomas em português, inglês e espanhol, artigos originais e completos, que discutiam a temática de uma forma objetiva, com limite temporal nos últimos cinco anos (2015 a 2020). E como critérios de exclusão editoriais, cartas, teses, dissertações e estudos com abordagem sobre violência doméstica.

Após a busca inicial com a inclusão dos descritores foram encontrados 291 artigos na BVS, 76 artigos na SciELO e 405 artigos na Medline. Em seguida, foram aplicados os critérios de inclusão e exclusão, ficando 112 artigos na BVS, quatro artigos na SciELO e 186 artigos na Medline. Após leitura criteriosa dos resumos e títulos, excluindo artigos duplicados, foram selecionados oito artigos na BVS, nenhum artigo na SciELO e na Medline. Em seguida, procedeu-se à análise buscando identificar as temáticas abordadas.

## Resultados/discussão

Observou-se um número significativo de produções científicas sobre a violência obstétrica, porém, a maioria estava voltada para os profissionais de saúde, no intuito de conhecer quais os procedimentos que envolvem esse tipo de violência. Desse modo, poucas foram às produções encontradas voltadas ao conhecimento das gestantes e puérperas sobre a violência obstétrica.

As oito produções científicas utilizadas para a construção dessa revisão evidenciaram que o conhecimento das gestantes e puérperas sobre violência obstétrica apesar de existir, não englobam o que realmente é a violência obstétrica. As pesquisas realizadas nos estudos mostram que muitas mulheres não identificam o uso de ocitocina como um tipo de violência (PASCOAL et al., 2020).

É perceptível que algumas puérperas já ouviram falar sobre o assunto, mas não sabem identificar quando ele ocorre (SILVA et al., 2019). Outro estudo mostrou que, embora muitas entrevistadas tenham negado o conhecimento sobre a violência obstétrica, durante o relato do trabalho de parto e parto, foi possível a identificação de várias situações que caracterizam este tipo de violência (NASCIMENTO et al., 2019).

Através dos depoimentos das puérperas em alguns estudos notou-se uma grande quantidade de mulheres que experienciaram a violência obstétrica, comprovando a existência de uma violência velada e mascarada pela naturalização do poder médico sobre a paciente (OLIVEIRA; MERCES, 2017).

Em um dos estudos realizados com 132 puérperas, em meio ao questionamento quanto à violência obstétrica, 53 já tinham escutado falar e 79 relataram não conhecer o termo (PASCOAL et al., 2020).

Em outro estudo realizado com 10 mulheres, observa-se que, sobre o termo violência obstétrica, duas das 10 mulheres não ouviram falar e das que ouviram, a maioria foi por meio do ambiente virtual, palestras ou por outra pessoa. Expõe-se que as puérperas que sofreram violência obstétrica souberam o significado do termo (OLIVEIRA; ELIAS; OLIVEIRA, 2020).

Resultado de estudo com 14 mulheres identificou que 36% delas receberam informações durante o pré-natal sobre os procedimentos enquanto 64% não receberam as devidas informações (TEXEIRA et al., 2020). Assim, diante dessa realidade é perceptível fragilidade do sistema de saúde por não proporcionar à gestante e puérpera o conhecimento necessário no processo de parturição.

## Conclusões

Revelou-se através do estudo número expressivo de mulheres que não tem conhecimento sobre a violência obstétrica, apesar de os estudos mostrarem a partir dos relatos das mesmas, práticas inadequadas de profissionais de saúde no trabalho de parto e parto relacionadas a esse tipo de violência. Faz-se necessário uma melhor instrução às mulheres durante o período pré-natal e parto, no intuito de prevenir e combater a violência obstétrica.

**Descritores:** Violência contra a mulher; Gestantes; Violência de gênero.

**Eixo Temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da Violência.

## Referências

LANSKY, S. *et al.* Violência obstétrica: influência da exposição sentidos do nascer na vivência das gestantes. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 8, p. 2811-2824, ago. 2019.

LOCKWOOD, C. *et al.* **JBIManual for Evidence Synthesis**. Chapter 2: Systematic reviews of qualitative evidence. 2020. Disponível em: <https://synthesismanual.jbi.global> Acesso em: 13 out. 2020.

NASCIMENTO, S. L. *et al.* Conhecimentos e experiências de violência obstétrica em mulheres que vivenciaram a experiência do parto. **Enfermería Actual de Costa Rica**, San José, n. 37, p. 66-79, dez. 2019.

OLIVEIRA, M. C.; MERCES, M. C. Percepções sobre violências obstétricas na ótica de puérperas. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, Recife, PE, v. 11, n. 6, p. 2483-2489, jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/23415/19090>. Acesso em: 5 de nov. 2020.

OLIVEIRA, M. R. R.; ELIAS, E. A.; OLIVEIRA, S. R. Mulher e parto: significados da violência obstétrica e a abordagem de enfermagem. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, Recife, PE, v. 14, e243996. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/243996/35217>. Acesso em: 7 nov. 2020.

PASCOAL, K. C. F. *et al.* Violência obstétrica na percepção de puérperas. **Revista Nursing**, São Paulo, v. 23, n. 265, p. 4221-4232, jun. 2020.

SILVA, F. C. *et al.* O saber de puérperas sobre violência obstétrica. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, Recife, PE, v. 13, n. e242100. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/242100/33740>. Acesso em: 5 nov. 2020.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106. jan./mar. 2010.

TEIXEIRA, P. C. *et al.* Percepção das parturientes sobre violência obstétrica: A dor que querem calar. **Revista Nursing**, São Paulo, v. 2, n. 261, p. 3607-3615, fev. 2020.



## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### CONHECIMENTO DE MULHERES SOBRE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA APÓS ASSISTÊNCIA NO PROCESSO DE PARTURIÇÃO: REVISÃO INTEGRATIVA

Amanda de Alencar Pereira Gomes<sup>1</sup>

Vanda Palmarella Rodrigues<sup>2</sup>

#### Introdução

No Brasil a violência obstétrica está presente em atendimentos nas salas de parto de forma cotidiana. Mulheres ainda descrevem assistências agressivas e dificuldades vivenciadas como parte inerente ao processo de parto e nascimento (OLIVEIRA; PENNA, 2017). Estes relatos associam-se a práticas assistenciais antigas, que afetam negativamente as parturientes e que influenciam diretamente a cultura e a percepção sobre o parto normal (LANSKY et al., 2019).

Essa banalização de práticas que não condizem com as evidências científicas favorecem a repetição de procedimentos não recomendados, que passam a ser considerados normais (LANSKY et al., 2019).

Por muito tempo a violência obstétrica permaneceu desconhecida e intrínseca à conduta de profissionais que atuam nas instituições de saúde (CARVALHO; BRITO, 2017), sendo atualmente, ainda muito superficial o conhecimento que mulheres afirmam ter sobre a problemática (NASCIMENTO et al., 2019).

Assim, a ocorrência desse tipo de violência nos atendimentos de saúde tem estimulado que seus fatores associados sejam investigados, que a saúde pública do país seja debatida e que o conhecimento das mulheres sobre seus direitos seja usado como estratégia que possibilite melhores condições de assistência e práticas profissionais humanizadas (SOUZA et al., 2016).

<sup>1</sup> Enfermeira. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde (PPGES) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Jequié, Bahia, Brasil. E-mail: amandaa.alencar@hotmail.com

<sup>2</sup> Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem e do PPGES da UESB. Líder do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO).

## Objetivo

Identificar nas publicações científicas estudos que relatem o conhecimento de mulheres sobre a violência obstétrica após o processo de parturição.

## Métodos

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura que tende a sintetizar os resultados significativos de publicações anteriores sobre a temática escolhida, contribuindo para analisar e incorporar a aplicabilidade desses resultados na prática. A partir dessa concepção foi elaborada a seguinte questão norteadora: Qual é o conhecimento de mulheres que passaram pelo processo de parturição acerca da violência obstétrica no atendimento em serviços de saúde?

Em seguida, foi realizada a busca no mês de junho de 2019 nas seguintes bases de dados para levantamento dos achados na literatura: Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Para a busca dos artigos foram utilizados os descritores juntamente com o *operador booleano*: Violência contra a Mulher AND Parto Obstétrico e Violência contra a Mulher AND Saúde da Mulher, considerando a escassez de estudos apresentados apenas com a primeira associação de descritores.

Os critérios de inclusão adotados para a seleção dos artigos foram: artigos publicados nos idiomas português, inglês e espanhol; disponíveis na íntegra; que tivessem sido publicados nos anos de 2010 a 2020 e abordassem o conhecimento da mulher sobre a violência obstétrica. Os critérios de exclusão adotados foram: documentos repetidos, que não respondessem à questão norteadora do estudo, além de teses, dissertações, monografias e outros tipos de documentos. Inicialmente foram encontrados 557 artigos nas bases de dados selecionadas para este estudo, mas após a utilização dos filtros esse número foi reduzido para 411 artigos. Foi realizada a leitura dos títulos, excluindo assim 71 estudos repetidos ou duplicados nas bases de dados e selecionando apenas 14 artigos abordando a temática violência obstétrica para a leitura dos resumos com a finalidade de contemplar a questão norteadora. Destes, cinco artigos foram selecionados para compor o estudo por se enquadrarem nos critérios de inclusão.

A leitura completa dos artigos foi realizada para concluir a análise dos resultados apresentados, elencando assim, as informações mais relevantes sobre o conhecimento ou não da violência obstétrica e suas características.

## Resultados/Discussão

Nesta pesquisa foram analisados cinco artigos que apresentaram resultados dando voz às mulheres acerca da violência obstétrica. Os artigos selecionados foram todos publicados nos últimos cinco anos, a partir do ano de 2016 e 2017 com uma publicação cada e três publicações no ano de 2019, evidenciando assim que as discussões sobre a temática têm ganhando maior visibilidade há pouco tempo.

Os achados no geral destacaram principalmente a falta de conhecimento das mulheres sobre as formas e sobre o termo violência obstétrica, como relatado em estudo que ao serem questionadas: “Quem de vocês sofreu violência obstétrica?” muitas mulheres permaneceram em silêncio ou perguntaram do que se tratava, sendo necessário que as mesmas narrassem seu



trabalho de parto, para que assim possíveis formas de maus-tratos ou condutas consideradas desconfortáveis fossem percebidas (FLORES et al., 2019).

Identificou-se também que as mulheres não consideram ou compreendem como desumanização da assistência alguns atos como a administração de ocitocina sem indicação clínica e procedimentos como a manobra de Kristeller, sendo estes narrados até como atos de apreciação, uma vez que "ajudam" o nascimento de seus filhos mais cedo (FLORES et al., 2019).

Dentre as principais formas de violência obstétrica relatadas pelas parturientes que revelam a persistência de práticas questionáveis na atenção ao parto podem ser citadas: a discriminação, negligência, abuso ou violência verbal, negação da autonomia, realização de procedimentos não consentidos, posição litotômica, não permissão para se mover durante o trabalho de parto, toques vaginais excessivos e por diferentes profissionais, falta de privacidade e intimidade durante os procedimentos e procedimentos como manobra de Kristeller, episiotomia e amniotomia (FLORES et al., 2019; NASCIMENTO et al., 2019).

Além disso, também foi menos evidenciado o conhecimento de que qualquer procedimento que será realizado durante o atendimento deve ser informado e consentido pela mulher como forma de humanizar o cuidado. Algumas mulheres referiram ainda que, a escuta ativa não constitui realidade do serviço e demonstram a importância de terem suas escolhas respeitadas durante o processo de parturição (NASCIMENTO et al., 2019), relatam ainda que ao vivenciarem uma situação de violência na sala de parto, silenciam-se diante de atitudes autoritárias dos profissionais de saúde, temendo que os mesmos as deixem sem assistência adequada (OLIVEIRA; PENNA, 2017).

Estratégias elaboradas para abordar a violência obstétrica ainda no período da gestação podem resultar em empoderamento e ampliar a divulgação da temática entre as mulheres, favorecendo assim uma assistência de qualidade e baseada em evidências científicas (LANSKY et al., 2019). O plano de parto tem sido uma ferramenta que ao ser elaborado no pré-natal em conjunto com o atendimento na Atenção Primária a Saúde compartilha conhecimento e debate questões relacionadas à assistência ao parto e ainda favorece o vínculo entre a mulher e o profissional, mantendo a continuidade do cuidado entre os diferentes níveis de atenção (TESSER et al., 2015).

É necessário que além de fornecer informação às parturientes, os profissionais de saúde passem por um processo de reformulação no cenário acadêmico para que ao exercerem a profissão depois de formados estejam alinhados com um atendimento humanizado e de qualidade (NASCIMENTO et al., 2019).

## **Conclusão**

Os resultados deste estudo demonstram que o conhecimento acerca da violência obstétrica por parte das parturientes ainda é muito reduzido, implicando em assistências não pautadas na humanização do cuidado, com profissionais autoritários e que não permitem o protagonismo da mulher em seu trabalho de parto.

A violação dos direitos como os descritos nos artigos analisados, sugere que a falta de informação principalmente durante o período da gestação favorece que as mulheres cheguem aos serviços de saúde aptas a aceitarem sem questionar a assistência que a instituição tem a oferecer. Entende-se que esse cenário só sofrerá mudanças quando o processo de parturição for entendido como algo natural e sem a necessidade de intervenções médico-tecnológicas desnecessárias.

Dessa forma, é necessário que o profissional atuante durante o pré-natal também esteja articulado com as práticas baseadas em evidências e incentive a participação da mulher em grupos de gestantes ou favoreça a educação em saúde individual ao longo das consultas.

**Descritores:** Violência contra a Mulher; Parto Obstétrico; Saúde da Mulher.

**Eixo Temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

### Referências

- CARVALHO, I. S.; BRITO, R. S. Formas de violência obstétrica vivenciadas por puérperas que tiveram parto normal. **Enfermería global**, Murcia, n. 47, p. 80-88. jul. 2017.
- FLORES Y. Y. R. *et al.* Construcción social de la violencia obstétrica en mujeres Tének y Náhuatl de México. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 53, e03464, nov. 2019.
- LANSKY, S. *et al.* Violência obstétrica: influência da Exposição Sentidos do Nascer na vivência das gestantes. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 8, p. 2811-2823, ago. 2019.
- NASCIMENTO, S. L. *et al.* Conhecimentos e experiências de violência obstétrica em mulheres que vivenciaram a experiência do parto. **Enfermería Actual en Costa Rica**, San José, n. 37, p. 1-14, jul./dez. 2019.
- OLIVEIRA, V. J.; PENNA, C. M. M. O discurso da violência obstétrica na voz das mulheres e dos profissionais de saúde. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, SC, v. 26, n. 2, e06500015, jul. 2017.
- SOUZA, A. B. *et al.* Fatores associados à ocorrência de violência obstétrica institucional: uma revisão integrativa da literatura. **Revista de Ciências Médicas**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 115-128, out. 2016.
- TESSER, C. D. *et al.* Violência obstétrica e prevenção quaternária: o que é e o que fazer. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 35, abr./jun. 2015.



## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER PRIVADA DE LIBERDADE

Micaela Leão de Sousa<sup>1</sup>  
Angelle Matias Melo<sup>1</sup>  
Evelin Matos Marambaia Souza<sup>1</sup>  
Esther Aderno Souza<sup>2</sup>  
Bárbara Santos Ribeiro<sup>3</sup>

#### Introdução

É evidente nos últimos anos o aumento de pessoas privadas de liberdade no Brasil, ultrapassando a marca histórica de mais de 700 mil pessoas, um aumento de 707% do total de registrado no início da década de 90 (DEPEN, 2017).

No que diz respeito à população carcerária feminina a taxa de crescimento foi maior que a masculina, sendo que no Brasil ocorreu um aumento de 656% entre os anos 2000 e 2016, enquanto na masculina o crescimento foi de 293% no mesmo período. Ressalta-se que o Brasil apresenta a quarta maior população carcerária feminina do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos (211.870 detentas), da China (107.131) e Rússia (48.487) (DEPEN, 2018).

As condições de saúde que as detentas estão expostas são precárias, o ambiente prisional apresenta-se como um lugar hostil, possibilitando não somente a ocorrência de doenças como também a sua disseminação. Decorrente da falta de associação entre os poderes legislativos, executivo e judiciário, além disso, a ausência de políticas públicas que garantam as necessidades humanas básicas da detentas encarceradas (SOARES, 2016).

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. E-mail: micaelaleao\_s@hotmail.com

<sup>2</sup>Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. Bolsista de Iniciação Científica do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO) da UESB.

<sup>3</sup>Enfermeira. Doutoranda em Ciências da Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGES/UESB). Docente do curso de Enfermagem da FAPEC.

A Constituição Federal de 1988 diz que cada ser humano é merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, ou seja, devendo ser assegurada por direitos a pessoa contra qualquer ato que seja desumano e degradante. Nesse contexto, observa-se que o sistema prisional brasileiro viola os direitos humanos, acerca da dignidade humana, onde as pessoas são expostas a condições de vida precárias e sub-humanas (FERNANDES; LOPES, 2016).

Assim, é primordial a identificação da realidade dessa atenção à saúde das mulheres privadas de liberdade, refletindo sobre seus direitos, necessidades e inquietações, possibilitando uma maior efetivação de ações de políticas públicas neste cenário, a fim de reduzir as desigualdades e promover uma atenção à saúde dessas mulheres.

## **Objetivo**

Descrever como se dá à atenção a saúde das mulheres privadas de liberdade no Brasil.

## **Metodologia**

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura que buscou responder a seguinte questão norteadora: “Como se dá a atenção a saúde da mulher privada de liberdade no Brasil?”. Com o objetivo de responder a seguinte questão, iniciou-se uma busca na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), e no portal de periódicos Scientific Electronic Library Online (SciELO) e na ferramenta de pesquisa Google acadêmico em outubro de 2020. Foram utilizados os Descritores Ciências da Saúde (DeCS): Atenção à saúde; Saúde da mulher; Cárcere, com o auxílio do operador booleano *AND*.

Adotou-se como critérios de inclusão artigos completos publicados em português, disponíveis gratuitamente que discutem sobre a atenção a saúde da mulher privada de liberdade no Brasil, publicados entre os anos de 2010 a 2020. Como critérios de exclusão, considerou-se os artigos que não respondiam a questão norteadora, atenção à saúde das mulheres que não se encontravam em no cárcere de privado, bem como dissertações, teses, monografias e resumos publicados em anais de eventos.

A busca resultou no encontro de 32 artigos, sendo desconsiderados estudos duplicados entre as diferentes bases de dados, resumos que não apresentavam a abordagem que contemplasse o objetivo da revisão, deste modo 22 foram excluídos. Portanto, após aplicação dos critérios de seleção, a amostra do estudo compôs-se de 10 artigos.

## **Resultados**

Foram selecionados 10 artigos que atendiam aos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos. Em relação aos anos de publicação, durante o período de 2010 e 2015 contaram com um artigo publicado, enquanto entre os anos de 2017, 2018 e 2020 publicaram, respectivamente, 9 artigos.

As penitenciárias femininas são consideradas um grave problema de saúde pública, sendo que nessas instituições encontra-se agrupada uma parcela da população vulnerável às doenças infecciosas carentes de assistência de profissionais da saúde (RIBEIRO et al., 2013).

Em geral, os aspectos sociodemográficos da população feminina prisional no Brasil incluem mulheres jovens, com filhos, responsáveis pela provisão do sustento familiar, com baixa escolaridade, oriundas de estratos sociais desfavorecidos economicamente e que exerciam atividades de trabalho informal em período anterior ao aprisionamento (DEPEN, 2014).

Na atenção à saúde da mulher encarcerada, é priorizado o pré-natal, o controle do câncer de mama e de colo de útero, assim como, o diagnóstico, o aconselhamento e tratamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis (abordagem sindrômica), realização de planejamento familiar, imunizações e atenção à saúde mental (CASTRO, 2012).

No entanto, estudos recentes constataram a ineficiência sobre a assistência, sendo observada a ausência do exame ginecológico, o pré-natal deficiente, não realização do planejamento familiar, ausência de acompanhamento para as detentas que estão no climatério. Nesse sentido, observa-se que os acessos das mulheres aos cuidados de saúde já são deficientes, piorando após a reclusão. Desse modo, tornam-se necessárias modificações no sistema prisional, para que haja efetividade nos cuidados de saúde prestados a mulheres privadas de liberdade (ARAÚJO, 2020).

Além disso, muitas mulheres têm o receio de serem transferidas para outras penitenciárias e ficar distante de seus familiares, com isso, não havendo o atendimento às necessidades de nível psicossocial. Com a interrupção das relações familiares, do convívio com os filhos, que acarretam tristeza, depressão e preocupação com os cuidados dos filhos. (ARAÚJO, 2020).

Nesse contexto, observa-se uma maior vulnerabilidade em detentas grávidas e que tenha dado à luz seus filhos durante o encarceramento, pois vivem com eles em prisões insalubres e sobre um contexto incompatível com o desenvolvimento afetivo, motor e psicossocial harmonioso. Impossibilitando que essas mulheres consigam manter seus vínculos familiares, devido a perda ou fragilização das relações entre os filhos e família (NIELSSON, 2017).

## **Conclusão**

Percebe-se, pelas leituras o ambiente hostil e insalubre onde essas mulheres estão inseridas, sendo ofertados cuidados de forma inadequada. Sendo assim, é preciso reforçar que a população prisional feminina, demanda de uma atenção específica, devendo-se levar em consideração as suas singularidades e especificidades. E para isso é necessária uma fiscalização mais rigorosa das políticas públicas de saúde voltadas para essa população.

Dessa forma, é necessário que a gestão penitenciária e o Estado conheçam as necessidades em saúde das mulheres privadas de liberdade e juntos possam definir e programar as ações que promovam saúde dentro do sistema, e que as melhorias durante esse confinamento sejam implementadas, tendo uma promoção a saúde, prevenção de agravos, qualidade de vida segunda a situação vivenciada, cuidados diários, assistência e atendimentos ambulatoriais de qualidade dentro das penitenciárias.

**Descritores:** Atenção à saúde; Saúde da mulher; Cárcere.

**Eixo Temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

## **Referências**

ARAÚJO, M. M. et al. Assistência à saúde de mulheres encarceradas: análise com base na Teoria das Necessidades Humanas Básicas. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, 2020.

CASTRO, A. E. D.; SOARES, É. M. C. Dispositivos legais e as políticas voltadas à saúde da mulher em situação de prisão. **Âmbito Jurídico**. Rio Grande do Sul, n. 107, 2012.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **INFOPEN**. 2014. Disponível em: <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/relatorio-infopen-mulheres.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **INFOPEN**. 2017. Disponível em: [http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy\\_of\\_Infopenmulheresjunho2017.pdf](http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf). Acesso em: 29 out. 2020.

FERNANDES, I.A.D.; OLIVEIRA, P.E.V. Violação da dignidade humana em face da precariedade do sistema penitenciário brasileiro. **Direito e desenvolvimento**, João Pessoa, PB, v. 6, n. 12, p. 63-82, 2016. Disponível em <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/289>. Acesso em: 29 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e da Segurança Pública. **INFOPEN**. 2. ed. 2018. Disponível em: [https://www.conectas.org/wp/wp-content/uploads/2018/05/infopenmulheres\\_arte\\_07-03-18-1.pdf](https://www.conectas.org/wp/wp-content/uploads/2018/05/infopenmulheres_arte_07-03-18-1.pdf). Acesso em: 29 out. 2020.

NIELSSON, J. G.; ZEIFERT, A. P. B.; BARCELLOS, R. H. O acesso às condições básicas de saúde da mulher no cárcere: uma análise a partir da situação da presa na penitenciária modulada de Ijuí/RS. **Direito Sem Fronteiras**, Porto Alegre, RS. v. 1, n. 3, 2017. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/direitosemfronteiras/article/view/18892>. Acesso em: 29 out. 2020.

RIBEIRO, S. G. *et al.* Perfil gineco-obstétrico de mulheres encarceradas no estado do Ceará. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, SC, v. 22, n. 1, p. 13-21, 2013. Disponível em: [https://www.scielo.br/pdf/tce/v22n1/pt\\_02.pdf](https://www.scielo.br/pdf/tce/v22n1/pt_02.pdf). Acesso em: 29 out. 2020.

SANTOS, Márcia Vieira dos et al. A saúde física de mulheres privadas de liberdade em uma penitenciária do estado do Rio de Janeiro. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-81452017000200205&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452017000200205&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 29 out. 2020.

SOARES F. M. M.; BUENO, P. M. M. G. Demografia, vulnerabilidades e direito à saúde da população carcerária brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro. v. 21, p. 1999-2010, 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232016000701999&script=sci\\_abstract&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232016000701999&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: 29 out. 2020.



**GPVIO**

GRUPO DE PESQUISA  
VIOLÊNCIA, SAÚDE E CULTURA DE PAZ



## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### EXPERIÊNCIAS ACADÊMICAS NO GRUPO DE PESQUISA VIOLÊNCIA, SAÚDE E CULTURA DE PAZ

Gilberto Alves Dias<sup>1</sup>  
Vanda Palmarella Rodrigues<sup>2</sup>

#### Introdução

O Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO) é um grupo de pesquisa cadastrado na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão sobre a violência doméstica aos grupos populacionais vulneráveis criança, adolescente, mulher, idoso, pessoas com deficiência, considerando as categorias de análise gênero, raça/etnia, classe social/renda e geração.

Nessa perspectiva, busca produzir conhecimento com a finalidade de subsidiar o cuidado à saúde, bem como às políticas de enfrentamento da violência doméstica incluindo os profissionais da rede de atenção para a prevenção, combate à violência e incentivo à cultura de paz.

Ressalta-se que as ações de ensino, pesquisa e extensão sobre violência doméstica são de grande relevância, uma vez que podem identificar fragilidades nas práticas assistenciais desenvolvidas pelos serviços da rede de atenção à pessoa em situação de violência doméstica, na formação e capacitação dos profissionais de saúde, no intuito de direcionar as intervenções necessárias mediante às questões relacionadas à assistência à saúde, social, policial e jurídica.

#### Objetivo

Buscou-se relatar experiências acadêmicas frente a pesquisas sobre violência doméstica contra a mulher no Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz.

<sup>1</sup>Graduando em Fisioterapia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Integrante do Grupo de Pesquisa Violência, saúde e cultura de paz (GPVIO). Email:gilbertoalvesdias2015@gmail.com.

<sup>2</sup>Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Professora do Curso de Graduação em Enfermagem e do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde – PPGES/UESB. Líder do GPVIO.

## Descrição da Experiência

A participação no GPVIO ocorreu desde 2015 como discente de Iniciação Científica Voluntário no projeto de pesquisa Violência doméstica contra a mulher: Representações Sociais das Equipes Saúde da Família e perdurou durante toda a graduação em Fisioterapia.

A participação nesse projeto de pesquisa oportunizou a aproximação com as Unidades de Saúde da Família (USF) de um município do interior da Bahia/Brasil e de profissionais de saúde, entre eles: agentes comunitários de saúde, enfermeiros, técnicos em saúde bucal, técnicos de enfermagem, auxiliar de enfermagem, cirurgiões-dentistas e médicos.

Propiciou ainda a apropriação da pesquisa descritiva, da abordagem qualitativa e da Teoria das Representações Sociais (TRS). A TRS proposta pelo psicólogo romeno Serge Moscovici busca explicar como os fatores psicológicos e sociais por meio de crenças, saberes populares, conhecimentos empíricos podem influenciar na tomada de decisão (SÁ, 1998). Dessa forma, na perspectiva do projeto de pesquisa supracitado, vislumbrou-se conhecer como tais fatores podem direcionar condutas e atitudes dos profissionais de saúde da Estratégia Saúde da Família (ESF) frente aos casos de violência doméstica contra a mulher (VDCM).

Apropriou-se também da técnica de análise de conteúdo, modalidade temática procedendo-se às seguintes fases: a pré-análise; a exploração do material e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 2011). Apreendeu-se conhecimentos sobre a Análise de Similitude. As conexões que um elemento mantém com outros elementos de representação têm sido constantemente tomadas como um segundo indicador de um possível Núcleo Central (NC) (Sá, 1998).

Além disso, houve a possibilidade de empregar a Técnica de Evocação Livre de Palavras a qual consiste na evocação das primeiras palavras advindas em pensamento após a escuta de um estímulo indutor (MOREIRA et al., 2005) e da entrevista semiestruturada que permite a interação social propiciando ao entrevistado relacionar informações sobre o objeto de pesquisa segundo suas vivências (MINAYO, 2013).

Conhecimentos frente ao uso do *software* EVOC, a exemplo do processamento e interpretação dos dados, também foram adquiridos durante a vivência da iniciação científica. Este programa busca realizar a análise prototípica dos dados provenientes da Técnica de Evocação Livre de Palavras, elencando os termos por meio da sua frequência de evocações como também por sua ordem de prontidão (ABRIC, 2001).

É gerado pelo *software* EVOC um quadro de quatro casas, estando no primeiro quadrante à esquerda o Núcleo Central com os elementos de maior frequência e menor ordem média de evocação, nos quadrantes superior e inferior direito, respectivamente, a Primeira e Segunda Periferia e por fim, com a menor frequência e menor ordem média de evocação de todo quadro, situados no quadrante inferior esquerdo os Elementos de Contraste (ABRIC, 2001).

Ressalta-se ainda a utilização do *software* IRAMUTEQ o qual possibilita alguns tipos de análise de dados textuais, desde as mais simples, como a lexicografia básica, que abrange, sobretudo a lematização e o cálculo de frequência de palavras; até análises multivariadas como classificação hierárquica descendente, análise pós-fatorial de correspondências e análises de similitude (CAMARGO; JUSTO, 2013).

## Repercussões



A participação no projeto de pesquisa permitiu no seu decorrer o contato direto com acadêmicos de fisioterapia, enfermagem e odontologia que faziam parte do GPVIO e com profissionais da ESF que recebiam cotidianamente casos de VDCM nas USF. Conhecer os avanços, limites, concepções, condutas e anseios dos profissionais de saúde nas situações de violência doméstica contra a mulher permitiu uma nova visão e preparo para atuar como futuro profissional de saúde, frente a este problema de saúde pública. Assim, identificar, notificar, orientar, encaminhar e resolver os casos de VDCM são questões que se tornaram mais aguçadas, possibilitando que profissionais mais capacitados fossem formados para lidarem com os casos de VDCM.

A vivência cotidiana com a pesquisa exigiu inúmeras leituras relacionadas ao objeto de pesquisa, violência doméstica contra a mulher, gênero, entre outras, proporcionando conhecimentos sobre os diferentes tipos de violência, os fatores associados à VDCM, as formas de encaminhamento e de educação em saúde relacionadas a essa problemática. Além disso, a fundamentação teórico-metodológica da TRS possibilitou a apreensão de conhecimentos relacionados à pesquisa, contribuindo mais uma vez na formação profissional, com subsídios para desenvolver estudos relacionados à VDCM e de outros problemas da saúde pública, embasados na referida teoria.

A participação na iniciação científica seja como discente voluntário ou como bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) ocorreu no período de 2015 a 2017 e 2017 a 2019 no projeto de pesquisa “Violência doméstica contra a mulher: Representações Sociais das equipes saúde da família, resultando na publicação de três artigos e inúmeros resumos simples e expandidos apresentados em eventos regionais, nacionais e internacionais.

Atualmente o projeto supracitado encontra-se em andamento através do subprojeto intitulado Representações sociais das equipes da Estratégia Saúde da Família sobre violência obstétrica.

Além disso, foram realizados eventos extensionistas com foco na mobilização da comunidade acadêmica e extra-acadêmica frente à VDCM, como a divulgação da Campanha: 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres (2015-2019), com elaboração de banners, panfletos impressos e digitais e atividade educativa. Realizou-se ainda rodas de conversa sobre a prevenção e combate a violência doméstica, o papel do conselho tutelar, defensoria pública, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Núcleo de Apoio à Mulher (NAM) e Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM).

Foi realizado também o IV Encontro sobre violência intrafamiliar: uma violação dos direitos humanos, *lives* e evento online no decorrer da pandemia ocasionada pela Covid-19, com possibilidade de participação na organização do evento, monitoria e apresentação de trabalhos

### **Considerações Finais**

A participação no GPVIO contribuiu imensamente na formação acadêmica. A aproximação com os profissionais de saúde da ESF, as leituras tanto sobre o objeto de pesquisa quanto sobre a TRS proporcionaram o amadurecimento científico e maior embasamento na formação profissional em fisioterapia, com ênfase na VDCM, a qual é pouco abordada ou muitas vezes não é abordada durante o período de graduação.

Além disso, os trabalhos desenvolvidos possibilitaram a divulgação da temática, o que contribui diretamente para a sensibilização da população em relação à prevenção e combate

da VDCM, além do aporte teórico sobre a TRS que evidenciou como as representações sociais de profissionais de saúde podem direcionar suas práticas de cuidado.

Ressalta-se a importância de espaços como este tanto para a melhor formação dos acadêmicos, quanto para o enfrentamento da VDCM. Profissionais com formação e capacitação aguçadas para a identificação, notificação, encaminhamento e resolução dos casos de VDCM são extremamente necessários para a formação de um sistema de saúde que trabalhe no enfrentamento da VDCM e de outros problemas sociais. Dessa forma, grupos de pesquisa, projetos de iniciação científica, extensão e ensino, como outras estratégias, fazem-se necessárias.

**Descritores:** Violência contra as Mulheres; Estratégia Saúde da Família; Assistência Integral à Saúde da Mulher.

**Eixo Temático 2:** As práticas de cuidado no contexto do Sistema Único de Saúde.

### Referências

- ABRIC, J. C. **Prácticas sociales y representaciones**. México. Coyoacán: filosofía y cultura contemporânea, 2001.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, dez. 2013.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2013.
- MOREIRA, A. S. P. *et al.* **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2005.
- SÁ, C. P. **A construção do objeto de pesquisa em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.



## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### REPENSANDO O PROCESSO DE VIOLÊNCIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM ESTÁGIO

Emanuelli Zequinelli Rosa dos Santos<sup>1</sup>  
Nathália Cristina Terêncio C. de Souza<sup>2</sup>  
Odilza Lines de Almeida<sup>3</sup>

#### Introdução

Esse relato de experiência descreve a prática em Estágio Supervisionado I, do oitavo semestre do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), realizada na Vara da Justiça pela Paz em Casa em Vitória da Conquista- BA.

O Projeto de Acolhimento Especializado em Parceria com o Núcleo de Práticas Psicológicas da UESB (NUPPSI) foi pensado a partir da necessidade encontrada de trabalhar a violência de gênero, sobretudo no contexto doméstico. A atividade realizada consistia em oferecer um espaço de escuta e acolhimento para homens que foram autuados pela Lei Maria da Penha, nº 11.340/2006, e receberam a medida restritiva de urgência, obrigando o afastamento do lar e a não aproximação do acusado da vítima e familiares desta. Durante o período de agosto a novembro de 2019 foram realizados atendimentos individuais na Vara da Justiça pela Paz em Casa e no grupo de Escuta e Acolhimento Especializado no NUPPSI.

#### Objetivo

O objetivo principal do projeto foi promover espaços de escuta e de reflexão que possibilitassem o rompimento do ciclo de violência, sobretudo da violência doméstica e àquela cometida contra mulheres. Objetivou-se também contribuir, a partir de uma atuação específica, com as mudanças na abordagem da justiça nesta complexa problemática, tornando-a menos punitivista e policialesca, de modo a inserir na condução dos processos a interpretação psicológica da situação vivida pelos acusados.

<sup>1</sup>Acadêmica no curso de graduação de Bacharel e Licenciatura em Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus Vitória da Conquista. Bolsista de Monitoria em Psicologia (UESB). E-mail: emanuelizequinelli@gmail.com.

<sup>2</sup>Acadêmica no curso de graduação de Bacharel em Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus Vitória da Conquista. E-mail: nathaliacristinaterencio@gmail.com.

<sup>3</sup>Psicóloga. Pós-Doutora em Ciências Sociais. Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Pretendeu-se alcançar mudanças significativas na introjeção da cultura masculina, pelos acusados, e promover reflexões acerca dos papéis de gênero e sobre o uso da violência.

Além disso, também foi garantido o direito ao acesso universal da população ao serviço psicológico, como defendido pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo ao estabelecer como princípio fundamental “[...] promover a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão” (2005, p. 7).

### **Descrição da Experiência**

Foram delineadas estratégias que se caracterizaram em realizar de forma individual, atividade psicoterápica de caráter terapêutico, baseada teórica e metodologicamente pela concepção de uma psicoterapia breve de caráter psicanalítico. Forini (2004) afirma que técnicas de psicoterapia dinâmica breve são cada vez mais solicitadas em contextos institucionais onde não é possível realizar um trabalho prolongado, principalmente instituições públicas, sendo esta a realidade desta prática.

Coerente com esta concepção, foram realizados encaminhamentos quando vistos como necessários, assim como pontuações referentes ao processo jurídico e instruções acerca do respeito às imposições da medida restritiva e as consequências do seu descumprimento, sem que esse movimento tivesse caráter diretivo.

Concomitantemente a esta atividade, realizou-se O Grupo de Escuta Especializado, seguindo o modelo de grupo operativo proposto por utilizando como fundamento Bleger (1998) e a técnica de grupos-operativos de Pichon-Rivière (2005). Dessa forma, as atividades e os temas trabalhados eram construídos em conjunto com todos os participantes.

Ao todo, os atendimentos individuais das duas estagiárias em questão resultaram no número de 30 pessoas acolhidas individualmente e a realização de um grupo, com nove participantes. Os encontros semanais totalizaram 12 encontros, nos quais as reflexões eram promovidas a partir de temas como masculinidade, papéis de gênero, relacionamentos amorosos, formas de diálogo, Lei Maria da Penha e orientações sobre a Medida Protetiva.

Todos os assistidos estavam sob medida restritiva, sendo este o pré-requisito fundamental para o atendimento e esta era vista inicialmente por eles como a queixa principal durante o atendimento psicoterápico. Eram verificados os impactos da medida na vida dos sujeitos e quando necessário, realizaram-se encaminhamentos e orientações específicas. Contudo, após algumas sessões percebia-se que outras demandas se apresentavam, como questões decorrentes do rompimento do vínculo com a denunciante e sobre parentalidade.

A maioria dos assistidos não se auto responsabilizou pelo ato denunciado, não havendo nenhum caso onde foi relatada a responsabilização total. Constatou-se as semelhanças entre as interpretações feitas pelos atendidos da situação da medida restritiva, visto que foi recorrente o entendimento desta como uma atitude de vingança da denunciante ou como uma tentativa de que pessoas envolvidas se apossassem de seus bens materiais.

Notou-se ainda forte mobilização emocional decorrente da situação da medida que frequentemente era acompanhada do rompimento do relacionamento amoroso. Desta forma, foi comum acompanhar processos de luto, em determinadas fases, apresentados pelos assistidos. Em relação à denúncia, parte deles relatou sentimentos de injustiça e constrangimento, relatando não serem ouvidos pela justiça sobre sua versão dos fatos.

### **Repercussões**

No decorrer do grupo foi perceptível a formação de vínculos entre os participantes, a mudança de perspectivas sobre o próprio papel dentro da dinâmica da relação e sobre o papel da mulher, assim como o efeito terapêutico, mesmo esse não sendo o foco principal. Ao final o grupo se configurava de outra forma, com outra dinâmica e reflexões e foi unânime a afirmação de que os encontros haviam proporcionado novas formas de pensar e de ver as situações, assim como se sentiam mais aliviados em poder “desabafar” em um ambiente seguro e sigiloso.

Alguns dados mostraram-se relevantes para possíveis investigações futuras, como, por exemplo, o fato da presença constante do discurso religioso por parte dos assistidos, muitas vezes sendo usados como justificativas à manutenção do casamento a qualquer custo. A percepção acerca do papel da mulher como mãe, cuidadora do lar e que supria as necessidades básicas da família, como alimentação e organização dos afazeres domésticos ainda se mostrou persistente no contexto estudado indicando que há um longo caminho para que os papéis de gênero se modifiquem.

Sabe-se que o sujeito homem está inserido na ordem social como o representante do poder simbólico e esta posição que ele ocupa foi construída no ambiente social e cultural, ao longo do devir da história, como afirma Machado (2010). Assim também aconteceu com a construção da categoria feminina, fundamental para a diferenciação dos papéis de gênero, a partir do imperativo do sexo biológico. A partir desta posição de poder, há de se entender o contexto de violência e agressividade que permeia relações de abuso e violência doméstica, onde na maioria dos casos, os homens aparecem como perpetradores do ato violento.

### **Considerações Finais**

A partir da prática realizada pôde-se perceber a necessidade de um espaço de escuta e acolhimento, grupal ou individual, em contextos institucionais de resolução de conflitos com a lei. Na situação em questão, onde os conflitos se davam em torno da violência doméstica, e principalmente contra mulheres, foram perceptíveis os efeitos positivos alcançados com a escuta dos sujeitos acusados.

Uma vez que a maioria das pessoas atendidas, receberam a denúncia por ameaça, refletindo apenas uma dinâmica conflitiva do relacionamento amoroso, não configurando como em outros casos uma gravidade maior, reforça-se a importância dos instrumentos extrajudiciais na resolução de conflitos, mais precisamente, as audiências de conciliação e mediação como forma de diminuir os impactos sociais, emocionais, financeiros que o processo judicial pode ter não só na vida do acusado como na vida dos envolvidos (vítima, filhos).

A inserção da Psicologia, nesses contextos, tem muito a contribuir ao possibilitar acesso a saberes a uma população econômica e socialmente vulnerável que na maioria das vezes é excluída do acesso a condições de vida promotoras de saúde, o que inclui o desenvolvimento de habilidades emocionais e pessoais. Assim, essa prática além de possibilitar uma visão holística dos sujeitos envolvidos e da dinâmica relacional destes, assegurou a importância de uma escuta eficaz sem julgamentos morais ou reforço da acusação, a partir da defesa dos seus direitos, ou simplesmente do direito de terem igualmente acesso aos serviços psicológicos.

**Descritores:** Violência de Gênero; Acolhimento; Grupos de Encontro.

**Eixo Temático 1:** A Saúde Coletiva no Enfrentamento da Violência.

## Referências

BLEGER, J. **Grupos Operativos no Ensino**. *In*: Temas de psicologia: entrevista e grupos. Tradução: MORAES, Rita Maria M. de. Revisão: RIVERA, Luís Lorenzo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

FIORINI, H. J. **Psicoterapia dinâmica breve**: contribuições para uma teoria da técnica. *In*: Teoria e técnica de psicoterapias. Tradução: GONÇALVES, Maria Stela. Revisão técnica: BERLINER, Claudia. Ed. ampl. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 17-43.

MACHADO, L. Z. **Masculinidades e violências**. Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. Série Antropologia. Brasília: UnB, 2001.

PICHON-RIVIÈRE, E. *et.al.* **Técnica dos grupos operativos**. *In*: Temas de psicologia: entrevista e grupos. O processo grupal. Tradução: VELLOSO, Marco Aurélio Fernandes; GONÇALVES, Maria Stela. São Paulo: Martins Fontes, 2005.



## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES DA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NO ÂMBITO ESCOLAR

Kristine Kelly de Albuquerque<sup>1</sup>  
Halline Iale Barros Henriques<sup>2</sup>

#### Introdução

Os métodos alternativos de resolução de conflitos vêm se consolidando como um dos caminhos mais eficazes nas soluções de disputas judiciais, possibilitando que as técnicas utilizadas nestas ganhem espaço para além dos espaços jurídicos, tais como comunitários, educacionais, familiares e outros. No Brasil, essas alternativas jurídicas se dividem em arbitragem, conciliação e mediação.

Na arbitragem, as pessoas em situação de conflito submetem a solução deste ao árbitro. Na conciliação, há maior autonomia das pessoas envolvidas, sendo o conciliador responsável por sugerir opções para alcançar a resolução, podendo interferir apenas em casos que haja impasse. Na mediação, a negociação é assistida por um mediador responsável por facilitar a comunicação, levando a uma solução que seja justa e satisfatória para ambas. Nesta, não é possível uma intervenção direta ou qualquer tipo de sugestão por parte do mediador. Nos três casos, os profissionais devem ser capacitados para exercer tal função, mantendo a ética, a imparcialidade e o sigilo do processo (AZEVEDO, 2009; BACELAR, 2012).

Dentre os benefícios apontados em estudos sobre a mediação (SALES, 2004; SALES e CHAVES, 2014; SEIDEL, 2007), destacam-se: solução de conflitos de forma honesta e eficaz, aumento de autonomia e resolutividade das pessoas diante de seus conflitos, inclusão social e acesso à justiça, promoção da cultura de paz e prevenção da violência, manutenção e reestabelecimento de vínculos sociais e afetivos, diminuição de ruídos na comunicação e construção de relações interpessoais mais positivas.

Desta forma, a mediação traz consigo a proposta de um outro olhar frente aos conflitos, vistos como uma relação negativa e desequilibrada, para uma oportunidade de transformação, restauração e mudanças de comportamento e de relações, permitindo o desenvolvimento da tendência atualizante existente em todos os seres humanos.

<sup>1</sup>Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário do Vale do Ipojuca (UNIFAVIP). E-mail: kristine.psicologia@gmail.com

<sup>2</sup>Psicóloga. Mestra em Psicologia pela UFPE. Docente dos cursos de Graduação em Psicologia no UNIFAVIP e no UNIESP.

## Objetivo

O objetivo geral é descrever as experiências interdisciplinares geradas no projeto de extensão universitária “mediação de conflitos: contribuições para a garantia de direitos” e suas intervenções, com foco nas ações desenvolvidas no âmbito escolar e nos anos do ensino fundamental. Têm-se como objetivos específicos: identificar os benefícios da mediação de conflitos aplicada no contexto educacional e as suas contribuições para a prevenção da violência e a promoção de uma cultura de paz.

## Descrição da Experiência

A extensão universitária é um dos pilares da formação acadêmica e profissional, sendo um instrumento de integração entre teoria e prática e transformação da realidade social. Suas diretrizes objetivam a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento e a participação da comunidade nessa construção de saberes (FORPROEX, 2012).

O projeto “mediação de conflitos: contribuições para a garantia de direitos” toma forma no Centro Universitário do Vale do Ipojuca (UNIFAVIP) junto à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem (CCMA/UNIFAVIP). Inaugurada em 30 de setembro de 2011, a CCMA é uma instituição sem fins lucrativos ligada ao UNIFAVIP, conveniada ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), que tem por objetivo a promoção da paz social através da autocomposição na resolução de conflitos, ou seja, as pessoas em situação de conflito buscam de forma autônoma a solução deste com o auxílio do conciliador ou do mediador. O trabalho na CCMA é desenvolvido por conciliadores e mediadores, que são docentes do UNIFAVIP e possuem qualificação para tal cargo, além de discentes dos cursos de Direito e Psicologia, que atuam de forma interdisciplinar e recebem capacitação contínua para auxiliar nesse objetivo através de projetos de extensão universitária e estágios específicos (UNIFAVIP, 2011).

O projeto citado surge no âmbito do curso de graduação em psicologia do UNIFAVIP, tendo atuação ativa entre 2011 e 2017. Além das diretrizes do FORPROEX (2012), o projeto norteou-se pelo método qualitativo de pesquisa-ação (GIL, 2019) e intervenção psicossocial (NEIVA, 2010), os quais pressupõem a horizontalidade dos saberes e o planejamento de ações que atendam às necessidades de grupos específicos. Além da atuação junto à CCMA, o projeto difundiu as práticas da mediação em contextos diversos, dentre os quais estão CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Unidades Básicas de Saúde e espaços escolares. Neste relato de experiência, o foco será nas ações desenvolvidas neste último cenário.

Considerando o potencial de formação cidadã e humana intrínseco ao ambiente escolar, assim como o compromisso da psicologia nesse cenário, que abrange desde os processos de aprendizagem à promoção de saúde mental e relações interpessoais saudáveis, compreende-se que este deve ser local fértil de conscientização social, promoção de paz e prevenção de violências. Os conflitos são inerentes aos processos de socialização humana, e as técnicas de mediação atuam no sentido de construir saídas de conflitos que sejam satisfatórias para ambas as pessoas envolvidas. Em contextos escolares, o emprego dessas técnicas possibilita uma reflexão positiva diante da situação e um processo de gestão emocional que acompanha a formação dos estudantes, integrando assim uma educação humana e emancipatória.

Ainda, uma estratégia que se alia às técnicas de mediação é a da comunicação não-violenta, proposta por Marshall Rosenberg (2006) para o estabelecimento de relações



baseadas na comunicação eficaz e na empatia, focando na conscientização e no sentimento de si próprio e do outro, retirando assim a centralidade do conflito. Juntas, as duas técnicas se complementam no objetivo comum da promoção da paz social. As consequências ligadas ao comportamento violento, a exemplo do bullying, ou à internalização da vivência negativa, que podem vir a se tornar fatores de risco à saúde mental infanto-juvenil, podem ser minimizadas e/ou evitadas se receberem intervenções eficazes, e é nesse sentido que o projeto deste relato baseia sua atuação.

Ao longo dos seis anos de ativação, os discentes passaram por prévia capacitação e planejamento das ações interventivas, bem como posterior avaliação de seus resultados. As ações percorreram dezenas de escolas da rede estadual e municipal no estado de Pernambuco, de forma pontual e/ou sistemática. Outros projetos de extensão universitária surgiram no UNIFAVIP com propósitos similares e houve a integração destes nas atuações dos discentes, e a proposta se manteve após a desvinculação deste projeto da instituição, confirmando assim sua relevância e contribuição social. Além do curso de psicologia, discentes de outros cursos de graduação da instituição também passaram a fazer parte do projeto de forma voluntária.

Sendo que anualmente ocorria a renovação de vagas para composição do projeto, as intervenções práticas sofriam variações e inovações, porém sempre estando alinhadas ao objetivo principal de difusão de práticas efetivas na resolução de conflitos. Dentre as intervenções realizadas, os métodos incluíam dinâmicas de grupo, contação de histórias, atividades teatrais, e outras. Para alcançar o objetivo das reflexões propostas, com a necessária adaptação à linguagem infantil, as intervenções se utilizavam da ludicidade enquanto ferramenta facilitadora e educativa. Algumas das construções positivas geradas a partir desses momentos foram: validação e compreensão das singularidades nos modos de ser e estar no mundo, posturas mais gentis e empáticas nas relações, respeito às diferenças, validação de sentimentos de si e do outro, e desenvolvimento de uma comunicação efetiva e não-violenta.

Além disso, haviam oficinas de reflexão junto aos professores e gestores das escolas, possibilitando que esses momentos de construção se fizessem presentes naqueles espaços como práticas cotidianas. Essa conscientização era promovida com base na compreensão de que o processo de ensino-aprendizagem deve ser dinâmico, respeitando as diferenças dos estudantes e sendo um ambiente positivo ao desenvolvimento saudável. Com isso, o uso da mediação de conflitos se torna um facilitador de relações e de consciência social. Igualmente, favorece o vínculo de confiança entre estudantes e professores. Nesse sentido, ao adquirir essa outra postura diante de conflitos, ocorre a difusão dessas práticas de forma espontânea e colaborativa.

## **Repercussões**

Durante a experiência do projeto, foi possível perceber empiricamente os resultados de sua atuação nas avaliações posteriores recebidas pelos profissionais das escolas participantes e no comportamento dos alunos nas situações em que houve contato sistemático por parte da equipe de extensionistas. As percepções levaram à conclusão coletiva de que o projeto obteve resultado positivo e efetivo quanto ao seu objetivo, atuando na promoção da paz, de relações interpessoais saudáveis, da postura positiva frente aos conflitos cotidianos e da saúde mental.

## **Considerações Finais**

A partir das atividades realizadas e apresentadas neste relato, verifica-se que a incorporação da mediação de conflitos no contexto escolar se torna facilitadora de relações interpessoais saudáveis, baseadas no comportamento empático e no respeito às diferenças, bem como possibilita uma comunicação mais efetiva e resolutiva frente aos conflitos. Além de propiciar uma formação mais humanizada e emancipatória, atua na direção da promoção da saúde mental, de uma cultura de paz e na prevenção de comportamentos violentos, confirmando assim o impacto positivo e a relevância social de suas ações.

Assim, compreende-se a importância da incorporação de novas maneiras de resolução de conflitos no cotidiano, bem como o papel ético da psicologia frente às demandas diversas de cenários e subjetividades e seu compromisso de atuação em prol do bem-estar coletivo e individual e da efetivação dos direitos humanos em todos os aspectos. Por fim, sugere-se novos trabalhos nesta temática em experiências similares a fim de conhecer os impactos a longo prazo e/ou em cenários diversos.

**Descritores:** Resolução de conflitos; Relações interpessoais; Psicologia educacional.

**Eixo Temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

### Referências

- AZEVEDO, A. G. (org.). **Manual de mediação judicial**. Brasília/DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2009.
- BACELLAR, R. P. **Mediação e arbitragem**. São Paulo: Saraiva, 2012 – (Coleção Saberes do Direito, 53).
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus/AM, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em 13/11/2020. Acesso em 13 nov. 2020.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- NEIVA, K. M. C. **Intervenção psicossocial: aspectos teóricos, metodológicos e experiências práticas**. São Paulo: Vetor, 2010.
- ROSENBERG, M. B. **Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. São Paulo: Ágora, 2006.
- SALES, L. M. M. **Justiça e mediação de conflitos**, Belo Horizonte, MG: Del Rey, 2004.
- SALES, L. M. M.; CHAVES, E. C. C. Mediação e Conciliação Judicial: a importância da capacitação e de seus desafios. **Sequência**, Florianópolis, SC, v. 35, n. 69, p. 255-280, dez., 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2014v35n69p255>. Acesso em: 13 nov. 2020.
- SEIDEL, D. (org.). **Mediação de conflitos: a solução de muitos problemas pode estar em suas mãos**. Brasília: Vida e Juventude, 2007.
- UNIFAVIP. **A câmara de conciliação, mediação e arbitragem do Centro Universitário do Vale do Ipojuca**. Caruaru: [s. n.], 2011.



**GPVIO**

GRUPO DE PESQUISA  
VIOLÊNCIA, SAÚDE E CULTURA DE PAZ



VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

Uma violação dos Direitos Humanos

## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### GÊNERO E O *HABITUS* DA NOTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR PELOS PROFESSORES DE ESCOLAS PÚBLICAS

Marilurdes Silva Farias<sup>1</sup>

Luci Regina Muzzeti<sup>2</sup>

Maria Das Graças Carvalho Ferriani<sup>3</sup>

Marta Angélica Iossi Silva<sup>4</sup>

#### Introdução

A violência intrafamiliar em todas as suas formas é resultante de processos de relações sociais que se configuram, em todas as suas formas, como graves problemas que impactam o desenvolvimento e a saúde das vítimas. Sua ocorrência é associada a aspectos multifacetados e multideterminados, sendo agravada pela não notificação e não intervenção das situações de violência. Assim sendo, mesmo que sejam temáticas que normalmente despertem repulsa e emoções intensas, elas devem ser abordadas abertamente para que sejam adquiridos conhecimentos e, conseqüentemente, a conscientização e sensibilização necessárias ao enfrentamento destes tipos de violência, de modo a se assegurar o desenvolvimento saudável e a proteção integral das crianças e adolescentes, preservar as suas vidas e responsabilizar os autores da violência (MINAYO, 2013).

Neste contexto, a notificação dos casos de violência é um instrumento de coleta de informações, preenchimento obrigatório dos dados, que tem como principal finalidade acionar os serviços que compõem a Rede de Cuidado e Proteção Integral da Criança e Adolescente em casos de suspeita ou confirmação de violência (BAZON; FALEIROS, 2013) e se estabelece como uma ação essencial para se determinarem indicadores de vulnerabilidade, subsidiando ações de intervenção, em vários níveis, ratificando a materialidade do cuidado integral e da proteção social da vítima e de seus familiares, pois, de fato, é o produto revelador da violência que, em tese, assegura a responsabilidade e a continuidade do cuidado (BRASIL, 2014).

<sup>1</sup>Enfermeira. Doutora em Ciências pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Docente do Curso de Bacharelado em Enfermagem da Faculdade São Luís de Jaboticabal. E-mail: malufariasbr@yahoo.com.br

<sup>2</sup>Professora Associada. Departamento de Didática. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras. Núcleo de Sexualidade. Araraquara, SP, Brasil.

<sup>3</sup>Professora Titular do Departamento de Enfermagem Materno-Infantil e Saúde Pública da EERP/USP. Programa de Pós-Graduação Enfermagem em Saúde Pública da EERP/USP.

<sup>4</sup>Professora Associada do Departamento de Enfermagem Materno-Infantil e Saúde Pública da EERP/USP. Programa de Pós-Graduação Enfermagem em Saúde Pública da EERP/USP.

Nesse sentido, os profissionais da saúde podem intervir para romper o pacto do silêncio que comumente se faz presente entre as vítimas, dominadas, e seus agressores, dominantes, pois se encontram em uma posição privilegiada que pode transformar a notificação em uma ação não apenas ética, mas de reconhecimento dos direitos, da prioridade absoluta e da proteção integral infanto-juvenil (FARIAS et al., 2016).

Salientamos que, o que condiciona o ato de efetivar ou não a notificação da violência está intimamente ligada às experiências prévias vivenciadas na família, no grupo e meio em que os indivíduos foram socializados. Em vista disso, essas ações encadeadas pelas disposições, o *habitus* – entendido como um sistema de disposições duráveis e transferíveis, que funciona como princípio gerador e organizador de práticas e de representações, associado a uma classe particular de condições de existência –, dos agentes estão constantemente gerando novas experiências, as quais exercem sobre eles renovadas influências (BONAMINO; ALVES; FRANCO; CAZELLI, 2010).

Por isso, o ato de notificar a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, quando identificada pelos profissionais da educação, não é uma escolha simples e autônoma; muitas vezes é regulada pelas divergências das agências socializadoras com as quais convivem, sobretudo no seu núcleo familiar de origem, onde suas ações práticas se originaram e tendem a se perpetuar.

Neste contexto, as relações sociais de dominação da violência que perpassam pelas relações de gênero, onde os sujeitos interiorizam e consideram naturais as diferenças entre homens e mulheres, portanto, o *habitus* incorporado pelas professoras em relação ao ato de notificar a violência intrafamiliar dentro das escolas, tendem a não ultrapassar a esfera privada, ou seja adotam soluções caseiras e informais como procedimento interno, contribuindo para a abertura de uma imensa lacuna e desigualdades de gênero, culminando em violência simbólica. Para Bourdieu (2007), a violência simbólica, compreende o poder que impõe significações.

## **Objetivo**

Analisar as relações de gênero na incorporação do *habitus* de professoras e gestoras de escolas públicas frente à violência intrafamiliar, vivida pelos alunos, que pode ou não se materializar na notificação aos serviços e órgãos de defesa e proteção da criança e do adolescente dos casos identificados.

## **Métodos**

Trata-se de um estudo qualitativo, realizado em seis escolas públicas municipais e estaduais em um município do interior do estado de São Paulo. Participaram deste estudo 18 profissionais, a saber: 11 professoras, seis diretoras e uma vice-diretora.

Em termos de análise dos dados, partimos das categorias praxiológicas de *habitus*, capital (cultural, econômico, social e simbólico) e espaço social de Bourdieu (BOURDIEU, 2004).

A presente investigação foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP/USP) conforme o protocolo CAAE: 40395115.9.0000.5393.

## **Resultados/Discussão**

Sumariamente, salientamos que os participantes desta pesquisa eram mulheres, com idade média de 48 anos de idade à época da entrevista, casadas ou separadas. Eram provenientes de frações de classes desfavorecidas, econômica e culturalmente, inclusive no que diz respeito à educação formal. Nascidas em famílias com média de três irmãos –, filhas de pais e mães que detinham baixo capital econômico e cultural – incluindo o escolar, as educadoras e seus familiares cultivavam relacionamentos sociais apenas restritos à sua fração de classe.

Bourdieu afirma que a mulher é incorporada social e culturalmente para apreender, viver e disseminar simbolicamente a dominação masculina, não só amparada pelas visões naturalizantes que essencializam o corpo feminino, mas também pelo efeito socializador de instituições sociais, tais como: família, igreja e escola, que impingem uma série de doutrinas para justificar a divisão desigual entre os sexos. Seria uma espécie de arbitrariedade das regras do jogo, onde homens e mulheres, naturalmente, são seduzidos a trapacear para o mesmo vencedor, o homem. Para Bourdieu (2012, p. 18) “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção [...]”.

No que tange à análise do *habitus*, as educadoras revelaram que a violação dos direitos das crianças e dos adolescentes é prática constante no âmbito das relações familiares e, conseqüentemente, um *habitus* comum reproduzido geracionalmente. Tais aspectos podem ser conferidos nos seguintes fragmentos: ... *É o jeito de ensinar dos pais. Eles reagem contra isso, ou batendo, ou gritando, ou xingando e eles retratam isso na escola* (Afeto – 32 anos – Professora Municipal); ... *Ele reproduz em sala de aula o que vive em casa* (Desabafo – 38 anos – Professora Estadual).

As professoras e as gestoras relataram, de forma unânime, que tomaram algum tipo de decisão no tocante aos casos suspeitos de violência intrafamiliar sofrida pelos alunos. Entretanto, identificamos que esse procedimento interno não inclui, em um primeiro momento, a notificação dirigida a uma instância governamental para investigação. Esses achados revelam que as educadoras estão propensas a não proceder à notificação da violência intrafamiliar, quando identificada, pois, convivem com o medo, com a falta de apoio, a incerteza, a insegurança, o despreparo, a passividade, a frustração, aspectos que fazem parte do *habitus* desse segmento de classe, ou seja agem de acordo com suas condições de existência. Assim, criam estratégias para se desvencilhar do problema, o que pode ser ilustrado pelo seguinte recorte de uma entrevista: ... *Nosso procedimento é sempre entrar em contato com a mãe e registrar no livro de ocorrência de todas as professoras. Quando observo que a criança está diferente, faço o questionamento, registro o relato no livro e aviso a Direção, eu, no caso, e dependendo da situação, peço ajuda para o Conselho Tutelar, mas não adianta muito! Bom seria se tivesse uma enfermeira na escola para nos ajudar! Os profissionais de saúde entendem mais!* (Reflexões – 45 anos – Diretora Municipal).

## Conclusões

A forma como as educadoras atuam dentro da realidade social da escola e comunidade está intimamente compromissada com o volume dos capitais possuídos e com o *habitus* captado, apreendido, reconstituído e objetivado em ações mensuráveis. Ainda, ao se deparar com situações de violências entre seus alunos, individualmente ou em grupo, podem lançar mão de estratégias mais adequadas e viáveis que traduzam o ajustamento entre investimentos e condições objetivas de ação que seriam apreendidas pelo grupo e, portanto, incorporadas pelos sujeitos como parte do seu *habitus*.

As educadoras, evidentemente, não são meras espectadoras impelidas pelas forças do espaço social, ainda que, muitas vezes, estejam sujeitas às condições de classe e à posição que ocupam nesse espaço social. Elas, por suas disposições, por sua maneira de ser e de ver o mundo, podem, individualmente, serem levadas a resistir, a se opor, a contrariar as regularidades das práticas, orientadas por um *habitus* coletivo, do grupo a que pertencem, haja vista a intencionalidade do sujeito, dado que o *habitus* funciona como princípio gerador e organizador de práticas e de representações, associado a uma classe particular de condições de existência.

Percebe-se, então, que investir na formação dos profissionais da educação no que diz respeito ao enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente pode resultar em ações significativas de prevenção e proteção, uma vez que o *habitus* pode ser reestruturado continuamente, desde que haja investimentos de capitais, notadamente o capital cultural. Em sua forma objetivada e institucionalizada, esse capital pode proporcionar experiências estimulantes que dimensionem o conhecimento adequado nessa área de atuação, oferecendo, assim, familiaridade com experiências positivas de combate à violência e a superação da desigualdade de gênero.

Nesse sentido, a área da saúde, com destaque para a equipe de enfermagem, pode contribuir de forma decisiva no combate à violência, haja vista as habilidades técnicas e experiências acumuladas de Assistência Integral à Saúde da Criança e do Adolescente que podem beneficiar o entendimento da notificação da violência pelos profissionais da educação, por meio da reestruturação do *habitus*.

**Descritores:** Criança; Adolescente; Notificação de abuso; Escola; *Habitus*.

**Eixo Temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

### Referências

BAZON, M. R.; FALEIROS, J. M. Identificação e notificação dos maus-tratos infantis no setor educacional. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, SP, v. 23, n. 54, p. 53-61, 2013.

BONAMINO, A.; ALVES, F.; FRANCO, C.; CAZELLI, S. Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e Coleman. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 487-594, 2010.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia científica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Linha de cuidado para atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências:** orientação para gestoras e profissionais de saúde. Brasília, DF, 2014. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde Ministério).

FARIAS, M. S.; SOUZA, C. S.; CARNESECA, E. C.; PASSOS, A. D. C.; VIEIRA, E. M. Caracterização das notificações de violência em crianças no município de Ribeirão Preto, São Paulo, no período de 2006-2008. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, DF, v. 25, n. 4, p. 799-809, 2016.

MINAYO, M. C. S. Violência e educação: impactos e tendências. **Revista Pedagógica**, Chapecó, SC, v. 15, n. 31, p. 249-264, 2013.



**GPVIO**

GRUPO DE PESQUISA  
VIOLÊNCIA, SAÚDE E CULTURA DE PAZ



**VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR**

Uma violação dos Direitos Humanos

## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### A CONDUTA DO PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM FRENTE À VIOLÊNCIA INFANTIL: REVISÃO INTEGRATIVA

Ananda Sodré Silva<sup>1</sup>  
Thainan Alves Silva<sup>2</sup>  
Lais Silva dos Santos<sup>3</sup>  
Edite Lago da Silva Sena<sup>4</sup>  
Alba Benemerita Alves Vilela<sup>5</sup>

#### Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS) conceitua a violência infantil como todas as formas de maus-tratos, sejam eles psíquicos e/ou físicos, abuso sexual, negligência e exploração, ou seja, toda ação que possa ter como consequência prejuízos físicos e emocionais à criança, e nesse cenário, potenciais repercussões para sua vida adulta (WHO, 2002; NEMEROFF, 2016).

No Brasil, no ano de 2018, foram registrados mais de 50 mil casos de violência contra menores de 10 anos (BRASIL, 2018). Esses dados demonstram apenas as situações de maus-tratos notificadas. Contudo, sabe-se que existe uma elevada subnotificação, de modo que casos cotidianos de violência não são fidedignamente quantificados (SANTOS et al., 2019).

Nessa perspectiva, destaca-se o papel dos profissionais de saúde, especialmente dos enfermeiros, que atuam nos serviços de saúde como a atenção primária à saúde, urgência e emergência e serviços especializados, no tocante ao oferecimento de um atendimento qualificado e humanizado, bem como para a identificação dos casos e efetivação de registros adequados, ações estas que contribuem para a promoção da saúde e a proteção da criança (EGRY; APOSTÓLICO; MORAIS, 2018; SILVA et al., 2015).

<sup>1</sup>Enfermeira. Mestre em formação pelo Programa de Pós Graduação Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: sodrenanda@outlook.com

<sup>2,3</sup>Enfermeira. Mestre em formação pelo Programa de Pós Graduação Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

<sup>4,5</sup>Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.



## Objetivo

Verificar o que versa a literatura científica sobre a conduta do profissional de enfermagem diante da violência infantil.

## Métodos

Trata-se de revisão integrativa da literatura que se pautou na seguinte questão norteadora: “o que versa a literatura científica sobre a conduta do profissional de enfermagem diante da violência infantil?” Posteriormente a elaboração da questão norteadora, foi realizada busca na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando-se os seguintes descritores selecionados por meio dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “maus-tratos infantis” e seu sinônimo “violência infantil”; “criança” e seu sinônimo crianças; e “enfermagem”, separados e conjugados pelos operadores booleanos OR e AND.

A consulta à base de dados foi realizada em novembro de 2020, adotando os seguintes critérios de inclusão para seleção dos artigos: artigos publicados em português, disponíveis na íntegra gratuitamente, que contemplassem a temática do presente estudo, ou seja, que abordassem a conduta do profissional de enfermagem diante de situações de maus-tratos infantis e que tivessem sido publicados nos últimos 5 anos. Os critérios de exclusão foram: artigos de revisão, duplicados na base de dados, monografias, dissertações, teses, bem como protocolos e manuais.

Dessa forma, a partir da busca inicial na base de dados, foram identificados 23 resultados, dos quais, após leitura inicial dos títulos e resumos, selecionaram-se 10 artigos para leitura mais aprofundada. Após essa etapa e verificadas as adequações de temática, critérios de inclusão e exclusão, 4 artigos foram escolhidos para compor essa revisão de literatura, procedendo-se sua análise e interpretação.

## Resultados/Discussão

Caracterizado como aspecto gerador de sofrimento em profissionais de enfermagem, a violência infantil se apresenta como um fenômeno que exige aptidões e conhecimentos específicos para sua oportuna identificação e abordagem adequadas. Diante desse contexto, é de suma importância que os profissionais tenham conhecimento das diversas formas de violência e suas apresentações, visando intervir e oportunizar atendimento adequado, individualizado, escuta qualificada e intervenções efetivas (LAMB et al., 2019; GALINDO et al., 2017).

Além disso, outro aspecto importante refere-se a atuação do profissional na promoção de ações para prevenção e desestímulo de casos de maus-tratos infantis, abordando o indivíduo e considerando sua inserção familiar. Levando em consideração esse fato, ressalta-se como fator relevante nesse processo a relação do profissional com a família da criança. Sabe-se que, o contexto de violência contra a criança, sobremaneira a violência sexual e familiar, impacta negativamente os profissionais e afeta o seu relacionamento com a família envolvida, proporcionando problemas de comunicação e convivência entre ambos (LAMB et al., 2019; GALINDO et al., 2017).

Pesquisa multiprofissional no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS) demonstrou que para o manejo dos casos de violência contra a criança a utilização de um documento orientador contribui para as condutas dos profissionais, como por exemplo, o fluxo de atenção às situações de violência contra a criança, o qual deve ser utilizado por qualquer

profissional vinculado à unidade de saúde, direcionando o atendimento desde o acolhimento ao encaminhamento da vítima e responsáveis (EGRY; APOSTOLICO; MORAIS, 2018).

No entanto, quando comparadas as condutas estabelecidas no documento supracitado à prática dos profissionais, evidenciou-se divergências, visto que alguns deles ainda não notificavam a situação de violência e nem realizavam os encaminhamentos propostos pelo documento norteador. Sabendo que a notificação tem caráter obrigatório e representa uma das principais etapas na linha de cuidado à criança em situação de violência, o profissional precisa estar apto e atento a realizá-la (EGRY; APOSTOLICO; MORAIS, 2018)

Nessa perspectiva, a literatura demonstrou um fator importante que deve ser levado em consideração para a não realização da notificação pelos profissionais: sentimento de medo em comprometer sua relação com a comunidade e sua própria segurança. Assim, faz-se necessário que os órgãos públicos invistam em segurança para os profissionais, bem como, em capacitações para que estes sintam-se mais empoderados e seguros na sua assistência (GALINDO et al., 2017).

Além disso, estudo realizado com enfermeiros da APS, a partir de caso hipotético de violência doméstica contra a criança, permitiu apreender dificuldades em realizar diagnósticos de enfermagem adequados e, sobretudo, com acurácia significativa. Tal fato pode estar associado a uma visão centrada nos aspectos clínicos do atendimento, possibilitando dessa forma que sinais indicativos de maus-tratos infantis sejam negligenciados. Dessa forma, faz-se necessário investimento em ampla abordagem sobre o tema de violência infantil durante a formação do profissional enfermeiro, bem como a capacitação do mesmo no exercício pleno da função afim de que estejam preparados para essas situações (APOSTÓLICO et al., 2017).

## **Conclusão**

Os resultados apresentados nesse trabalho demonstraram algumas condutas adotadas pelos profissionais de enfermagem para o enfrentamento da violência infantil no âmbito do SUS a partir da perspectiva intersetorial. Evidenciou-se dessa forma, a magnitude das repercussões dos maus-tratos infantis na prática profissional, gerando sofrimento e por vezes, sentimento de impotência, afetando inclusive a relação do profissional com a família da criança.

Outro aspecto relevante abrange as dificuldades encontradas pelos profissionais no enfrentamento dessa situação, além de condutas que precisam ser reformuladas com vistas a oferecer um cuidado qualificado e resolutivo considerando o indivíduo de maneira holística.

Desse modo, salienta-se a importância da capacitação dos profissionais de saúde, especialmente dos profissionais de enfermagem, que atuam diretamente com esse público, objetivando a identificação precoce de sinais de possíveis maus-tratos e adoção de condutas adequadas para minimização do sofrimento e vulnerabilidade das vítimas e suas famílias, bem como efetivação e garantia de ações educativas com intuito de promover saúde e prevenir agravos.

**Descritores:** Maus-tratos infantis; criança; enfermagem.

**Eixo Temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

## **Referências**

APOSTÓLICO, M. R.; EGRY, E. Y.; FORNARI, L. F.; GESSNER, R. Acurácia de diagnósticos de enfermagem para o enfrentamento da violência doméstica infantil. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, Ribeirão Preto, SP, v. 51, p. e03290, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net. Frequência por Região de notificação segundo faixa etária, período 2020. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinannet/cnv/violebr.def>. Acesso em: 15 nov. 2020.

EGRY, E. Y.; APOSTOLICO, M. R.; MORAIS, T. C. P. Notificação da violência infantil, fluxos de atenção e processo de trabalho dos profissionais da Atenção Primária em Saúde. **Ciências & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 83–92, jan. 2018.

GALINDO, N. A. de L.; GONÇALVES, C. F. G.; NETO, N. M. G.; SANTOS, S. C. dos; SANTANA, C. S. C. de; ALEXANDRE, A. C. S. Violência infanto-juvenil sob a ótica da enfermagem. **Revista de EnfermagemUFPE on line**, Recife, PE, v. 11 (supl. 3), p. 1420–29, 2017.

LAMB, F. A.; BECK, C. L. C.; COELHO, A. P. F.; VASCONCELOS, R. O. Trabalho de enfermagem em pronto socorro pediátrico: entre o prazer e o sofrimento. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, PR, v. 24, p. e59396, 2019.

NEMEROFF, C. B. Paradise lost: the neurobiological and clinical consequences of child abuse and neglect. **Neuron**, v.89, n. 5, p. 892-909, 2016.

SANTOS, L. F.; COSTA, M. M. da; JAVAÉ, A. C. R. de S.; MUTTI, C. F.; PACHECO, L. R. Fatores que interferem no enfrentamento da violência infantil por conselheiros tutelares. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 120, p. 137-49, 2019.

SILVA, P. A.; LUNARDI, V. L.; RIBEIRO, J. P.; OLIVEIRA, A. M. N. de; VASQUEZ, T. C. S. Notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde no Brasil. **Avances en Enfermería**, Bogotá, v. 33, n. 1, p.142-50, 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World report on violence and health**. Geneva (CH): World Health Organization, 2002.



**GPVIO**

GRUPO DE PESQUISA  
VIOLÊNCIA, SAÚDE E CULTURA DE PAZ



Uma violação dos Direitos Humanos

## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### CARACTERIZAÇÃO DAS NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIAS ENTRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE MATINHOS PR

Mariangela Cristina Henz<sup>1</sup>

Neiva de Souza Daniel<sup>1</sup>

Clóvis Wanzinack<sup>2</sup>

Tainá Ribas Mélo<sup>3</sup>

#### Introdução

A violência é um fenômeno de saúde pública e social, ainda mais grave quando ocorre na infância, causando impacto no desenvolvimento da criança e futuramente na sua vida adulta (NUNES; SALES, 2016). Como um problema mundial apresenta piores panoramas em sociedades mais vulneráveis. No Brasil a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança, numa perspectiva da Saúde Coletiva, apresenta um eixo estratégico voltado a Situação de Violências, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que inclui ações voltadas ao pleno desenvolvimento da primeira infância num mundo com menos desigualdades, incentivando a cultura da paz e à promoção dos direitos humanos.

Segundo Minayo (2006), a violência é múltipla e multicausal, sendo difícil sua conceituação. A palavra de origem latina do vocábulo *vis*, representa força referindo-se às noções de constrangimento e uso da superioridade física ou psicológica sobre o outro.

Independentemente do tipo de violência sofrida, sabe-se que os efeitos são deletérios ao desenvolvimento neuropsicomotor da criança, incluindo prejuízo ao desenvolvimento cerebral e comprometimento do desempenho escolar, desenvolvimento de dependência química, criminalidade e comportamento suicida (RAVI e AHLUWALIA, 2017).

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Setor Litoral. Bolsista de Iniciação Científica da UFPR.

<sup>2</sup>Administrador. Doutor em Desenvolvimento Regional. Docente do Curso de Graduação em Administração Pública da UFPR - Setor Litoral.

<sup>3</sup>Fisioterapeuta. Doutora em Educação Física. Docente do Curso de Graduação em Saúde Coletiva da UFPR - Setor Litoral.

A Violência Interpessoal/Autoprovocada é definida como de Notificação Compulsória pela Portaria nº 104 de 25 de janeiro de 2017, obrigatória em todo e qualquer serviço de saúde. A identificação e investigação poderá ser realizada pelo profissional de saúde que preste o atendimento, sendo essa uma das principais ferramentas de assistência à vítima de violência, possibilitando o conhecimento epidemiológico da situação em saúde e da ocorrência (TAUFER et al., 2020)

É imprescindível que casos de violência contra crianças sejam notificados. O conhecimento dos valores de notificação permite investigar os fatores que estão relacionados à violência, tornando-se um instrumento de extrema importância para as políticas públicas. Através da notificação gera-se um elo entre o serviço de saúde e o sistema judicial, formando uma rede de atuação interinstitucional e multiprofissional (ARAÚJO et al., 2019).

Ainda que estudos sobre violência tenham tomado mais impulso nos últimos anos, há escassez sobre o tema na abordagem dos mais diferentes territórios.

## **Objetivo**

O objetivo deste estudo foi caracterizar a situação de notificação de violência contra crianças e adolescentes de 0 a 14 anos no município de Matinhos, Estado do Paraná, no período de 2015 a 2018.

## **Métodos**

Estudo epidemiológico descritivo e bibliográfico conduzido com dados secundários do Sistema de Informações de Agravo de Notificação e análise foi realizada com base em estatística descritiva. A pesquisa documental utilizou dados secundários, disponíveis no Banco de dados do site <http://tabnet.datasus.gov.br/>: Violência interpessoal / autoprovocada. Utilizou-se as seguintes variáveis: a) total de registros de notificações entre 2015 a 2018 no município de Matinhos no Estado do Paraná; b) o sexo das vítimas; c) a taxa proporcional por 100 mil crianças de 0 a 14 anos; d) o local de ocorrência; e) vínculo entre agressor/a e vítima.

## **Resultados/Discussão**

A notificação de violências permite ao setor saúde analisar os casos epidemiologicamente, fornece financiamento necessário à organização dos serviços, para atender as vítimas de violências, a implementação e criação de políticas públicas. A comunicação dos casos aos conselhos tutelares tem por objetivo o acionamento da rede de proteção social às crianças e adolescentes (PEREIRA et al., 2020).

Dados do “Mapa da Violência 2012 - crianças e adolescentes do Brasil” demonstram que a violência contra crianças e adolescentes vem crescendo gradativamente no país (WAISELFISZ, 2012). No Paraná o número de notificações de crianças e adolescentes entre os anos de 2015 a 2018 chega a 45.577 casos. Houve aumento de 66% dos casos entre 2015 a 2018.

Segundo dados do IBGE (2010) o município de Matinhos possui uma população de 29.428 pessoas, dessas 7.264 são crianças e adolescentes entre 0 a 14 anos um total de 24,68% da população.

Em relação a taxa proporcional de notificação, Matinhos possui a maior taxa entre os sete municípios do Litoral do Paraná, por 100 mil crianças entre 0 a 14: Matinhos (271,89), Guaratuba (254,08), Morretes (195,61), Antonina (185,57), Pontal do Paraná (145,06), Paranaguá (95,51), Guaraqueçaba (11,29).

O número absoluto de notificação em Matinhos entre 2015 a 2018 chegou a 79 notificações, sendo 35 do sexo masculino (44,30%) e 44 do sexo feminino (55,70%). Os dados demonstram que existe uma vulnerabilidade maior referente ao sexo feminino.

A pesquisa demonstrou que a maioria dos casos de violência, acontece na residência (56,96%), local onde deveria ser/ter a maior proteção, seguido do ambiente escolar com (17,72%) ambiente esse que deveria proporcionar segurança, em relação a vias públicas a porcentagem chega (12,66%), outros lugares (5,06%) e local ignorado (7,6%).

O vínculo entre o agressor (a) e a vítima é um dado que chama bastante atenção, o resultado das fichas de notificação informa que (84,81%) do agressor (a) é alguém conhecido da vítima; amigo (a) e/ou conhecido (a) (29,11%), mãe (13,92%), pai (12,66%), padrasto (2,53%), própria pessoa (12,66%), outros vínculos (13,93%) e desconhecido (a) com (15,19%).

Esses dados vão ao encontro do que é referido na literatura. Estudos relatam que crianças, especialmente as menores de cinco anos são mais propensas a sofrer algum tipo de violência, em sua maioria praticada por um membro da família, evidenciando que o lar pode não ser o local mais seguro na infância (NUNES; SALES, 2016), caracterizando a violência intrafamiliar.

O município de Matinhos (PR) possui como estratégia de enfrentamento da violência infanto-juvenil a Rede de Atenção à Criança e Adolescente, conforme o Decreto Municipal Nº 508/2020, que visa o bem estar, o acesso à saúde e promove a proteção dos direitos da criança e do adolescente, focando nos casos mais vulneráveis e crônicos. A rede se encontra em processo de mapeamento, conta com os serviços do Centro de Referência de Assistência Social, Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Centro de Atenção Psicossocial, Instituição de Acolhimento CASA LAR, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Matinhos.

Nesse sentido cabe a continuidade de estudos que apontem os motivos das discrepâncias desses números entre os municípios do litoral: seria uma maior prevalência ou melhor sistema de notificação dos municípios com maiores valores em detrimento da subnotificação dos demais?

## **Conclusões**

O município de Matinhos apresentou a maior taxa de notificação de violência contra crianças e adolescentes de 0 a 14 anos no período de 2015 a 2018, na comparação com os demais 6 municípios do litoral do Estado do Paraná.

Pode-se observar no estudo que as agressões ocorrem em casa e que em sua maioria o agressor é alguém conhecido da vítima, caracterizando violência intrafamiliar. Esses números de notificação representam aqueles em que houve procura por um serviço de saúde, não correspondendo necessariamente à realidade do total dos casos de violência que acontecem e ilustrando um possível cenário de subnotificação de casos.

**Descritores:** Violência; Criança; Notificação de abuso; Perfil do Litoral.

**Eixo Temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

## Referências

- ARAÚJO, G. et al. Determinantes da violência sexual infantil no estado do Paraná – Brasil. **Revista Espaço para a Saúde**, Curitiba, v. 20, n. 2, p. 42-54, 2019.
- MINAYO, M. C. de S. **Violência e saúde**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2006.
- NUNES, A. J; SALES, M. C. V. Violence against children in Brazilian scenery. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 871-880, 2016.
- PEREIRA, V. O. de M. et al. Violências contra adolescentes: análise das notificações realizadas no setor saúde, Brasil, 2011–2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Rio de Janeiro, v. 23. supl.1, 2020
- RAVI, S.; AHLUWALIA, R. What explains childhood violence? Micro correlates from VACS surveys. **Psychology, Health & Medicine**, v. 22, n. sup1, p. 17-30, 2017.
- SILVA, H. L. et al. Use of SIM and SIASI as a tool for analysis of homicide mortality in the State of Roraima. **Revista Brasileira de Educação, Saúde**. Pombal, v. 9, n. 2, p. 48-59, 2019.
- SILVA, S. B. de J. et al. Perfil das notificações de violência contra crianças e adolescentes. **Revista de enfermagem da UFPE on line**, p. [1-7], 2020.
- TAVARES, R. et al. Homicides and social vulnerability. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 923-934, 2016.
- TAUFFER, J. et al. Perfil dos casos de violência interpessoal/autoprovocada atendidos em um hospital público do Paraná, 2014 a 2018. **Journal of Epidemiology and Infection Control**, v. 1, n. 1, 2020.
- WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012: crianças e adolescentes do Brasil**. CEBELA, FLASCO. Rio de Janeiro, 2012. 83 f.



**GPVIO**

GRUPO DE PESQUISA  
VIOLÊNCIA, SAÚDE E CULTURA DE PAZ



**VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR**

Uma violação dos Direitos Humanos

## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR: UMA GRAVE VIOLAÇÃO AO DIREITO À SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Isabela Alves Mattos<sup>1</sup>  
Elton Moreira Quadros<sup>2</sup>

#### Introdução

A saúde consiste em um direito basilar para a concessão de uma vida digna a qualquer indivíduo independentemente da nacionalidade, classe social ou etnia. Esta importante garantia foi assegurada pela Constituição Federal de 1988 a todos os cidadãos brasileiros, incluindo as crianças e adolescentes, de acordo com a previsão do artigo 227. Do mesmo modo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) dedicou um capítulo específico para abordar o Direito à Vida e a Saúde da população infanto-juvenil.

No tratamento legislativo resta claro a necessidade da família, sociedade e poder público assegurarem um desenvolvimento sadio para crianças e adolescentes, uma vez que possuem uma condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Contudo, trata-se de uma garantia que ora e vez se mostra violada por diversas razões, dentre elas, quando da prática do abuso sexual.

O abuso sexual é uma danosa forma de violência praticada contra crianças e adolescentes no qual as pessoas envolvidas não possuem o mesmo estágio de desenvolvimento psicossocial. Nesta relação, a vítima é utilizada pelo agressor com a finalidade de obter a sua gratificação sexual, o que acaba por gerar marcas de natureza física e psicológicas nas vítimas. No tocante ao contexto da sua prática, esta poderá ocorrer no ambiente extrafamiliar ou intrafamiliar. Nestes casos os agressores são pessoas que possuem proximidade com a vítima e que deveriam exercer o papel de cuidador.

<sup>1</sup>Doutoranda do Programa Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E mail: isabelaamattos@yahoo.com.br

<sup>2</sup>Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professor do Departamento de Educação - DEDC, Campus VIII, no Colegiado do Curso de Direito, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).



## Objetivo

O presente trabalho tem por objetivo discutir sobre a prática do abuso sexual infantil intrafamiliar face à tutela do Direito à saúde de crianças e adolescentes.

## Métodos

Adotou-se estratégia de natureza qualitativa com revisão de literatura, revisão legislativa e levantamento *on-line* de artigos da base de dados do Scielo (Biblioteca Eletrônica Científica Online). Para tanto, foram utilizando os descritores “abuso sexual intrafamiliar”, “abuso sexual de crianças e adolescentes” e “abuso sexual na infância”, localizando-se 14 (quatorze) trabalhos, sendo 5 destes utilizados.

## Resultados/Discussão

O direito à saúde, que acompanha estreitamente o direito à vida, são as pedras angulares para a estruturação do ordenamento jurídico de um país, uma vez que não é possível tratar de qualquer outra garantia na ausência da vida humana. Por esta razão, observa-se no âmbito legislativo nacional uma especial atenção na tutela dos referidos direitos. Este tratamento está previsto primariamente na Constituição Federal de 1988 (CF/88), que os assegura como Garantia Fundamental.

A Carta Constitucional de 1988 mostrou-se também inovadora ao versar de modo específico sobre os Direitos de Crianças e Adolescentes, que até então estavam em segundo plano. Visando conferir um maior e melhor detalhamento dos direitos assegurados ao público infante-juvenil não só pela CF/88, mas também pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989), do qual o Brasil é signatário, tem-se a publicação da Lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990. Esta Lei, que foi denominada de Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece um sistema de garantias que atribui à família, à sociedade e ao poder público o ônus de assegurar todos os Direitos Fundamentais para nossas crianças e adolescentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente aborda no Capítulo I do Título II sobre o Direito à vida e à saúde. A Lei atribui prioritariamente aos pais o dever de acompanhar a saúde das crianças e adolescentes a ser prestada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), conduzindo-os ao médico, dentista, além de cumprir com a obrigatoriedade de vacinação. Contudo, como o aspecto da saúde da população infante-juvenil perpassa também pelo campo psicológico, então a atenção e o cuidado dispensados se mostra como importante garantia de uma vida saudável (AMIN, 2019).

Não obstante o tratamento assegurado no aspecto normativo para esta parcela da população que se encontra em condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, devendo estar à salvo de todas as formas de violência, discriminação e negligência, dados apontam para elevados índices de violações contra crianças e adolescentes em todo país, apesar da estimada subnotificação das denúncias.

Segundo informações divulgadas pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH) em maio de 2020, no ano de 2019 foram contabilizadas 17.029 denúncias relativas à violência sexual contra crianças e adolescentes. Conforme os dados divulgados, as ocorrências de violência sexual são praticadas por pessoas próximas como pais, padrastos, tios e mães em 63% dos casos notificados.

Assim, a prática de atos violentos contra crianças e adolescentes é uma realidade que demanda a atenção dos diversos setores envolvidos com a rede de proteção, sobretudo sob o

aspecto da saúde (ADED, et. al., 2006). Dentre essas diversas ocorrências, destaca-se o abuso sexual, que é uma espécie de violência sexual, considerado um complexo problema de saúde pública.

O abuso sexual é compreendido enquanto um danoso evento que acarreta a violação aos direitos fundamentais de integridade física e psicológica da criança, bem como à liberdade para desempenhar a sua sexualidade consoante o seu grau de desenvolvimento. Nestes casos um adulto se aproveita de uma criança ou adolescente para satisfazer o seu prazer sexual (LIMA; ALBERTO, 2015)

As ocorrências poderão ser no âmbito extrafamiliar, situações em que os atos ocorrem fora do seio familiar, envolvendo na maioria das vezes pessoas desconhecidas das vítimas. Enquanto o abuso sexual intrafamiliar, ocorre dentro da própria família (LIMA; ALBERTO, 2012). Esta forma de abuso é praticada por pessoas próximas da vítima e que deveriam exercer o papel de cuidador, utilizando-se o agressor da proximidade e do vínculo que possui.

Diversos estudos comprovam as graves implicações desencadeadas com a prática do abuso sexual envolvendo crianças e adolescentes, dentre eles observa-se a ocorrência de problemas de ordem social, emocional e cognitivo que podem se manifestar a curto ou longo prazo nas vítimas, acarretando prejuízos que podem durar até a vida adulta (LIRA, et. al., 2017) Dentre as possíveis consequências provocadas destacam-se sintomas como: ansiedade, depressão, raiva, estresse pós-traumático e comportamentos sexuais (SCHAEFER, et. al., 2018).

## Conclusão

Enquanto uma grave violação aos direitos de crianças de adolescentes, o abuso sexual intrafamiliar, poderá acarretar diversas consequências à saúde de crianças e adolescentes. A proximidade entre o agressor e a vítima pode favorecer o prolongamento das agressões dificultando a percepção por outros membros da família ou sociedade.

A prática do abuso sexual intrafamiliar demanda uma atuação eficaz dos profissionais da área da saúde afim de que possam detectar os sinais de violência e proceder com a obrigatoriedade de comunicação ao conselho tutelar, bem como, diligenciar sobre a assistência a ser prestada em cada caso, por meio dos órgãos de proteção.

**Descritores:** Direito à saúde; Criança; Adolescente; Abuso sexual de Crianças e Adolescentes.

**Eixo Temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

## Referências

ADED, Naura Liane de Oliveira et al . Abuso sexual em crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura. **Revista Psiquiatria Clínica**, São Paulo , v. 33, n. 4, p. 204-213, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010160832006000400006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010160832006000400006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 02 nov. 2020.

AMIN, Andrea. Rodrigues. Dos Direitos Fundamentais. In: MACIEL, K. R. L. A. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente: Aspectos Teóricos e Práticos**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Senado Federal, 1990.

LIMA, Joana Azevêdo; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. Abuso sexual intrafamiliar: as mães diante da vitimação das filhas. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, MG, v. 24, n. 2, p. 412-420, ago. 2012. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822012000200019&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000200019&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 28 out. 2020.

LIMA, Joana Azevêdo; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. O Olhar de Mães acerca do Abuso Sexual Intrafamiliar Sofrido por suas Filhas. **Psicologia Ciências e Profissão**, Brasília, DF, v. 35, n. 4, p. 1157-1170, dez. 2015. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932015000401157&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000401157&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 01 nov. 2020.

LIRA, Margaret Olinda de Souza Carvalho e et al. ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA E SUAS REPERCUSSÕES NA VIDA ADULTA. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, SC, v. 26, n. 3, e0080016, 2017. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072017000300320&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072017000300320&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 28 nov. 2020.

ONU. Convenção dos Direitos da Criança. Nova York: ONU, 1989.

SCHAEFER, Luiziana Souto et al. Indicadores Psicológicos e Comportamentais na Perícia do Abuso Sexual Infantil. **Trends In Psychology**, Ribeirão Preto, SP, v. 26, n. 3, p. 1467-1482, set. 2018. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2358-18832018000301467&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2358-18832018000301467&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 01 nov. 2020.



**GPVIO**

GRUPO DE PESQUISA  
VIOLÊNCIA, SAÚDE E CULTURA DE PAZ



**VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR**

Uma violação dos Direitos Humanos

## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES SOB A ÓTICA DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DURANTE A COVID-19

Raquel Costa Caldas<sup>1</sup>  
Antônio do Carmo Moreira Neto<sup>1</sup>  
Mariana Alves dos Santos<sup>1</sup>  
Manuela Alves dos Santos<sup>1</sup>  
Nilton Cesar Nogueira dos Santos<sup>2</sup>  
Lívia Maria Andrade Freitas<sup>3</sup>

#### Introdução

Os maus-tratos sofridos por crianças e adolescentes podem ser manifestados de diferentes formas e são constituídos como uma violação dos direitos humanos. Geralmente, ocorrem em suas próprias residências e são praticados por aqueles que deveriam ofertar cuidado - os pais, responsáveis e/ou cuidadores (GONÇALVES et al., 2020; MARQUES et al., 2020).

A pandemia do novo coronavírus diligenciou a tomada de medidas de Saúde Pública para minimizar a dissipação do vírus; dentre elas o isolamento social, confinamento domiciliar, adoção do trabalho remoto, suspensão das aulas de escolas e creches e demais atividades que resultassem em aglomeração (RACINE et al., 2020; Aliança para a Proteção da Criança em Ações Humanitárias, 2020). Tais medidas têm repercutido em diversos âmbitos, como político, econômico e social (MARQUES et al., 2020).

Embora essas ações tenham sido implantadas para a garantia da saúde, devido às alterações na rotina, podem estimular o aumento do risco de negligência, abuso físico, emocional, sexual e a exploração do trabalho para crianças que vivem em famílias caracterizadas por violência e abuso ou ainda para aquelas residentes em comunidades marginalizadas (Aliança para a Proteção da Criança em Ações Humanitárias, 2020). Aliado a isso, houve uma redução no funcionamento dos serviços de defesa dos direitos das crianças e adolescentes e o foco do sistema de saúde voltou-se para os pacientes com sinais e sintomas suspeitos e confirmados da COVID-19 (MARQUES et al., 2020).

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Graduação em Odontologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. E-mail: raquelc.caldas@gmail.com.

<sup>2</sup> Cirurgião-dentista. Doutor em Biotecnologia. Docente do Curso de Graduação em Odontologia da UESB.

<sup>3</sup> Cirurgiã-dentista. Doutora em Ortodontia. Docente do Curso de Graduação em Odontologia da UESB.

Ocorreu prejuízo, também, na busca por ajuda, proteção e contribuiu para a continuidade e agravamento das situações de violência. Nesse contexto, os profissionais de saúde possuem um papel fundamental tanto no controle da disseminação do vírus, bem como no auxílio de vítimas de violência (WAKSMAN et al., 2020). Para tanto, é necessário abordar o paciente de forma abrangente, uma vez que podem ser um dos únicos capazes de fornecer ajuda no momento. Em vista dos fatos apresentados, é inquestionável a investigação da atuação dos profissionais de saúde no enfrentamento dos maus-tratos infantis decorrentes da pandemia pelo SARS-CoV2.

### **Objetivo**

Analisar a atuação dos profissionais de saúde frente à violência contra criança e adolescentes em razão do isolamento social em tempos de pandemia pela COVID-19.

### **Métodos**

Trata-se de uma revisão de literatura realizada por meio de uma busca na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Google Scholar e na National Library of Medicine/Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (PUBMED/MEDLINE), mediante os seguintes descritores: “COVID-19”, “maus-tratos infantis”, “infecções por coronavírus”, “criança”, “adolescente”, “violência” e “profissional de saúde”. Os critérios de inclusão selecionados foram: estudos publicados nos últimos cinco anos e com texto completo disponível nas bases de dados. Já os critérios de exclusão foram: artigos em idiomas diferentes do português, inglês e espanhol.

### **Resultados/Discussão**

De acordo com Campbell (2020), no Brasil, ocorreu um aumento considerável de novos casos de maus-tratos infantis, com dados que giram em torno de 40 e 50%. O isolamento social imposto trouxe como consequência alguns agravantes que podem pôr em risco a vida de crianças e adolescentes. Marques et al., (2020), elencou alguns deles, como: dificuldades em realizar denúncias devido à redução no funcionamento de serviços de proteção à criança e ao adolescente; estresse de pais e responsáveis desencadeado pelo aumento de tarefas em âmbito doméstico e o tempo de convivência ampliado.

A aplicação de estratégias específicas para a proteção das crianças deve ser prioridade na resposta à COVID-19 (Aliança para a Proteção da Criança em Ações Humanitárias, 2020). Logo, o cumprimento da política de notificação compulsória de casos de violências por profissionais de saúde é uma estratégia imprescindível para facilitar a identificação de maus-tratos infantis e garantir o direito à proteção da criança e do adolescente (NOUMAN et al., 2020). Nesse ínterim, os profissionais de saúde, incluindo médicos, enfermeiros, fisioterapeutas e Cirurgiões-dentistas, têm o dever e a responsabilidade de prevenir, identificar vítimas e grupos vulneráveis e relatar casos suspeitos e confirmados de maus-tratos infantis (BARNAD et al. 2020; GONÇALVES et al., 2020).

De acordo com Barnad et al. (2020), nos Estados Unidos (EUA), notou-se que nesse período pandêmico, farmacêuticos estão em uma posição privilegiada para prestar assistência aos indivíduos que sofrem por abuso. Além disso, em alguns casos, podem ser os únicos membros da equipe de saúde a quem os violentados tenham acesso sem que os abusadores saibam, haja vista, não ser necessário passar por consultas de triagem e serem facilmente

encontrados. No entanto, apesar desses profissionais relatarem ter contato com pessoas violentadas na rotina de trabalho, dificilmente notificam aos órgãos competentes devido à falta de informações (BARNAD et al., 2020). Já no Brasil, a assistência médica pode ser o primeiro local a fornecer os serviços necessários para esses casos (WAKSMAN et al., 2020).

Estudos apontam que quando a violência doméstica e abuso envolve agressão física entre 65% a 95% envolvem trauma na face – campo de atuação do profissional da odontologia- consequentemente esses estão aptos a observarem e identificarem lesões na cabeça, pescoço, orelha, marcas de mordidas, dentre outros tipos de ferimentos sugestivos (COULTHARD et al., 2020). Coulthard (2020) mostra que, embora sejam capazes, alguns dentistas não notificam os maus-tratos por presumirem que os serviços sociais ou a polícia já estejam executando medidas de proteção. No Reino Unido, ao solicitar um atendimento de urgência odontológica, é feita uma triagem por telefone onde são coletadas informações sobre a segurança do paciente e a etiologia do trauma, caso seja constatado violência doméstica ou abuso são passadas orientações para acionar linhas de emergência ou policial em busca de ajuda imediata (COULTHARD et al., 2020).

Ademais, sabe-se que as agressões possuem uma repercussão muito negativa na saúde das vítimas, que varia desde a exacerbação de distúrbios médicos pré-existentes à impactos na saúde mental (BARNAD et al., 2020). Com as medidas de distanciamento social em vigor, os profissionais de saúde mental precisaram buscar alternativas para oferecer tratamento a esses pacientes, como a saúde via teleatendimento, definida pelo uso de chamadas de áudio e vídeo para intervenções psicológicas ou terapêuticas (RACINE et al., 2020). Seu principal benefício durante a COVID-19 é permitir o tratamento de traumas infantis, além de reduzir problemas comportamentais de crianças abusadas (RACINE et al., 2020).

## Conclusão

Em vista dos fatos apresentados e frente à escassez dos dados científicos, a violência contra crianças e adolescentes precisa ser melhor abordada. É notória a importância da atuação dos profissionais de saúde desde a prevenção, acolhimento até o combate aos diversos tipos de maus-tratos aos quais as crianças e adolescentes estão vulneráveis. Por isso, para que essa realidade seja transformada, é imprescindível que haja uma união de esforços coletiva, bem como a continuidade da oferta de serviços de apoio e denúncia.

**Descritores:** Maus-Tratos Infantis; Infecções por Coronavírus; Profissional de Saúde.

**Eixo Temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

## Referências

ALIANÇA PARA A PROTEÇÃO DA CRIANÇA EM AÇÕES HUMANITÁRIAS. **Nota técnica:** Proteção da Criança durante a Pandemia do Coronavírus. Rio de Janeiro, 2020.

BARNARD, M. *et al.* Reporting interpersonal violence and abuse: What pharmacists need to know. **Journal of the American Pharmacists Association**, 2020.

CAMPBELL, A. M. An increasing risk of family violence during the Covid-19 pandemic: Strengthening community collaborations to save lives. **Forensic Science International: Reports**, p. 100089, 2020.

COULTHARD, P. *et al.* COVID-19, domestic violence and abuse, and urgent dental and oral and maxillofacial surgery care. **British dental journal**, v. 228, n. 12, p. 923-926, 2020.

GONÇALVES, C. F. G. *et al.* Violência intrafamiliar no público infantojuvenil: análise da atuação dos profissionais de saúde na atenção primária. **Revista Brasileira de Educação e Saúde**, Pombal, v. 10, n. 3, p. 14-22, set. 2020.

MARQUES, E. S. *et al.* A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, p. e00074420, 2020.

NOUMAN, H. *et al.* Mandatory reporting between legal requirements and personal interpretations: Community healthcare professionals' reporting of child maltreatment. **Child Abuse & Neglect**, v. 101, p. 104261, 2020.

RACINE, N. *et al.* Telemental health for child trauma treatment during and post-COVID-19: Limitations and considerations. **Child abuse & neglect**, p. 104698, 2020.

WAKSMAN, R. D. *et al.* A importância da violência doméstica em tempos de covid-19. **Ponto de Vista**, São Paulo, n. 414, jul. 2020.



**GPVIO**

GRUPO DE PESQUISA  
VIOLÊNCIA, SAÚDE E CULTURA DE PAZ



**VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR**

Uma violação dos Direitos Humanos

## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### PRINCIPAIS MANIFESTAÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: REVISÃO INTEGRATIVA

Liz Stefany Moreira Santos<sup>1</sup>

Crisley Aiala Souza de Novaes<sup>2</sup>

Vanda Palmarella Rodrigues<sup>3</sup>

Vilara Maria Mesquita Mendes Pires<sup>4</sup>

Aline Vieira Simões<sup>5</sup>

Roberta Laíse Gomes Leite Morais<sup>6</sup>

#### Introdução

A violência contra crianças e adolescentes segue a história da humanidade, estando presente em contextos diversos e de diferentes formas (SENA, 2018). Apesar disso, a problemática da violência em si passou a ter visibilidade política e social somente nos últimos 50 anos, sendo considerado um problema mundial de saúde pública (SILVA, 2020; SENA, 2018).

Crianças e adolescentes estão entre os grupos mais vulneráveis e suscetíveis a sofrer violência, por conta da sua vulnerabilidade e incapacidade de se defenderem, enfrentando assim os impactos físicos e emocionais por todo o curso da vida (SILVA, 2020). Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), mais de 80% das crianças são castigadas de maneira física, sendo que um terço desse tipo de castigo é considerado muito grave e, em torno de 53 mil crianças morrem ao ano, por conta dessas violências (SENA, 2018).

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de Graduação em Fisioterapia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. Bolsista Voluntária de Iniciação Científica do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO) da UESB. E-mail lizstefanymoreira@gmail.com

<sup>2</sup>Acadêmica do Curso de Graduação em Fisioterapia da UESB. Membro do GPVIO.

<sup>3</sup>Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB e do Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde da UESB. Líder do GPVIO.

<sup>4</sup>Enfermeira. Doutora em Família na Sociedade Contemporânea. Docente do Curso de Graduação da UESB. Membro do GPVIO.

<sup>5</sup>Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB. Membro do GPVIO.

<sup>6</sup>Enfermeira. Mestre em Enfermagem e Saúde. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB. Membro do GPVIO



No Brasil, medidas mais significativas de promoção e proteção da saúde da criança e do adolescente se deram a partir da inclusão do artigo 227 na Constituição Federal de 1988 e a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, a fim de assegurar o direito à cidadania, uma vida digna, sem violência, exploração e opressão (SILVA, 2018; CEZAR, 2017).

## **Objetivo**

Esse estudo tem como objetivo conhecer as principais manifestações de violência contra crianças e adolescentes.

## **Método**

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, que é caracterizada pela análise de estudos importantes, permitindo a síntese de diversas pesquisas, o que proporciona uma conclusão geral sobre uma dada área de estudo (MENDES, 2008).

Para a realização desse estudo, elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: quais as principais manifestações da violência contra crianças e adolescentes? Com base na questão, foi realizada buscas no portal da Scientific Electronic Library Online (SciELO), no portal da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Google Acadêmico.

Para a seleção dos artigos, foram utilizados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), “Violência”, “Infância” e “Adolescência”, com o operador booleano *AND*. Os critérios de inclusão foram artigos que abordam sobre as manifestações de violência contra crianças e adolescentes, publicados entre 2011 e 2020, da língua portuguesa e inglesa. Os critérios de exclusão foram artigos que não abordassem o tema pesquisado, artigos repetidos, monografias, dissertações e teses. Inicialmente foram encontrados 18 artigos. Após serem aplicados os critérios de inclusão e exclusão, foi realizada a leitura dos títulos e resumos e, posteriormente, dos artigos na íntegra. Ao final foram selecionados 6 artigos.

## **Resultado/Discussão**

Após análise dos artigos verificou-se que quando se trata de violência sexual infantil, na maioria dos casos as vítimas são do sexo feminino, com idade entre 10 a 14 anos, sendo os agressores, quase em sua totalidade, homens que fazem parte da família ou do ciclo social da vítima, e o domicílio é local de maior ocorrência dessa violação (HONORATO, 2018; SILVA 2020; SENA, 2018; DOS ANJOS ALMEIDA, 2017).

Se tratando da negligência/abandono, há uma predominância do sexo masculino, porém há controvérsias já que alguns estudos apontam o sexo feminino como mais afetado nesse tipo de violência (CEZAR, 2017; SILVA, 2018).

Quanto à violência psicológica, a maioria das vítimas é do sexo feminino, os principais atos dos agressores são a depreciação da criança ou adolescente por meio de ameaças e humilhações, que afetam a autoestima da vítima; normalmente está atrelada a outras formas de violência (SILVA, 2020; DOS ANJOS ALMEIDA, 2017). Já a violência física é uma das mais recorrentes, afetam ambos os sexos na mesma proporção e é a mais fácil de ser identificada devido às marcas corpóreas que deixa na vítima (HONORATO, 2018; SILVA, 2018; DOS ANJOS ALMEIDA, 2017).

Além disso, os artigos discutem sobre a ocorrência da subnotificação, já que a maior parcela dos agressores, independentemente do tipo de violência praticada, são amigos,

familiares ou conhecidos da criança ou adolescente violentada. Somado a isso, tem o fato de as vítimas terem uma dependência total ou parcial dos seus genitores/responsáveis, atrelado à imaturidade decorrente da pouca idade. Esses fatores contribuem para uma maior dificuldade na identificação da violência sofrida, fazendo com que crianças e adolescentes tenham maior chance de sofrer violências quando comparados à população em geral (SILVA, 2018; SILVA, 2020; HONORATO, 2018).

## Conclusão

As principais manifestações de violência contra crianças e adolescentes se dão por meio da violência sexual, violência psicológica, violência física e a negligência, maus-tratos, sendo o sexo feminino o mais acometido por todas as formas de violência, exceto a negligência. Os agressores em sua maioria são homens conhecidos da vítima, o que resulta numa violência velada, já que não ocorre a denúncia em todos os casos.

Assim, ressalta-se a importância de discutir esse assunto e criar estratégias de enfrentamento, a fim de ensinar as crianças e adolescentes sobre limites onde as pessoas podem tocá-la e como tratá-la, e a identificarem atos violentos. Além de encorajá-las a denunciarem caso sofram ou tenham sofrido alguma violação. Também é importante oferecer apoio psicológico às vítimas, já que essas violências geram grandes repercussões negativas na saúde física e mental, especialmente por ainda estarem em fase de desenvolvimento.

**Descritores:** Violência; Infância; Adolescência.

**Eixo temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

## Referencias

CEZAR, P. K.; ARPINI, D. M.; GOETZ, E. R. Registros de notificação compulsória de violência envolvendo crianças e adolescentes. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 37, n. 2, p. 432-445, 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932017000200432&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932017000200432&script=sci_arttext). Acesso em: 05 nov. 2020.

ALMEIDA, L. A. A.; SOUSA, L. S.; SOUSA, K. A. A. Epidemiologia da violência infantil um estado do nordeste do Brasil: série histórica de 2007 a 2016. **Revista Prevenção de Infecção e Saúde**, Ribeirão preto, SP, v. 3, n. 2, p. 27-33, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/nupcis/article/view/6457>. Acesso em: 05 nov. 2020.

HONORATO, L. G. F. *et al.* Violência na Infância e Adolescência: Perfil notificado na mesorregião do Baixo Amazonas. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 2, p. 266-284, 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672018000200019](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000200019). Acesso em: 05 nov. 2020.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, SC, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/714/71411240017.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2020.

SILVA, S. B. J. *et al.* Perfil das notificações de violência contra crianças e adolescentes. **Revista de enfermagem UFPE on line**, Recife, PE, p. 1-7, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/244171/34860>. Acesso em: 05 nov. 2020.

SENA, C. A.; SILVA, M. A.; FALBO NETO, G. H. Incidência de violência sexual em crianças e adolescentes em Recife/Pernambuco no biênio 2012-2013. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1591-1599, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2018.v23n5/1591-1599/pt/>. Acesso em: 05 nov. 2020.

SILVA, L. M. P. *et al.* Violência perpetrada contra crianças e adolescentes. **Revista de enfermagem UFPE on line**, Recife, PE, p. 1696-1704, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/23153/29215>. Acesso em: 05 nov. 2020.



**GPVIO**

GRUPO DE PESQUISA  
VIOLÊNCIA, SAÚDE E CULTURA DE PAZ



## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### VIOLÊNCIA CONTRA ADOLESCENTES E OS FATORES RELACIONADOS AO PROCESSO DE SAÚDE-DOENÇA NESSA FAIXA ETÁRIA

Cristian Lucas dos Santos Bezerra<sup>1</sup>

Sthefanie de Souza Alcantara<sup>2</sup>

Gleice Moura Silva<sup>3</sup>

Paloma Dias Duarte<sup>4</sup>

Iago Prina Rocha<sup>5</sup>

Norma Lopes de Magalhães Velasco Bastos<sup>6</sup>

#### Introdução

A violência é um fenômeno complexo, que exige investigação de suas causas, atores e formas de expressão, bem como, buscar maneiras para seu enfrentamento e discussão, pois se faz necessário que as políticas públicas e programas relacionados à saúde identifiquem a violência como primeiro passo para a prevenção de possíveis sequelas nos indivíduos acometidos. As situações de violência podem gerar sequelas, por vezes irreversíveis para as pessoas acometidas, cuja consequência pode alterar o estado geral de saúde, problemas gastrointestinais, dores de cabeça, sobrepeso, alergias, ansiedade, problemas para dormir e estresse (NUNES, 2016).

A violência é um problema complexo, de repercussão mundial, construído em dimensões culturais, que possibilita diferentes abordagens e definições, o que dificulta estabelecer propostas concretas de resolutividade. Muitos adolescentes que vivem situações de violência, não denunciam seu agressor por diferentes motivos, inclusive por não identificar que aquela situação é uma agressão ou violência, e se calam pelo medo de incriminar seus parentes (FERREIRA, 2017).

<sup>1</sup>Acadêmico do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. E-mail: bezerracristian8@gmail.com.

<sup>2</sup>Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB, Campus de Jequié.

<sup>3</sup>Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB, Campus de Jequié.

<sup>4</sup>Acadêmico do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB, Campus de Jequié.

<sup>5</sup>Enfermeiro pela UESB - Campus Jequié. Pós Graduando em Enfermagem Obstétrica.

<sup>6</sup>Enfermeira. Docente da UESB - Campus Jequié.

A dimensão do cuidado psicossocial aos adolescentes vítimas de violência é um problema que precisa de intervenções pragmáticas, tanto no meio clínico como no contexto social. Isso requer políticas públicas e ações de saúde que alcancem um compromisso maior com a ética e a defesa aos direitos humanos, contemplando todas as faixas etárias, principalmente os adolescentes que por vezes são subjugados pela sociedade (VELOSO, 2017).

Muitos adolescentes que chegam até os profissionais de saúde passam por situações de “despersonalização”, que os levam a se sentirem desvalorizados e discriminados, fatos que infringem os preceitos éticos que norteiam a prática do cuidado (CARLOS, 2017).

## **Objetivo**

Discutir como a violência contra os adolescentes pode ser considerada um problema social sendo um fator significante para o adoecimento desses indivíduos.

## **Metodologia**

Trata-se de uma revisão de literatura, realizada de artigos diversos para o levantamento da literatura, foram consultadas as bases científicas eletrônicas, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados de Enfermagem (BDEnf), Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

Foram usados os descritores associados `tw:((tw:(violência)) AND (tw:(adolescentes)) AND (tw:(políticas públicas)))`. Identificou-se 553 estudos nas quatro bases de dados pesquisadas. Foram aplicados os filtros associados ao assunto principal que seriam: Violência; Política Pública; Adolescente; Comportamento do Adolescente; Defesa da Criança e do Adolescente; resultando em 27 artigos, onde foram selecionados através da leitura criteriosa e minuciosa resultando em 5 artigos para a construção do presente trabalho.

Excluiu-se aqueles que não atenderam aos critérios de inclusão, que seriam idiomas português, recorte temporal de 2016 a 2019. Em seguida os estudos identificados foram pré-selecionados por meio da leitura do título, resumo, palavras-chave ou descritores. Após utilização dos critérios de inclusão e exclusão, totalizaram 39 artigos. Depois de identificados, os artigos foram lidos por completo, excluindo então aqueles que não atenderam aos critérios estabelecidos para a pesquisa, compondo 5 artigos no final da leitura e avaliação.

## **Resultados**

São muitos os desafios a serem superados quando se fala em violência contra o adolescente, a falta de integração das fontes de informação e as altas taxas de sub-registro ou a falta de denúncia são obstáculos reais a vencer. Apesar das inúmeras dificuldades, pesquisas têm mostrado que a violência contra o adolescente alcança prevalências mais altas nos índices de morbimortalidade do que muitos processos patológicos relacionados a essa população (BRAGA, 2018).

Faz-se necessário que os profissionais da saúde, conheçam quais fatores de risco estão relacionados com a ocorrência da violência contra o adolescente. Isso permite identificar precocemente adolescentes que vivenciam esse agravo, além de prevenir que tais situações aconteçam no âmbito doméstico. Sendo assim, a compreensão da violência por parte do adolescente não deve ser influenciada pelo aspecto cultural e privativo da família. Mesmo

considerando a família o grupo social mais importante, é preciso que exista um elo entre o profissional e o adolescente, no sentido de contribuir para a notificação dos casos, quando estes acontecerem (CARLOS, 2017).

Cada vez mais vemos a grande necessidade de capacitação da equipe de enfermagem em relação a forma de sensibilizar e buscar novos valores que direcionem para a reflexão e qualificação do cuidado. Uma das principais responsabilidades e deveres do enfermeiro no exercício de sua profissão está muito bem colocada no código de conduta dos profissionais da enfermagem, que seria fundamentar suas relações no direito, na prudência, no respeito, na solidariedade e na diversidade de opinião e posição ideológica (BRAGA, 2018).

Na prática assistencial dentro contexto da atenção básica o cuidado se apresenta de forma diferente a depender da sua contextualização real, portanto, a atenção as diferentes populações é variável e depende de relações que se estabelecem no processo de assistência e nos determinantes sociais de saúde, tornando-se uma atividade bastante complexa principalmente quando a realidade expõe situações que fogem ao comodismo social, levando a questionamentos de condutas que abordem a violência que acomete os adolescente (CARLOS, 2017).

Diante disso, torna-se necessário o desenvolvimento e ampliação das políticas públicas e, planejamento, que subsidiem e ofereçam estruturas adequadas para que os adolescentes, sejam apoiados com objetivo de reduzir os índices de casos de violência nesses indivíduos. Os profissionais de saúde e profissionais dos órgãos que garantem a proteção ao adolescente em situação de violência, precisam construir saberes que possam identificar, atender, acompanhar e prevenir a ocorrência da violência. Uma possível associação a ser feita é a comunicação intersetorial entre os órgãos da segurança pública, a sociedade civil por meio das suas organizações e o SUS, com a participação das Equipes de Saúde da Família (CARLOS, 2017).

## Conclusão

Os serviços de saúde podem contribuir de maneira direta na vigilância e criação de condições que evitem situações de violência contra os adolescentes. Tendo em vista estabelecer uma correlação entre os diversos setores que o atendem diante da participação efetiva dos profissionais de saúde, que de maneira multidisciplinar e intersetorial precisam articular-se para oferecer cuidado ao adolescente vítima de violência, promovendo diálogo entre os setores sociais, com objetivo de proteger o adolescente e punir os responsáveis.

**Descritores:** Violência; Adolescentes; Políticas Públicas.

**Eixo Temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

## Referências

NUNES, A. J., *et al.* Violência contra crianças no cenário brasileiro. **Ciências & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, mar. 2016.

FERREIRA, A. P. R. L., *et al.* Violência contra crianças e adolescentes na perspectiva de gênero: capacitar para conhecer e prevenir. **Revista Ciência & Saberes-UniFacema**, Maranhão, v. 3, n. 4, 2017.

VELOSO, M. M. X., *et al.* Identificação e notificação de violência contra crianças e adolescentes: limites e possibilidades de atuação de profissionais de saúde. **Revista Ciência & Saberes- UniFacema**, Maranhão, v. 25, n. 1, 2017.

CARLOS, D. M., *et al.* Violência contra crianças e adolescentes: o olhar da Atenção Primária à Saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília**, DF, v. 70, n. 3, p.511-518, 2017.

BRAGA, I. F., *et al.* Violência contra adolescentes e jovens homossexuais e os impactos na saúde. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, 2018.



**GPVIO**

GRUPO DE PESQUISA  
VIOLÊNCIA, SAÚDE E CULTURA DE PAZ



**VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR**

Uma violação dos Direitos Humanos

## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DO CYBERBULLYING NA VIDA DOS ADOLESCENTES

Jonas de Jesus Carvalho<sup>1</sup>

Myllena Ferreira Rabelo<sup>1</sup>

Kaique Vinicius da Cruz Santos Aguiar<sup>1</sup>

Greice Kely Oliveira de Souza<sup>2</sup>

#### Introdução

O mundo a cada dia vem passando por grandes transformações, principalmente no que diz respeito ao cenário sócio tecnológico, levando ao aumento expressivo do uso de sistemas digitais como a internet, redes sociais e conseqüentemente potencializando a propagação das tecnologias da informação, e com isso denominando o contexto histórico como “revolução digital” (CERÓN et al., 2018).

Com isso, percebe-se que indivíduos mais jovens apresentam maior afinidade pelo meio cibernético, principalmente no uso das redes sociais, estando o bem-estar biopsicossocial destes relacionado a utilização de ferramentas tecnológicas, observando o crescimento de crianças e adolescentes informatizadas. E conseqüentemente expondo esses indivíduos a vários riscos relacionados à era digital, como assédios, ameaças, agressões e ao *Cyberbullying* (CERÓN et al., 2018; RUIZ, 2016).

O *Cyberbullying* é caracterizado por comportamentos de caráter agressivo e intencional, praticados repetidamente através do meio eletrônico e digital, sendo que, geralmente a vítima não consegue se defender facilmente e a identidade do agressor fica oculta e ou no anonimato, dificultando a execução de medidas cabíveis contra o ofensor, desenvolvendo agravos e danos imensuráveis ao padecente, como aumento dos prejuízos psicológicos e sociais (BEST et al., 2017; LACUNZA et al., 2019).

<sup>1</sup>Acadêmico do curso de Graduação de Enfermagem da Faculdade Pitágoras de Feira de Santana. Membro da Liga Acadêmica de Enfermagem em Pediatria e Neonatologia. E-mail: jonascarvallho19@gmail.com

<sup>2</sup>Enfermeira. Mestre em Enfermagem. Especialista em UTI Neonatal e Pediátrica, Saúde da Família e MBA em Administração Hospitalar. Docente do curso de Enfermagem da Faculdade Pitágoras de Feira de Santana



São muitos os canais no meio digital utilizados para que o indivíduo pratique ou sofra o *Cyberbullying* como e-mails, mensagens de texto, redes sociais, chamadas anônimas por telefone, assédios de fotografias, gravações por mídias audiovisuais, conteúdos compartilhados pela internet ou carregados em canais de comunicação e páginas da web, gerando um rápido compartilhamento dos conteúdos divulgados, aumentando o constrangimento da vítima. O *Cyberbullying* pode ser praticado ainda de duas formas distintas, o direto que o agressor envia conteúdos de caráter agressivo para a vítima no anonimato e o indireto onde a vítima é agredida e assediada em publico (GARAIGORDOBIL, 2015; BEST, 2017).

## **Objetivo**

Identificar os impactos psicossociais do *Cyberbullying* na vida dos adolescentes apresentados pela literatura científica.

## **Métodos**

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura de caráter qualitativo descritivo. Realizou-se uma incursão detalhada nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nos meses de Outubro e Novembro de 2020. Foi utilizado como critério de inclusão referenciais on-line, em espanhol, textos completos, disponíveis gratuitamente e publicados entre os anos de 2015 e 2020.

Não foram encontrados estudos nacionais, foram excluídos artigos duplicados e os que não haviam relação com o tema. E utilizados os descritores: Adolescente, *Cyberbullying*, *Bullying*. Foi utilizado o conector booleano: and. Realizou-se a elaboração da pergunta norteadora: Quais impactos psicossociais o *Cyberbullying* causa em adolescentes? E logo após foi definido os critérios de inclusão e exclusão.

A busca dos dados foi feita por quatro pesquisadores que realizaram a extração dos artigos com a estratégia dos descritores na fonte de dados escolhida. Logo, foram analisados o título e o resumo dos artigos encontrados para verificar se tinham respostas para o objetivo do estudo em questão, assim selecionando a amostra literária a ser utilizada, dessa forma, foi realizada a leitura completa e análise minuciosa dos artigos da amostra. Após o levantamento de dados, foram identificados 24 referenciais na BVS. Mas após utilizar os critérios de inclusão e exclusão, somaram-se 5 artigos para análise.

## **Resultados**

O *Cynerbullying* desenvolve consequências nocivas a todos os envolvidos no ato, porém, cada um com diferentes níveis de sofrimento. Mas é importante ressaltar que as vítimas são as mais prejudicadas, pois podem desenvolver problemas psicológicos e sociais como medo, estresse, frustração, baixo desempenho escolar, depressão, raiva e distúrbios do sono, contudo, os agressores também desenvolvem algum tipo de experiências negativas como comportamento anti-social-criminoso, abuso do álcool e outras drogas ilícitas e a falta de empatia, sendo assim importante a identificação precoce dos participantes no processo do *Cyberbullying* para uma abordagem correta (GARAIGORDOBIL, 2015).

O *Cyberbullying* é observado também através de alguns transtornos causados as vítimas como, insegurança pois para elas não existe local seguro para ficarem, vivendo sob

grande risco de agressão. Elas também são assediadas, seus segredos são revelados levando consequentemente a violação da privacidade e a identidade do padecente é roubada por meio de dados pessoais e aparência, fazendo com que o agressor se passe pela vítima e que ela seja vista como malfeitora diante de terceiros, prejudicando assim sua reputação, como também gerando a exclusão intencional de grupos sociais online que a vítima faça parte (RUIZ, 2016).

De todos os perigos investigados na internet *Cyberbullying* é o mais prevalente e também é o que apresenta maior quantidade de estudos e publicações, contudo, o acervo científico não dispõe de nenhum estudo brasileiro sobre o assunto. Existem várias definições ainda para o termo que está em construção, não apresentando um corpo unificado de conhecimento ainda na área. Segundo pesquisas a maior prevalência do *Cyberbullying* é entre adolescentes, e nos Estados Unidos 30% dos alunos do ensino médio já sofreram algum tipo de agressão digital, em nível global a prevalência de problema entre jovens é de 10% e 53% (CERÓN et al., 2018).

Existe uma grande associação entre comportamentos agressivos no meio digital com vários transtornos psicossociais infanto-juvenis, o *Cyberbullying* mostra-se como grande fator de risco para o surgimento de comportamentos suicidas entre adolescentes que apresentam predisposição para a depressão, vulnerabilidade e situação socioeconômicas inconsistentes, é notável também que esses adolescentes apresentam dificuldades em suas relações afetivas, evidenciada pela baixa autoestima, medo de rejeição e necessidade que terceiros confirmem o relacionamento, aumentando cada vez mais a condição psicopatológica desses indivíduos (LACUNZA et al., 2019).

A intervenção prévia de forma correta é primordial, pois esse tipo de problema em idades precoces é sinal de risco para a manutenção e exacerbação de uma vida adulta com aspectos da personalidade antissocial, surgimento de frustrações e outros danos psicossociais graves, podendo até desencadear nos envolvidos características criminosas. Assim, tanto agressores com vítimas precisam ser tratados e integrados a sociedade, proporcionando a garantia dos direitos dos padecentes e garantindo um maior resgate de sua dignidade. A família, a escola e sociedade de forma efetiva precisam combater o *Cyberbullying* por meio de medidas educativas e as autoridades precisam estar atentas para a criação de mecanismos em que venham proteger as vítimas e punir os crimes na internet (RUIZ, 2016).

### **Considerações finais**

Como é sabido, o *Cyberbullying* pode desenvolver agravos muitas das vezes irreversíveis as suas vítimas, por isso é importante a criação de medidas eficazes em combate ao problema. Adolescentes na maioria das vezes são as principais vítimas e por conta da alta vulnerabilidade emocional sofrem mais e as consequências são altamente danosas trazendo prejuízos psicossociais permanentes. Por se tratar de um assunto novo nem todos sabem abordar a questão, mas é fundamental que todos estejam engajados contra a realização do *Cyberbullying* e na proteção das vítimas, e por sua vez as autoridades devem criar medidas eficientes no combate aos crimes cibernéticos promovendo o bem-estar de todos no uso das redes digitais.

**Descritores:** Adolescente; *Cyberbullying*; *Bullying*.

**Eixo Temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

### **Referências**

BEST, S.; RÉ, N.; GUCKIN, M.C.; CORCORAN, L.; CASASNOVAS, A. Retos y desafíos de la adaptación transcultural del Cuestionario de Ciberagresión en una muestra de estudiantes argentino. **Subjetividad y procesos cognitivos**, Buenos Aires, v. 21 n. 2, 2017.

CERÓN, M. A.; EISMAN, L. B.; PALOMARES, F. F. Grooming, Ciberbullying y Sexting en estudiantes en Chile según sexo y tipo de administración escolar. **Revista Chilena de Pediatría**, Santiago, v. 89, n. 3, jun. 2018.

GARAIGORDOBIL, M. Ciberbullying en adolescentes y jóvenes del País Vasco: Cambios con la edad. **Anales de Psicología**, Murcia, v. 31, n.3, oct. 2015.

LACUNZA, A. B.; CONTINI, N. E.; CABELLERO, S. M.; MEJAIL, S. M.. Agresión en las redes y adolescencia: estado actual en américa latina desde una perspectiva bibliométrica **Revista chilena de pediatría**, Santiago, v. 89, n. 3, jun. 2018.

RUIZ, J. M. R. Factores de riesgo en el acoso escolar y el ciberacoso: implicaciones educativas y respuesta penal en el ordenamiento jurídico español. **Revista Criminalidad.**, Bogotá, v. 58, n. 3, sep./dec. 2016.



**GPVIO**

GRUPO DE PESQUISA  
VIOLÊNCIA, SAÚDE E CULTURA DE PAZ



**VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR**

Uma violação dos Direitos Humanos

## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### TRAUMAS SEXUAIS EM ADOLESCENTES: UM OLHAR NEUROCIENTÍFICO DO EDUCADOR

Shirley Nascimento<sup>1</sup>

#### Introdução

Já são sabidas as diversas consequências provocadas pelo abuso sexual, sobretudo o intrafamiliar, no entanto, pouco se discute a respeito da interferência deste no meio educacional, no que tange os aspectos neurológicos necessários para se concretizar a aprendizagem. Compreender estes permite entender que esse tipo de violência não provoca apenas danos físicos e emocionais, mas pode provocar uma série de desencadeamentos neurológicos que afetam diretamente o desenvolvimento cognitivo relacionado aos processos de aprendizagem.

A escola e os profissionais da educação precisam estar atentos para identificar e ajudar a reinseri-los em sua vida cotidiana no espaço escolar. Para fazê-lo são primordiais os estudos em neurociência para compreensão do funcionamento cerebral durante os processos de aprendizagem. Importa-nos salientar a parceria prioritária entre escola e o profissional de psicologia para tornar esta uma Escola Sensível ao Trauma.

#### Objetivo

Analisar as implicações na aprendizagem de crianças e adolescentes que possuem traumas de abusos sexuais. Que perdem o interesse nos estudos, ou a linha de raciocínio, mudam seu comportamento e atitudes em meio escolar, tornando-se retraída ou extremamente exibida.

<sup>1</sup>Pós-graduanda em Psicologia sexual- Facuminas. Pós graduanda em Neuropsicopedagogia institucional e clínica- Facuminas. Pós graduanda em Ensino de ciências nos anos finais – Ciência10 pelo IFBA. Pós graduanda em Neurociências- Dom Alberto/ Faveni. Licenciada em Ciências Biológicas- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB. Vinculada ao Grupo de Pesquisa Estratégias Ativas para a Educação e Saúde – UESB. Pesquisadora do Projeto Popularizando a Ciência – UESB. Vinculada ao Programa de Produção Acadêmica - CAED-JUS/ CAEDUCA. Professora da Rede Municipal de Vitória da Conquista – BA e Pesquisadora de Comportamento Psicosocioemocional e sexualidade de jovens, Metodologias Ativas, Neurociência cognitiva, neuroeducação e Aprendizagem Significativa. E-mail: shysn\_nascimentosantos@hotmail.com

## Metodologia

Este trabalho é desenvolvido sobre uma revisão bibliográfica sobre estudos de saúde em neurociência e traumas em vítimas de abuso sexuais e o processo de aprendizagem. A fim de compreender quais aspectos neurológicos são afetados durante a violência física e psicológica cometida no abuso sexual, sobre a seguinte indagação: de que maneira os traumas de abusos sexuais interferem na aprendizagem das vítimas?

## Resultados e Discussão

O abuso sexual é o termo denominado a violência sexual cometido a crianças e adolescentes, na busca e satisfação do prazer próprio, independente da penetração de órgãos genitais e/ou objetos. A exposição ao ato sexual ou similar, já é passível ao crime: expor a criança à pornografia, masturbação ou fazer sexo no quarto em que a criança dorme é para a criança uma cena de violência. Ato de sedução, *voyeurismo* (olhar), tocar, desnudar, acariciar, levar a assistir ou participar de práticas sexuais de qualquer natureza também constituem características desse tipo de crime. Segundo ANDI (Organização Integrante da Rede ANDI Brasil no Distrito Federal).

O abuso sexual acontece pela utilização do corpo de uma criança ou adolescente para a satisfação sexual de um adulto ou de um adolescente, com ou sem o uso da violência física e de penetração. O abuso sexual é a utilização da sexualidade de uma criança ou adolescente para a prática de qualquer ato de natureza sexual (“Ministério divulga dados de violência sexual contra crianças e adolescentes — Português (Brasil)”, 2019). É definida como qualquer ato ou jogo sexual ou tentativa de obter um ato sexual, por meio do uso de força ou de coerção, ameaça de danos por qualquer pessoa, independente do grau de relação com a vítima no qual a violência ocorra (LIMA; DIOLINA, 2012).

A incidência de crimes de violência contra crianças e adolescentes configura-se nos mais cometidos em todo o mundo. O abuso sexual é um fenômeno de grande ocorrência no escopo da violência contra crianças e adolescentes, uma vez que se configura por diversas práticas sexuais, tais como manipulação da genitália, pornografia, exibicionismo, assédio sexual, estupro, incesto e prostituição infantil (PÁDUA SERAFIM et al., 2011).

O Brasil não foge a regra, em 2018 registrou ao menos 32 mil casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes, o maior índice de notificações já registrado pelo Ministério da Saúde. O índice equivale a mais de três casos por hora - quase duas vezes o que foi registrado em 2011. De lá para cá, os números crescem ano a ano, e somam um total de 177,3 mil notificações em todo o país (“ESTATÍSTICAS - Três crianças ou adolescentes são abusadas sexualmente no Brasil a cada hora - CAOP Informa - Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente”, 2019). A incidência de crimes é maior em mulheres independente da idade, 84,3% versus 15,7% em homens. Com índice de repetição de 45,3% em idade mais avançada.

Dos 159 mil registros feitos pelo Disque Direitos Humanos ao longo de 2019, 86,8 mil são de violações de direitos de crianças ou adolescentes, um aumento de quase 14% em relação a 2018... A violência sexual figura em 11% das denúncias que se referem a este grupo específico, o que corresponde a 17 mil ocorrências. Em comparação a 2018, o número se manteve praticamente estável, apresentando uma queda de apenas 0,3% (“Alguns aspectos sobre o abuso sexual contra crianças - Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente”, 2019).

Configurando-se em crime por sexo pela criação de uma relação dividida entre a sedução e prazer e a agressão, a trama do abuso se opera quando o abusador espreita a vítima para fazê-la cair na armadilha da sedução ou da ameaça. Busca ressaltar ou fazer parecer que a vítima é sua preferida, paradoxalmente, não se vê violento (FALEIROS, 2001). O abuso sexual trata-se de uma profunda violação nos limites físicos e psicológicos, gerando implicações gravemente negativas para a vítima ao longo de seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, comportamental e social, constituindo-se em trauma.

O trauma é entendido como lesão provocada por violência ou força externa, podendo ser físico ou psicológico. É importante entender que esse trauma não traz apenas consequências físicas, sociais, comportamentais, sexuais ou psíquicas. Devido ao descontrole a curto e longo prazo a criança ou o adolescente abusado sexualmente pode perder o desejo pela aprendizagem e apresentar condutas diferentes daquelas que até então mostrava. O trauma consegue desativar partes cerebrais responsáveis por concretizar o aprendizado ou formar a memória.

A aprendizagem é explicada pela neurociência, que estuda e explica as conexões dos neurônios, células cerebrais que impulsionam estímulos nervosos e se apresentam como ponte para uma nova aprendizagem. Para Nascimento e Guaresi (2015) é o resultado do conjunto de ações desenvolvidas pelo sistema nervoso, tanto periférico como central, com o intuito de entender e reter na memória o significado de um ou mais estímulos que chegam ao córtex cerebral através dos sentidos. A neuroplasticidade é considerada fundamental para a aprendizagem, já que é graças a ela que o cérebro é capaz de armazenar informações, “sendo considerada a base funcional da memória” (DO PINHO, 2018).

Para Fonseca (2014) a componente emocional ou afetiva da aprendizagem pode, na sua dimensão positiva, encorajar, reforçar e aprofundar as funções motivacionais, cognitivas e executivas atinentes, mas, em contrapartida, na sua dimensão negativa, pode intimidá-las, adiá-las, bloqueá-las, descontrolá-las, e até mesmo, interrompê-las e dissuadi-las. Do ponto de vista da neurobiologia, o abuso deixa também marcas indeléveis no cérebro devido ao estresse experimentado (FALEIROS, 2001), impedindo que a aprendizagem aconteça.

“É preciso que todos estejamos preparados para que, dentro de nossa esfera de saber e influência, possamos prestar os apoios adequados a todos os alunos otimizando as suas oportunidades de aprendizagem” (CORREIA, 2010, p.36). Pois como demonstrado às influências emocionais negativas impedem que a plasticidade cerebral aconteça e posteriormente o aprendizado. A escola precisa se fazer inclusiva a todos, sobretudo a esses alunos que são vítimas de más ações de outros e não comportam um mecanismo de defesa para superação. Para Nascimento e Guaresi (2015) a inclusão escolar só acontece quando três elementos básicos estão inseridos: a presença, a participação e a construção do conhecimento.

## **Conclusões**

O estudo apontou os problemas enfrentados por alunos vítimas de traumas de abuso sexual na compreensão de sua aprendizagem afetada ou interrompida. Entendendo que esse tipo de violência não provoca apenas danos físicos e emocionais, mas pode provocar uma série de desencadeamentos neurológicos que afetam diretamente o desenvolvimento cognitivo relacionado aos processos de aprendizagem. Entender os processos neurológicos envolvidos auxilia em uma boa prática e nova abordagem para atuar frente às consequências provocadas por este trauma. A escola e os profissionais da educação precisam estar atentos para identificar e ajudar a reinseri-los em sua vida cotidiana no espaço escolar.

**Descritores:** Agressões Sexuais; Atentados ao Pudor; Crimes Sexuais, Traumas sexuais.

**Eixo Temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

## Referências

HERDY, T. Alguns aspectos sobre o abuso sexual contra crianças. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente. **Ministério Público do Paraná**. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/2020/03/231/ESTATISTICAS-Tres-criancas-ou-adolescentes-sao-abusadas-sexualmente-no-Brasil-a-cada-hora.html>. Acesso em: 12 jul. 2020.

SERAFIM, A. P. *et al.* **Dados demográficos, psicológicos e comportamentais de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual**. 2011.

PINHO, L. S. Neurociência cognitiva na sala de aula: estratégias de ensino de Língua Espanhola. **Letras de Hoje**, v. 53, n. 1, p. 80, jun. 2018.

FALEIROS, V. **Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 2, n. 2, p. 65-82. n. 32, p. 65–79, 2001.

LIMA, I. V. B.; DIOLINA, J. **Consequências Psicológicas do abuso Sexual na Infância e Adolescência: Uma Ferida Invisível**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.site.ajes.edu.br/direito/arquivos/20131030201243.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2020.

**Ministério divulga dados de violência sexual contra crianças e adolescentes — Português (Brasil)**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 12 jul. 2020.

NASCIMENTO, S. S E.; GUARESI, R. Dislexia: entendimento e capacidade de administração dessa dificuldade de aprendizado por estudantes do curso de licenciatura em biologia. **Revista Virtual Lingua Nostra**, p. 40, 2015.



**GPVIO**

GRUPO DE PESQUISA  
VIOLÊNCIA, SAÚDE E CULTURA DE PAZ



**VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR**

Uma violação dos Direitos Humanos

## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### PANDEMIA 2020: PRINCÍPIO DE CAUSA-EFEITO DA AUTOMUTILAÇÃO

Laís Silveira<sup>1</sup>  
Shirley Nascimento<sup>2</sup>  
Laiane Silveira<sup>3</sup>

#### Introdução

A pandemia mundial que cercou o mundo em 2020 pegou a todos desprevenidos. As demandas aumentaram e a insatisfação tomou conta do dia a dia devido ao novo normal. São tantos agravantes que a Organização Mundial da Saúde (OMS) têm se preocupado diretamente com as aflições psicossociais da população adulta frente à pandemia e ao home Office. Mas e enquanto aqueles que a vida tem se atribuído ao ócio, aos games, redes sociais e falta de afazeres?

Os jovens adolescentes caíram nessa pandemia de paraquedas e viram suas vidas serem interrompidas abruptamente. Sem preparo devido, acompanhamento psicológico e relações sociais ausentes, nos questionamos acerca do aspecto psicoemocional dos jovens. Será que este tem sido abalado durante a pandemia? Observando que a fase da adolescência é a mais complexa do homem e adiciona cada dia mais os índices de doenças psicoemocionais nela, acredita-se em um crescimento ainda maior dos problemas interiorizados pelo afastamento social, a privação do direito de ir e vir, as crises familiares e traumas existenciais que podem gerar conflitos psicoemocionais negativos e até mesmo a violência autoinfligida.

<sup>1</sup>Graduanda em Psicologia - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. any.silveira5@gmail.com.

<sup>2</sup>Pós graduanda em Psicologia sexual- Facuminas. Pós graduanda em Neuropsicopedagogia institucional e clínica- Facuminas. Pós graduanda em Ensino de ciências nos anos finais – Ciência10 pelo IFBA. Pós graduanda em Neurociências- Dom Alberto/ Faveni. Licenciada em Ciências Biológicas- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB. Vinculada ao Grupo de Pesquisa Estratégias Ativas para a Educação e Saúde – UESB. Pesquisadora do Projeto Popularizando a Ciência – UESB. Vinculada ao Programa de Produção Acadêmica - CAED-JUS/ CAEDUCA. Professora da Rede Municipal de Vitória da Conquista – BA e Pesquisadora de Comportamento Psicossocioemocional e sexualidade de jovens, Metodologias Ativas, Neurociência cognitiva, neuroeducação e Aprendizagem Significativa.

<sup>3</sup>Pós graduanda em Ensino de ciências anos finais – Ciência 10 pelo IFBA. Licenciada em Ciências Biológicas- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB. Professora da Rede Estadual da Educação Básica - Maetinga-BA. lais.silveiraribeiro@gmail.com.



## Objetivo

Analisar as implicações do isolamento social sobre os aspectos que podem desenvolver comportamentos autolesivos, sobretudo a automutilação.

## Métodos

Este estudo se apropriou em uma metodologia qualitativa associada a fundamentação teórica para explanar as questões por ele levantadas. Entende-se a metodologia qualitativa quando há uso direto de participantes humano, no nosso caso como população amostral de um grupo abrangente de estudantes brasileiros.

Este estudo foi fundamentado em um levantamento de dados empíricos por meio de questionários disponibilizados na plataforma *Google forms* e divulgados virtualmente por mídias sociais.

*Google Forms* é um aplicativo de gerenciamento de pesquisas lançado pelo Google. Os usuários podem utilizá-lo para pesquisar e coletar informações sobre outras pessoas e também podem ser usados para questionários e formulários de registro. A plataforma disponibiliza os dados por meio de gráficos estatísticos e descritivos.

## Resultados

Os questionários foram respondidos voluntariamente por 158 estudantes de diversas regiões do País em diferentes estágios acadêmicos (Fundamental II, ensino médio). O resumo das respostas obtidas é apresentado na Figura 1.

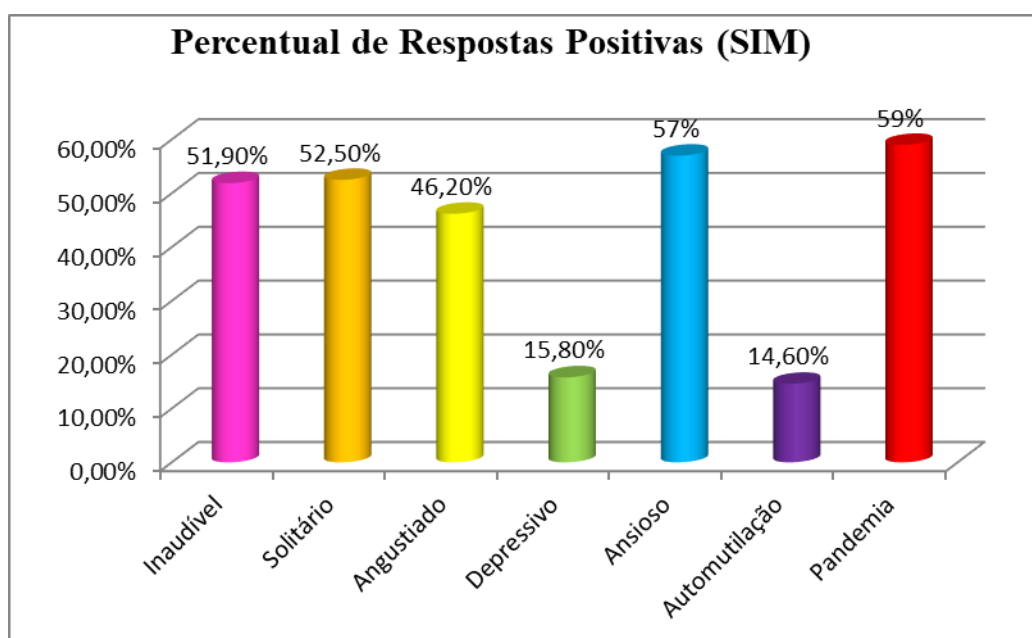


Figura 1: Gráfico percentual positivo do questionário. (Fonte: Próprio).

## Discussão

O final do ano de 2019 e 2020 tornou-se marcante na história da população mundial, devido ao surto de um novo vírus encontrado na China, o *coronavírus* (SARS-CoV-2) responsável por desenvolver a Síndrome Respiratória Aguda Grave, popularmente reconhecida como COVID-19. O fato é que o alastre do vírus pelo mundo resultou em uma situação de emergência internacional de saúde pública, que chamou a atenção da Organização Mundial da Saúde (OMS) declarando estado de pandemia mundial. Por ser um vírus novo e de rápida contaminação a OMS restringiu o direito de ir e vir e instruiu aos países o isolamento social como medida preventiva para retardar a contaminação. Todos os países têm procurado soluções pra remediar a pandemia e cautelosamente criadas suas próprias formas de contornar a disseminação viral.

Apesar de a medida ser necessária, observa-se que isolamento social tem gerado efeitos psicológicos negativos, podendo se estender para consequências físicas e mentais em diferentes faixas etárias e em especial, nas crianças e adolescentes que deixaram de frequentar a escola e praticar outras atividades sociais relevantes para o seu desenvolvimento (ANDRADE et al., 2020; JÚNIOR; PAIANO; COSTA, 2020). Os efeitos estão relacionados a conflitos emocionais que podem desencadear ações nocivas externas.

Determinados como *comportamento autolesivo (CAL)* provoca danos físicos leves, moderados ou crônico, além de apresentarem padrões de repetição e variação de intensidade e lesão. Podem ser classificados da seguinte maneira: Autolesão (ato de se machucar de forma superficial ou moderada); Automutilação (ato que provoca ferimento mais grave e violento que implica na desfiguração do indivíduo); Parassuicídio (imitação da tentativa de suicídio sem real intenção de concretizar o ato).

De acordo Vieira, Pires e Pires, (2016) o CAL pode se apresentar no comportamento de bater a cabeça, esbofetear a face, colocar o dedo nos olhos, morder as mãos, os lábios ou outras partes do corpo; arranhar a pele com as unhas ou se queimar com pontas de cigarros, realização de cortes superficiais nos braços ou atingir formas mais graves como a autoenucleação (extração do próprio olho) e a autocastração (extração do próprio órgão genital). Assim como a introdução de corpos estranhos no organismo, como agulhas e a amputação dos lobos das orelhas (ARAÚJO et al., 2016; VIEIRA; PIRES; PIRES, 2016 p.258).

Os aspectos psicológicos ligados a conflitos interiorizados autolesão ou automutilação deliberada encontra-se, tradicionalmente, ligada a transtornos limítrofes de personalidade, depressão, ansiedade, abuso de substâncias e transtornos alimentares. Em geral, o auto dano é considerado uma má adaptação ou estratégia para tentar reduzir, evitar ou regular determinadas emoções avassaladoras para o indivíduo (SILVA; BOTTI, 2017).

Os comportamentos autolesivos não estão relacionados a uma única causa, mas sim à consequência de complexas influências mútuas entre fatores genéticos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais (CAMPOS et al., 2019). Dentre os que mais se sobressaem são a depressão, ansiedade, sentimentos de solidão, angústia, tristeza, desânimo, abandono físico e emocional, abuso sexual, desestrutura familiar, término de uma relação amorosa, entre outros. Esses sentimentos parecem estar mais presentes diante da situação de isolamento social como demonstrado em nosso estudo. O isolamento social agravou consideravelmente

os conflitos internos vividos por adolescentes. Cerca de 59% dos estudantes afirmam a pandemia como fator principal para motivação desse sintoma.

Mais da metade da população amostral afirmou sofrer de ansiedade, solidão ou sensação de não ser ouvido (média de 53,8%). Dentre os quais 46,2% se sentem angustiados definidos como tristeza, inquietude ou sofrimento. Esses sentimentos podem desencadear aspectos psicoemocionais negativos ou até mesmo indicativos de sua aproximação ou conflitos internos. Comportamentos que podem encaminhar para sinais de depressão ou comportamento de automutilação demonstrado pelos índices de 15,8% e 14,6 respectivamente em nossa pesquisa. Esses números parecem pequenos, mas não são irrelevantes, pois colocam os jovens a uma suscetível vulnerabilidade, por desencadear um processo de superação, muitos encaram como desafio crescente a cada ação ou sentem a necessidade de ampliar esta ação por não ser mais satisfatória.

Os estudos mostram que nesse estágio há necessidade de acompanhamento profissional, pois apenas a dedicação dos pais já não é suficiente para lidar com os problemas psicoemocionais desenvolvidos por esses. O comportamento autolesivo pode ser interpretado como desespero interno e pedido de socorro. O indivíduo já não é mais responsável por suas ações, que se tornaram parte de si. É importante o tratamento para evitar o maior grau: as ideias suicidas ou o próprio consumo do ato.

A nós é perturbador a ideia de que jovens adolescentes ao invés de estarem cumprindo seu desenvolvimento natural, sejam submetidos a perda de afetividade pela vida, quando esta está apenas se iniciando. Parece-nos ainda mais perturbador imaginar que tal situação pode ser fruto da negligência de governos e órgãos de atenção à saúde por não propiciarem a atenção necessária para o enfrentamento da pandemia para os jovens. Conscientes da suscetibilidade acarretada por eles de natureza própria e pelos meios digitais oferecidos, que demanda qualquer tipo de informação que cooperam para aspectos psicoemocionais negativos ao seu público.

## **Conclusão**

Os Fatores psicoemocionais parecem estar em uma linha crescente durante o cenário pandêmico. Afetando diretamente adolescentes que tiveram suas vidas interrompidas e relações sociais furtadas pelas medidas preventivas implantadas pelo governo. Os sintomas apresentados pelos estudantes são preocupantes na análise de saúde pública, podem acarretar graves comorbidades e doenças mentais. Os fatores mais preocupantes se associam aos comportamentos de autolesão, ideação suicida e depressão. Doenças que acometem o século e possuem difícil tratamento.

Infelizmente sabemos que as condições sociais históricas do nosso país coadunam para que esses jovens tenham uma menor infraestrutura familiar e por consequência uma maior fragilidade e suscetibilidade a esses fatores. Entendemos que a OMS e alguns governos tem se preocupado com a questão, mas incitamos a insuficiência diante dos dados apresentados e a probabilidade de seu crescimento ao delongar da quarentena. Esperamos que as autoridades responsáveis pelo bem-estar das crianças e adolescentes estejam mais operantes, que planos de emergência que abrangem serviços de cuidados alternativos sejam desenvolvidos pelas

autoridades competentes. E que a própria sociedade esclareça e se dedique ao comprometimento com a saúde destes.

**Descritores:** Comportamento Autolesivo; Depressão; Ansiedade; Solidão.

**Eixo Temática 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

## Referências

ANDRADE, L. B. DA S. *et al.* A utilização das redes sociais digitais no cuidado psicossocial infantojuvenil, diante da pandemia por Covid-19. **Health Residencies Journal-HRJ**, v. 1, n. 2, p. 44–61, 9 maio 2020.

ARAÚJO, J. F. *et al.* O corpo na dor: automutilação, masoquismo e pulsão. **Estilos da Clínica**, v. 21, n. 2, p. 497–515, 2016.

CAMPOS, P. R. *et al.* **Diversidades e vivências juvenis: experiências e narrativas sobre gêneros e diversidade sexual no contexto escolar.** Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/handle/prefix/1345>. Acesso em: 23 ago. 2020.

JÚNIOR, P. G. F.; PAIANO, R.; COSTA, A. DOS S. **Isolamento social: consequências físicas e mentais da inatividade física em crianças e adolescentes | Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde.** Disponível em: <https://www.rbafs.org.br/RBAFS/article/view/14263>. Acesso em: 23 ago. 2020.

SILVA, A. C.; BOTTI, N. C. L. Comportamento autolesivo ao longo do ciclo vital: Revisão integrativa da literatura. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, n. 18, 2017.

VIEIRA, M. G.; PIRES, M. H. R.; PIRES, O. C. Automutilação: intensidade dolorosa, fatores desencadeantes e gratificantes. **Revista Dor**, v. 17, p. 257–260, 2016.



**GPVIO**

GRUPO DE PESQUISA  
VIOLÊNCIA, SAÚDE E CULTURA DE PAZ



**VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR**

Uma violação dos Direitos Humanos

## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### NARRATIVAS DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE MENTAL SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR NA CONVIVÊNCIA COM O ALCOOLISTA

Thainan Alves Silva<sup>1</sup>  
Patrícia Anjos Lima de Carvalho<sup>2</sup>  
Edmeia Campos Meira<sup>3</sup>  
Sávio Luiz Ferreira Moreira<sup>4</sup>  
Edite Lago da Silva Sena<sup>5</sup>

#### Introdução

O alcoolismo é um grave problema de saúde que acarreta danos severos à sociedade, por estar associado ao desenvolvimento de patologias no alcoolista, comportamento agressivo e alterações perceptivas, que repercutem, substancialmente, na dinâmica familiar. Assim, o uso contínuo do álcool exacerba e pode gerar problemas psicossociais na família, comportamento antissocial e conflitos e/ou agressões físicas entre os membros familiares, o que potencializa as vulnerabilidades (ROSA, 2017).

Observa-se no contexto doméstico um aumento do número casos notificados e subnotificados de violência contra a mulher (VIEIRA, 2014). Entre outros fatores, o alcoolismo destaca-se como um fenômeno de frequência relacionado à violência conjugal e intrafamiliar e, por isso, configura-se como um tema bastante complexo (ROSA, 2017; FERREIRA; LOPES, 2017).

Compreende-se como violência intrafamiliar toda ação ou omissão que tenha potencial de prejudicar a integridade biopsicossocial e o direito ao pleno desenvolvimento de um familiar, sendo normalmente perpetrada por um membro que esteja em posição de poder na família (FEIJÓ; NOTO; SILVA et al., 2016).

<sup>1</sup>Enfermeira. Mestre em formação pelo Programa de Pós Graduação Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: alves.thainan@outlook.com.

<sup>2</sup> Enfermeira. Doutora em Ciências da Saúde, Professora Assistente do Departamento de Saúde II da UESB.

<sup>3</sup> Enfermeira. Doutora em Memória, Professora Adjunto do Departamento de Saúde II da UESB.

<sup>4</sup>Graduando em Enfermagem pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

<sup>5</sup>Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Departamento de Saúde II e do Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde da UESB.

Portanto, a realização de estudos que primam por dar voz aos profissionais de saúde mental que atuam no contexto do alcoolismo é fundamental para a discussão sobre a violência intrafamiliar mobilizada pela convivência com o alcoolista.

## Objetivo

O presente estudo teve como objetivo compreender as narrativas de profissionais de saúde mental sobre os impactos da convivência com a pessoa alcoolista na vida intrafamiliar.

## Métodos

Trata-se de um estudo qualitativo ancorado na História Oral temática (MEIHY,2005), que permitiu a expressão de narrativas de profissionais de saúde mental sobre suas experiências de trabalho com familiares que convivem com membros alcoolistas.

A pesquisa foi realizada com 11 profissionais que atuam em um serviço de saúde mental de um município baiano, sendo 2 enfermeiras, 3 Assistentes Sociais; 2 Técnicos em Enfermagem; 2 psicólogas; 1 segurança; 1 nutricionista.

As informações foram produzidas por meio da entrevistas do tipo semiestruturada, no período de novembro de 2019 a janeiro de 2020. As entrevistas foram gravadas, transcritas, literalmente, e analisadas com base na técnica de Análise Conteúdo Temática, proposta por Laurence Bardin (BARDIN, 2011).

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), que obteve aprovação, segundo o parecer nº 3.233.649/2019. Assim, as informações produzidas junto aos participantes permanecerão confidenciais, e o anonimato dos mesmos será mantido. Portanto, optamos por identificá-los no texto pela letra “P” (Participante), seguida do número cardinal correspondente à entrevista, conforme a ordem de realização, a saber: P (1), P (2), P (3), P (4), P (5), P (6). P (7), P (8), P (9), P (10) e P (11).

## Resultados/Discussão

Os problemas derivados do consumo habitual de álcool repercutem negativamente nos membros da família, acarretando conflitos interpessoais graves, relacionamentos abusivos, violência doméstica, alienação parental, divórcios, crises financeiras, além de patologias clínicas associadas ao álcool. O cotidiano de uma família com o alcoolista é caracterizado por dificuldades, insegurança e conflitos, resultando em um ambiente hostil e desarmônico (MANGUEIRA; LOPES, 2014).

Nas narrativas dos profissionais de saúde mental foi possível perceber que eles destacam o alcoolismo como importante fator associado à violência intrafamiliar, como violência psicológica, física, moral e socioeconômica. Conforme descrições a seguir:

*[...] Então, a pessoa viu que a droga está destruindo, que o álcool está destruindo o contexto familiar. P (1)*

*[...] que têm problemas na família por conta do uso, perde emprego, problemas com finanças por causa do uso e da saúde. P (3)*

*[...] têm vários tipos de danos, fora o dano físico que ele está causando a ele mesmo, a família, o vínculo familiar, o conflito com a família e com a comunidade. P (6)*

*[...] a família, normalmente, ela já está muito desgastada já está muito sofrida, está em estado de sofrimento. P (7)*

A literatura corrobora com o presente estudo na medida em que evidencia a existência de correlação negativa significativa entre a problemática do consumo habitual de álcool e a instabilidade nas relações conjugais e familiares (KELLEY; PEARSON; TRINH et al., 2011).

Os participantes do estudo revelaram a existência de relações intrafamiliares conflituosas na convivência com membros alcoolistas, que se configuram como potencializadoras para a ocorrência de situações de desequilíbrio, desarmonia e fragilidades de vínculos no âmbito familiar, como constrangimento e abusos psicológicos. O que se pode ver nesses relatos:

*[...] Ele saía para beber, mas não tinha controle, exagerava, fala o que não devia, gerava um certo constrangimento na família. P (1)*

*[...] então, sendo assim, são pessoas que têm restrição sim, e necessidade de uma rede de apoio por causa das consequências do uso mesmo, as relações são conflituosas, envolvem coisas muito sérias no ambiente família. P (5)*

*[...] a gente sabe que a pessoa viciada ela causa muito problema no vínculo familiar. P (11)*

Estudos apontam que um dos grandes problemas na relação conjugal em uma família que convive com o alcoolismo é a violência intrafamiliar, uma vez que, casais que vivenciam em seu dia a dia os efeitos do consumo constante do álcool deparam-se com situações mais frequentes de conflitos (KELLER; GILBERT; KOSS et al., 2011; BWEGAMI; SILVA, 2014).

Assim, notamos que há sustentação teórica consolidada na literatura acerca da associação entre alcoolismo e violência intrafamiliar; e as consequências dessa problemática para os membros da família também são descritas de forma precisa. Nos adultos, as consequências se expressam em distúrbios emocionais, físicos e sociais; já em crianças, as implicações da violência incidem no desenvolvimento pleno, influenciando em aspectos biopsicossociais (FEIJÓ; NOTO; SILVA et al., 2016).

## **Conclusão**

As narrativas dos profissionais de saúde mental revelaram suas experiências acerca da temática, as quais apontam a magnitude das repercussões da convivência familiar com um membro alcoolista, especialmente relacionadas às situações de conflito e violência.

Diante dessas discussões, compreende-se que o consumo habitual do álcool é uma prática que favorece a ocorrência de violência intrafamiliar, especialmente na relação conjugal. Portanto, tratam-se de dois problemas de saúde pública que precisam de reflexão e de busca de estratégias para o enfrentamento, o que torna imprescindível o debate sobre a problemática e a formulação de políticas intersetoriais que visem à redução de danos ao alcoolista e à promoção da saúde da família.

Nesse contexto, os profissionais de saúde mental são essenciais, tanto no tocante ao processo de cuidado ao alcoolista e suas famílias, quanto no processo educativo com vistas ao enfrentamento da violência doméstica. Por conseguinte, impõe-se a necessidade de profissionais capacitados para atuar na identificação das situações de violência e no planejamento de ações preventivas e de cuidado relacionadas ao fenômeno.

**Descritores:** Violência doméstica; Alcoolismo; Saúde Mental.

**Eixo Temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

### **Referências**

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BWEGAMI, A. C.; SILVA, M. L. P. Caracterização da violência contra a mulher no município de Timóteo – MG. **Revista Enfermagem Integrada**. v.7, n. 1, p.: 1192-1208. 2014.

FEIJÓ, M. R. *et al.* Álcool e violência nas relações conjugais: um estudo qualitativo com casais. **Psicologia em Estudo**, v. 21, n. 4, p. 581-592, 2016.

FERREIRA, T. B.; LOPES, A. O. S. Alcoolismo, um caminho para a violência na conjugalidade. **Revista Uniabeu**, v. 10, n. 24, 2017.

KELLER, P. S. *et al.* Parental problem drinking, marital aggression, and child emotional security: A longitudinal investigation. **Journal of Studies on Alcohol and Drugs**, v. 72, n. 5, p. 711-722, 2011.

KELLEY, M. L. *et al.* Maternal and paternal alcoholism and depressiveness in collegestudents: Parental relationships as mediators of ACOA-depressiveness link. **Addictive Behaviors**, v. 36, n. 7, p. 700-706, 2011.

MANGUEIRA, S. O.; LOPES, M. V. O. Família disfuncional no contexto do alcoolismo: análise de conceito. **Revista Brasileira de enfermagem**, Brasília, v. 67, n. 1, p. 149-154, Feb. 2014.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

ROSA, C. R. O álcool e a violência doméstica: efeitos e dramas. **Revista VirtuaJus**, Minas Gerais, v. 2, n. 2, p. 243-269, 2017.

VIEIRA, L. B. *et al.* Abuso de álcool e drogas e violência contra as mulheres: denúncias de vividos. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 67, n. 3, p. 366-372, 2014.





**GPVIO**

GRUPO DE PESQUISA  
VIOLÊNCIA, SAÚDE E CULTURA DE PAZ



**VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR**

Uma violação dos Direitos Humanos

## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### FÊNOMENO DA VIOLÊNCIA EM VIVÊNCIAS FAMILIARES PERMEADAS PELO ALCOOLISMO

Laiza Carvalho Costa<sup>1</sup>

Geisa Araújo Galvão<sup>2</sup>

Larissa de Oliveira Vieira<sup>3</sup>

Andrea dos Santos Souza<sup>4</sup>

Pamella Bispo Botelho<sup>5</sup>

Edmeia Campos Meira<sup>6</sup>

#### Introdução

A violência contra as mulheres e o consumo abusivo de álcool são reconhecidos mundialmente como problemas de saúde pública e provocam impactos nas vidas das pessoas envolvidas nas dimensões física, psíquica, familiar, social, econômica, laboral. O consumo abusivo do álcool do pai/cônjuge pode fragilizar as relações familiares, promovendo nos membros da família diversos sofrimentos psicossociais (CARPANEZ et al., 2019).

Destaca-se que homens percebidos socialmente como não agressivos após o consumo do álcool podem ter comportamentos violentos e os que já apresentam condutas violentas, o consumo do álcool pode potencializar tais comportamentos (CARVALHO et al., 2018).

Assim, percebe-se que o consumo abusivo do álcool interfere na dinâmica familiar, e de acordo o ponto de vista sistêmico, este fenômeno deve ser compreendido na sua complexidade, não tendo apenas uma causa, sendo importante considerar as relações, contextos e processos que mantêm, aumentam ou dificultam a redução do uso da violência e do consumo do álcool (CUNHA et al., 2011).

<sup>1</sup>Enfermeira. Mestre em formação pelo Programa de Pós Graduação Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: alves.thainan@outlook.com.

<sup>2</sup> Enfermeira. Doutora em Ciências da Saúde, Professora Assistente do Departamento de Saúde II da UESB.

<sup>3</sup> Enfermeira. Doutora em Memória, Professora Adjunto do Departamento de Saúde II da UESB.

<sup>4</sup>Graduando em Enfermagem pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

<sup>5</sup>Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Departamento de Saúde II e do Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde da UESB.

## **Objetivo**

Compreender o fenômeno da violência no contexto das vivências familiares de homens alcoolistas.

## **Métodos**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva, fundamentada na História Oral de Vida, realizada entre abril a outubro de 2019, com cinco mulheres referenciadas pelo Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD) e por uma Unidade de Saúde da Família (USF), no interior da Bahia, Brasil.

Participaram ainda da pesquisa, cinco filhos de pais alcoolistas, de um município no interior da Bahia, Brasil, sendo que três usuários frequentavam um CAPS AD e dois eram atendidos por uma equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF) localizada em uma comunidade periférica. Foram critérios de inclusão: ter idade igual ou superior a 18 anos, estar expressando a linguagem oral e possuir convivência há mais de 01 ano com o familiar alcoolista.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB com o parecer nº 3.233.649. As experiências das participantes foram coletadas por meio de entrevista semiestruturada, sendo gravadas, transcritas e posteriormente analisadas através da análise temática de conteúdo.

## **Resultados/Discussão**

Os resultados da pesquisa apontam que os filhos sofreram dos genitores diversos tipos de violência, incluindo a física, verbal e psicológica. Os relatos deles denunciam ainda a presença de conflitos, dificuldades no relacionamento familiar e social, o que contribuíram para a fragilização da relação familiar. As mulheres da pesquisa também informaram diversos tipos de violência que sofreram do cônjuge, como a violência psicológica, por meio da agressão verbal, ou falas de menosprezo e críticas do companheiro sobre o desenvolvimento das atividades domésticas. Elas ainda relataram a violência física por meio de agressões ou tentativas de lesão corporal e a violência sexual através da tentativa de imposição do sexo entre o casal.

O desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes pode ficar comprometido quando eles são educados em contextos que predominam situações de violência, conflitos e consumo abusivo de álcool dos pais, sendo que estes ambientes ainda intensificam os sofrimentos psíquicos e sintomas como medo, raiva, além de agravar o distanciamento de filhos e genitores (JUSTINO; NASCIMENTO, 2020). A partir dos relatos dos filhos deste estudo, destacam-se alguns sentimentos desenvolvidos a partir da relação conflituosa com o pai, como a vergonha, o medo, a humilhação além da mudança de comportamento de alguns deles, que optaram pelo isolamento social.

As mulheres que sofrem violências dos companheiros têm sua saúde comprometida em todas as dimensões, destacando-se uma maior incidência de problemas relacionados à cefaleia, distúrbios gastrointestinais, aumento nas taxas de suicídio e de depressão, perda da autoestima e sofrimento psíquico (VIEIRA et al., 2014). Identificou-se que as mulheres desta pesquisa apresentaram também sintomas decorrentes da violência sofrida e da sobrecarga em cuidar do companheiro alcoolista, a exemplo dos sinais de ansiedade e depressão, da reclusão

social, perda do ânimo para realizar atividades antes prazerosas e do interesse pelo autocuidado resultando em baixa autoestima, além da codependência.

Neste sentido, observa-se que os fenômenos da violência e do consumo abusivo de álcool provocam diversos danos à saúde dos membros das famílias, na ordem social, psíquica, econômica e fragiliza as relações entre os membros. Ressalta-se a importância de reconhecer a necessidade de articulações entre os diversos setores, como o da saúde, educação, segurança pública, assistência social a fim de elaborar políticas públicas que contemplem a complexidade dos fenômenos do consumo abusivo de álcool e da violência familiar. Sugere-se ainda que a integralidade no cuidado e as questões de gênero sejam incorporadas como referências na formação dos profissionais que atendem a esses grupos populacionais (VIEIRA, *et. al.*, 2014).

## Conclusão

Compreende-se, portanto, que o fenômeno da violência nas relações familiares de homens alcoolistas desenvolve repercussões significativas para os demais membros do núcleo familiar, como esposas e filhos. Aponta-se, então, a necessidade do fortalecimento das políticas públicas com foco nos alcoolistas e em seus familiares ampliando o cuidado integral e integrando a dinâmica familiar no processo de tratamento à dependência. Além do estabelecimento de estratégias nas diferentes atenções, que possibilitem a identificação de famílias em situação de violência, promovendo o cuidado e o reconhecimento das vulnerabilidades vivenciadas.

**Descritores:** Relações Familiares; Alcoolismo; Violência Doméstica.

**Eixo temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

## Referências

CARPANEZ, T. G.; LOURENCO, L. M.; BHONA, F. M. C. Violência entre parceiros íntimos e uso de álcool: estudo qualitativo com mulheres da cidade de Juiz de Fora - MG. **Pesquisa Prática Psicossociais**, São João Del-Rei, v. 14, n. 2, p. 1-18, jun. 2019. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082019000200012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082019000200012&lng=pt&nrm=iso). Acessos em: 06 nov. 2020.

CARVALHO, M. R. S. *et al.* Interface entre a violência conjugal e o consumo de álcool pelo companheiro. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 71, supl. 5, p. 2109-2115, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71672018001102109&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672018001102109&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 06 nov. 2020.

CUNHA, R. B. B. *et al.* O autor de violência incluído no atendimento de terapia de família: desconstruindo papéis, reconstruindo mundo. **Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, n. 41, p. 119-126, dez. 2011.

JUSTINO, Y. A. C.; NASCIMENTO, C. R. R. Relação entre pai e filho adolescente em famílias que vivenciaram a violência conjugal. **Revista Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 1, p. 92-109, jun.

2020. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702020000100008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702020000100008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 06 nov. 2020.

VIEIRA, L. B. *et al.* Abuso de álcool e drogas e violência contra as mulheres: denúncias de vividos. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 67, n. 3, p. 366-372, jun. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71672014000300366&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672014000300366&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 06 nov. 2020.



## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### PERFIL PSICOLÓGICO DE HOMENS QUE PRATICAM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Crisley Aiala Souza de Novaes<sup>1</sup>

Liz Stefany Moreira Santos<sup>2</sup>

Juliana Costa Machado<sup>3</sup>

Vanda Palmarella Rodrigues<sup>4</sup>

Roberta Laise Gomes Leite Morais<sup>5</sup>

Vilara Maria Mesquita Mendes Pires<sup>6</sup>

#### Introdução

A violência contra a mulher é caracterizada por atos violentos, praticados em locais públicos ou privados, em diversos contextos e tipos, podendo ser agressão física, psicológica ou moral. Apesar de quase sempre a violência ocorrer nos espaços familiares e por homens que exercem relação de poder sobre as vítimas, a violência não se restringe a isso (MADUREIRA, 2014).

A maior parte das mulheres que vivenciam essa violência por parte do seu parceiro optam por permanecer no convívio com ele, diante disso, ações de prevenção devem abranger tanto a mulher em situação de violência dando apoio psicológico, quanto o agressor, a fim de reabilitá-lo emocionalmente. A Lei Maria da Penha de 2006, além de considerar medidas de assistência e proteção às mulheres que sofreram essa violência e salientar a punição dos agressores, estabelece nos artigos 35 e 45 a possibilidade da criação de centros de educação de reabilitação de agressores e programas de recuperação e reeducação atuando na postura violenta dos agressores (LIMA, 2011).

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de Graduação em Fisioterapia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. Bolsista Voluntária de Iniciação Científica do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO) da UESB. E-mail: crisleysouza16@gmail.com.

<sup>2</sup>Acadêmica do Curso de Graduação em Fisioterapia da UESB. Membro do GPVIO.

<sup>3</sup>Enfermeira. Doutora em Ciências da Saúde. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB. Membro do GPVIO.

<sup>4</sup>Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB. Vice-coordenadora do PPGES. Líder do GPVIO.

<sup>5</sup>Enfermeira. Mestre em Enfermagem e Saúde. Docente do curso de Graduação em Enfermagem da UESB. Membro do GPVIO.

<sup>6</sup>Enfermeira. Doutora em Família na Sociedade Contemporânea. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB. Membro do GPVIO

O processo de socialização dos homens e exercício da masculinidade é baseado por atos violentos, de modo que, interfere diretamente na forma como homens se posicionam sobre diversos assuntos como saúde, corpo, emoções. Atos violentos são naturalizados pela sociedade em geral, e agir de forma violenta contra suas parceiras íntimas podem se configurar situações que, na cabeça desse homem, validam sua masculinidade (ALBUQUERQUE, 2013).

## **Objetivo**

O presente estudo tem o objetivo de conhecer o perfil psicológico de homens autores de violência doméstica.

## **Método**

Trata-se de uma revisão de literatura, realizada nas bases de dados Lilacs, Medline e portal Scielo. Foram utilizados os descritores Violência doméstica, Masculinidade e Violência Contra a Mulher, pertencentes aos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Utilizamos os operadores booleanos “OR” e “AND” no intuito de limitar os resultados da pesquisa, e o operador “NOT” para excluir artigos quais os temas não era o desejado. A seleção dos materiais foi feita a partir da leitura dos títulos e resumos e, posteriormente, a leitura dos artigos completos.

Como critérios de inclusão foram utilizados os artigos que abordam o perfil psicológico dos agressores, em língua portuguesa e inglesa, publicados entre 2011 e 2020. Os critérios de exclusão foram artigos repetidos, que não atendiam ao tema pesquisado, e que não constam no ano de publicação de 2011 a 2020, monografias, dissertações e teses. Em seguida, os artigos foram agrupados por temáticas comuns, e os dados foram analisados utilizando o método de Análise de Conteúdo de Bardin.

## **Resultados/Discussão**

Foi observado que as produções científicas sobre o perfil psicológico de homens que praticam violência doméstica, ainda são poucas. Desse modo, foram encontrados 32 artigos e, posteriormente, selecionados 6 artigos que atendiam aos critérios de inclusão e exclusão e abordavam sobre o perfil psicológico de homens autores de violência doméstica.

Mediante a análise dos artigos verificou-se que uma boa parte dos agressores referem já ter sofrido algum tipo de violência, sendo a violência psicológica mais recorrente, seguida da física e sexual. Com isso, foi possível constatar uma significativa associação, em uma boa parte dos homens que procuraram serviço de saúde, entre a presença de queixas psicológicas e o sofrer violência, sendo exposto que o sofrimento mental pode ser atribuído à violência, seja ela física e/ou sexual rotineira (SCHRAIBER, 2012; MENDONÇA, 2020).

Além disso, os resultados dos estudos mostraram que a depressão, o nervosismo, ansiedade, raiva e distúrbios do sono são os principais tipos de queixas e diagnósticos psicológicos associados à violência sofrida e que episódios de violências repetidos são capazes de causar maiores efeitos sobre a saúde mental do que substâncias psicoativas (ALBUQUERQUE, 2013; MADUREIRA, 2014).

Em relação aos autores das agressões relacionadas ao homem, nota-se que colegas de trabalho, conhecidos e estranhos são os três principais praticantes da violência em sua forma

psicológica. Na forma física, aparecem como agressores prevalentes os familiares e estranhos, nesta ordem. E, com relação entre sofrer e perpetuar violências, revelou-se que a grande maioria dos casos são de violências perpetradas, havendo, desse modo, uma associação dos tipos de violência com a “violência testemunhada na infância” (SCHRAIBER, 2012; BARROS, 2017).

Ademais, em alguns artigos é possível perceber também como a prática de atos violentos é presente no processo de socialização dos homens, e como são utilizadas erroneamente para legitimar sua masculinidade, sendo que a naturalização desses atos pode ser danosa, principalmente, à saúde mental desse homem e gerar uma validação para cometer atos violentos com outras pessoas, inclusive suas parceiras (LIMA, 2011).

## **Conclusão**

Os achados destacaram que uma boa parte de homens autores de violência demonstraram estar expostos anteriormente às situações violentas, seja no convívio familiar e/ou no ambiente de trabalho, sendo as violências psicológicas, físicas e sexuais os tipos mais recorrentes, e a partir disso são frequentemente acometidos por distúrbios do sono, ansiedade, nervosismo/irritabilidade e depressão.

Foi evidenciado ainda, que a presença desses atos no processo de socialização e construção da masculinidade interferem na saúde mental do indivíduo, podendo levar a perpetrar esses tipos de violência com as pessoas ao seu redor. Dessa forma, é essencial não naturalizar o desenvolvimento e a construção da masculinidade dos homens baseados em atos violentos em suas diversas formas.

Assim, ressalta-se a importância de discutir a violência contra a mulher, mas também trazer para discussão a pessoa do agressor, entendendo que desse modo, poderá favorecer para elaboração de políticas de atenção e estratégias de prevenção, podendo ser desenvolvidas nas redes de atendimento e enfrentamento, mediante à implementação de ações educativas com grupos de homens autores de violência, na perspectiva de promover discussões sobre a violência doméstica, resolução de conflitos, cultura de paz e igualdade de gênero, possibilitando, assim, que permaneçam no convívio familiar, porém, livres da violência.

**Descritores:** Violência Doméstica; Masculinidade; Violência Contra a Mulher; Violência.

**Eixo temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

## **Referências**

ALBUQUERQUE, F. P.; BARROS, C. R. S.; SCHRAIBER, L. B. Violência e sofrimento mental em homens na atenção primária à saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 47, p. 531-539, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsp/v47n3/0034-8910-rsp-47-03-0531.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, C. R. S.; SCHRAIBER, L. B. Violência por parceiro íntimo no relato de mulheres e de homens usuários de unidades básicas. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 51, p. 7,

2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/pdf/rsp/v51/pt\\_0034-8910-rsp-S1518-87872017051006385.pdf](https://www.scielo.br/pdf/rsp/v51/pt_0034-8910-rsp-S1518-87872017051006385.pdf). Acesso em: 27 out. 2020.

LIMA, D. C.; BÜCHELE, F. Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 721-743, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/physis/v21n2/a20v21n2.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

MADUREIRA, A. B. *et al.* Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento. **Escola Anna Nery Revista De Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 600-606, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ean/v18n4/1414-8145-ean-18-04-0600.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

MENDONÇA, C. S. *et al.* Violência na Atenção Primária em Saúde no Brasil: uma revisão integrativa da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 2247-2257, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v25n6/1413-8123-csc-25-06-2247.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

SCHRAIBER, L. B. *et al.* Homens, masculinidade e violência: estudo em serviços de atenção primária à saúde. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 790-803, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbepid/v15n4/11.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.





**GPVIO**

GRUPO DE PESQUISA  
VIOLÊNCIA, SAÚDE E CULTURA DE PAZ



**VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR**

Uma violação dos Direitos Humanos

## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA O IDOSO EM TEMPO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL

Bianca Oliveira Souza Martins<sup>1</sup>

Ingrid Santos Farias<sup>2</sup>

Ninalva de Andrade Santos<sup>3</sup>

#### Introdução

Nas últimas décadas passamos a vivenciar importante mudança no perfil demográfico da população brasileira caracterizada, sobretudo, pelo aumento da expectativa de vida, cujo reflexo se vislumbra no crescente número de pessoas idosas. Do ponto de vista cronológico, considera-se pessoa idosa, segundo o disposto no estatuto do idoso, a partir dos 60 anos de idade. Neste contexto, há de se considerar que o processo de envelhecimento traz consigo importantes alterações físicas e psíquicas resultantes do déficit cognitivo e limitações neurais comuns nesta fase do ciclo vital com conseqüente aumento da vulnerabilidade da pessoa idosa para a dependência de cuidados e/ou de suporte financeiro, constituindo-se fatores que engendram diversos casos de violência contra o idoso (SANTOS, 2020).

A violência pode ser definida como sendo o uso da força ou poder, que pode ocorrer de forma única ou repetitiva, contra a própria pessoa ou contra um indivíduo, grupos ou comunidade. As diversas formas de violência podem ser classificadas em: física, sexual, financeira, psicológica, patrimonial, moral, negligência ou autonegligência. O fenômeno da violência contra o idoso constitui importante problema de saúde pública cuja magnitude e transcendência requer medidas urgentes de prevenção e controle (SANTOS, 2020).

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. E-mail: biancamartins9991@gmail.com

<sup>2</sup>Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. Bolsista de Iniciação Científica da UESB.

<sup>3</sup>Enfermeira. Doutora em Enfermagem pela UFBA. Docente, Prof<sup>a</sup> Adjunta do Departamento de Saúde - DS II UESB - Campus de Jequié.

Notadamente, quando analisamos os casos de agressões contra o idoso a violência física é reconhecida mais frequentemente. Seguidamente, estes atos se refletem através do abandono e negligência, afetando involuntariamente o psicológico das vítimas. Estas ocorrências desnudam a lacuna entre o disposto no Estatuto do Idoso que contempla medidas de amparo a este grupo populacional, responsabilizando a família para o devido cuidado, com a negligência que ocorre na atenção prestada pelos seus cuidadores, em geral os filhos os quais são despreparados para práticas de cuidado que atendam às necessidades básicas dos idosos fatos que requerem tempo e maturidade psicológica. Essa realidade guarda estrita relação com o grau de dependência do idoso pois, quando maior for esta mais o cuidador vivenciará situações de sobrecarga e estresse (RODRIGUES, 2016).

Nesta perspectiva, a violência contra o idoso no contexto da pandemia que ora vivenciamos passa a ser motivo de preocupação. No decorrer deste ano, o distanciamento social associado à implementação de medidas de higiene passaram a ser as condutas mais indicadas para evitar a infecção pelo SARS-CoV-2/Covid-19 e/ou para controlar a cadeia de transmissibilidade do patógeno. Dentre os inúmeros desfechos do distanciamento social daremos destaque à sobrecarga de atividades domiciliares que passou a ser comum na maioria dos lares, sendo este um dos pilares para o aumento de vários tipos de violência, inclusive contra os idosos. Essas ocorrências são consideradas eventos de alta complexidade por conta da frequência, por ser silenciosa e de difícil identificação dada a aproximação da vítima com o agressor, por medo do abandono, pela dependência de cuidados ou dependência financeira (MORAES et al, 2020).

A importância de estudos que evidenciem de forma mais transparente essa realidade motiva a realização de estudos científicos sobre a problemática de modo que as vozes silenciadas possam eclodir suscitando medidas de minimização da problemática.

## **Objetivo**

Identificar fatores relacionados com a ocorrência da Violência Intrafamiliar contra o Idoso em tempo de distanciamento social.

## **Métodos**

Trata-se de revisão integrativa da literatura realizada no mês de novembro de 2020. Foram consultadas as bases científicas eletrônicas Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), utilizando-se os descritores: "Violência" and "Idoso" and "Coronavírus" and "Isolamento social". Foram critérios de inclusão: textos completos disponíveis em português e com publicações entre os anos 2016 a 2020.

A aplicação dos critérios de inclusão permitiu identificação inicial de 8 artigos, dentre os quais, após leitura criteriosa dos resumos, selecionou-se 5 artigos com conteúdos considerados adequados à temática. Em seguida, procedeu-se à leitura e discussão dos temas principais: práticas de violência contra o idoso, fatores de vulnerabilidade do idoso a violência em tempos de infecção pelo Covid-19 na fase de distanciamento social e necessidade de capacitação dos profissionais de saúde para a prevenção e combate à violência contra o Idoso.

## **Resultados/discussão**

Evidenciou-se nos artigos selecionados que a maior vulnerabilidade dos idosos as ocorrências de violências estão relacionadas com o morar sozinho, conviver com familiares

onde sejam constantes situações conflituosas, ser portador de transtorno mental, possuir dependência para realizar as atividades de vida diária, bem como, histórico de alcoolismo. Os autores chamam atenção para a relação entre a prevalência de essas ocorrências com baixo poder aquisitivo e pouca escolaridade (SANTOS, 2020).

A questão de gênero que influenciam as idosas, do sexo feminino, a se manterem maior tempo no ambiente doméstico contribui para que os casos de violência tenham como agressores o parceiro, outros membros da família ou pessoas com as quais exista relação de aproximação habitual. Por outro lado, os homens sofrem mais agressões físicas por pessoas desconhecidas ou não familiar (ANDRADE et al, 2017).

Destarte que histórico de relacionamento familiares conflituosos, falta de diálogo, vínculos fragilizados entre os filhos e os pais idosos são fatores a serem ponderados na vulnerabilidade de ocorrência dos diversos tipos de violência (RODRIGUES, 2016). Neste momento de pandemia, requer consideração, também, a crise financeira que tem impactado de forma negativa o cotidiano da população em geral sendo motivo de estresse, expectativas diversas de medo, ansiedade e, sobretudo, maiores possibilidade de ocorrências de casos de violências contra pessoas que apresentam maior vulnerabilidade a exemplo dos idosos (CAMARANO, 2020).

Tratando-se da saúde física, devemos considerar que a imunossenescência acarretou maiores probabilidades de contágio pelo Covid-19, agravamento de patologias pré-existentes ou aumentou a predisposição para outros agravos. Por outro lado, remete a reflexão que o distanciamento social tenha ocasionado déficit no tratamento de doenças crônicas pré-existentes pela limitação de acesso aos serviços de saúde. A saúde mental também pode ser afetada durante esse período, pois podem desenvolver depressão e sentimentos de solidão, tristeza, ansiedade e medo, contribuindo para as práticas crescentes de violência intrafamiliar na pandemia porque essas ocorrências aumentam a dependência do idoso exigindo maior atenção de seus cuidadores (MORAES et al, 2020).

A violência financeira contra o idoso foi a mais evidente neste período de distanciamento social dado que sua renda passou a ser o sustento de toda a família. No entanto, a exata dimensão dessa realidade é obscura pela dificuldade na obtenção de dados fidedignos. A situação da maioria dos idosos em nosso país é crítica pois os que vivem com familiares podem ser vítimas de violência por parte dos seus cuidadores e os que vivem só podem ser vítimas de negligências relacionadas com a falta de cuidado para consigo, com o domicílio e na contribuição para resolução dos vários problemas do cotidiano (MORAES et al, 2020).

## **Conclusão**

O estudo possibilitou evidenciar os fatores de vulnerabilidade do idoso para as ocorrências de violência intrafamiliar em tempo de distanciamento social, bem como, para a frequência dessas ocorrências ao tempo que foi destacado a subnotificação como fator que impacta negativamente o conhecimento da realidade vivenciada pelos idosos.

O fato de as ocorrências dos casos de violência contra os idosos acontecerem, em sua maioria, no domicílio e serem praticadas por familiares ou cuidadores dificulta a identificação dos casos e, obviamente, a implementação de medidas de prevenção, controle e punição dos agressores.

Entretanto, embora seja difícil a identificação da totalidade dos casos de violência contra os idosos a sociedade, em geral, tem conhecimento de que estes tipos de maus-tratos

acontecem frequentemente, fato que suscita a implementação de políticas públicas de minimização da problemática.

Ademais, considerando serem as Unidades Básicas de Saúde a porta de entrada das pessoas idosas no sistema é salutar que os profissionais de saúde estejam alertas para possíveis indícios de violência física ou psicológica que o idoso possa estar sendo vítima para que sejam feitos os devidos encaminhamentos.

O estudo apresentou como limitação o pequeno número de artigos relacionados à temática disponíveis no momento da coleta dos dados.

**Descritores:** Violência. Idoso; Isolamento social; Coronavírus.

**Eixo Temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

### **Referências:**

ANDRADE, F. M. D. *et al.* Perfil dos atendimentos por violência contra idosos em serviços de urgência e emergência: análise do VIVA Inquérito 2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 23, 2020.

CAMARANO, A. O. S. Dependentes da renda dos idosos e o coronavírus: órfãos ou novos pobres?, **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 4169-4176, 2020.

MORAES, C. L. *et al.* Violência contra idosos durante a pandemia de Covid-19 no Brasil: contribuições para seu enfrentamento, **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 4177-4184, 2020.

RODRIGUES, N. F. Violência contra o idoso: Uma discussão sobre o papel do cuidador. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v.19, n. 2, p. 107-119, 2016.

SANTOS, M. A. B. *et al.* Fatores associados à violência contra o idoso: uma revisão sistemática da literatura, **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 6, p. 2153-2175, 2020.



**GPVIO**

GRUPO DE PESQUISA  
VIOLÊNCIA, SAÚDE E CULTURA DE PAZ



**VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR**

Uma violação dos Direitos Humanos

## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA E SUAS REPERCUSSÕES | À SAÚDE

Cristian Lucas dos Santos Bezerra<sup>1</sup>

Sthefanie de Souza Alcantara<sup>2</sup>

Gleice Moura Silva<sup>3</sup>

Paloma Dias Duarte<sup>4</sup>

Iago Prina Rocha<sup>5</sup>

Norma Lopes de Magalhães Velasco Bastos<sup>6</sup>

#### Introdução

No contexto brasileiro e mundial a população idosa tem crescido gradualmente tornando-se uma nova realidade nas estatísticas sócio demográficas. Durante toda a história da humanidade a população idosa nunca teve uma expectativa de vida tão significativa. Essa nova situação no contexto epidemiológico tem se tornado um divisor de águas nas políticas públicas, nas mais diversas ciências e principalmente na gestão de saúde na velhice (OLIVEIRA, 2013).

O Brasil, assim como outros países que estão em desenvolvimento tem vivenciando uma nova realidade no que tange a expectativa de vida das pessoas, cujo processo de envelhecimento da população tornou-se um dos grandes desafios do século. Esse cenário torna-se preocupante somado às desigualdades sociais vividas pela população em geral, o preconceito, discriminação e o desrespeito à pessoa idosa (OLIVEIRA, 2013).

O processo do envelhecimento traz alguns estigmas e tabus indagáveis a cultura moderna, dentre eles a de incapacidade funcional e social da pessoa idosa, reduzindo-a a uma espécie de ônus para os seus responsáveis, o que o leva a certas situações de exclusão familiar e social, e à violência intrafamiliar (MACHADO, 2014).

<sup>1</sup>Acadêmico do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), E-mail: bezerracristian8@gmail.com

<sup>2</sup>Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB – Campus de Jequié.

<sup>3</sup>Enfermeira, Bacharel em Enfermagem e Obstetrícia, pela UESB - Campus Jequié.

<sup>4</sup>Enfermeira, Bacharel em Enfermagem e Obstetrícia, pela UESB - Campus Jequié.

<sup>5</sup>Enfermeiro, Bacharel em Enfermagem e Obstetrícia, pela UESB - Campus Jequié. Pós Graduando em Enfermagem Obstétrica.

<sup>6</sup>Enfermeira, Docente da UESB.

O envelhecimento da população tornou-se uma realidade mundial e, no Brasil, este evento ocorre de maneira acelerada, incorrendo em necessidades de saúde e problemas nas políticas públicas, que traz repercussões nas esferas sociais e de saúde pública. Dentre os problemas relacionados ao envelhecimento a violência contra os idosos, que pode atingir qualquer nível social, ocasionando distúrbios emocionais, isolamento, sentimento de culpa e negação, traumas físicos e até mesmo óbitos. Nesse sentido, os maus-tratos contra idosos podem estar relacionados há abusos físicos, psicológicos, sexuais, abandono, negligência, abuso financeiro e até mesmo a autonegligência (FAUSTINO, 2014).

## **Objetivo**

Discutir sobre a violência contra o idoso e sua repercussão na saúde desses indivíduos.

## **Metodologia**

Trata-se de uma revisão de literatura, diante da perspectiva discursiva sobre violência psicológica contra o idoso, a revisão de literatura consistiu em buscar compreender sua repercussão na saúde desses sujeitos.

Para o levantamento da literatura, foram consultadas as bases científicas eletrônicas, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados de Enfermagem (BDÉnf), Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), utilizando-se dos descritores: violência *and* idosos *and* políticas públicas.

Identificou-se 213 estudos nas quatro bases de dados pesquisadas. Em seguida os estudos identificados foram pré-selecionados por meio da leitura do título, resumo, palavras-chave ou descritores e ano de publicação. Excluiu-se os duplicados e aqueles que não atenderam aos critérios de inclusão, que seriam idiomas português, recorte temporal de 2012 a 2015. Excluíram-se editoriais, relatórios de gestão, cartas, artigos de opinião, comentários, resumos de anais, ensaios, dossiês, livros e artigos que não atendessem o objetivo desta revisão.

Após utilização dos critérios de inclusão e exclusão, totalizaram 43 artigos. Depois de identificados, os artigos foram lidos por completo, excluindo então aqueles que não atenderam aos critérios estabelecidos para a pesquisa, compondo 5 artigos no final da leitura e avaliação.

## **Resultados**

Os idosos são o grupo etário que estão vulneráveis aos diferentes tipos de violência, sendo ela física e/ou verbal, não somente dentro do grupo familiar, mas, também em Instituições de Longa Permanência através de maus tratos, abandono, discriminação e até mesmo isolamento. Consequentemente destaca-se pouca divulgação dos direitos aos idosos presentes na constituição do país e, também a ausência de serviços públicos especializados e específicos para idosos, com prioridade para o atendimento desse grupo (REIS, 2014).

Conceitua-se como violência contra o idoso toda e qualquer ação ou omissão que prejudique o bem-estar físico e/ou mental, bem como danos que acometam a integridade física e psicológica, ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um indivíduo. Essa violência pode ser cometida dentro ou fora de casa, por um membro ou não da família que esteja em relação de poder com a pessoa agredida (FAUSTINO, 2014).

É importante conhecer os fatores de risco para ocorrência da violência, visto que possibilita identificar precocemente os idosos que vivenciam ou vivenciaram esse agravo e/ou prevenir que tal situação aconteça no âmbito doméstico ou social. Nesse contexto os profissionais de saúde têm papel relevante no enfrentamento da violência, pois atuam tanto na prevenção e identificação precoce dos indivíduos violentados, quanto no tratamento e cuidado ao idoso vitimado (REIS, 2014).

Vale salientar que a equipe de saúde precisa conhecer o que a literatura aborda sobre as repercussões da violência na vida dos idosos pois estão inseridos em um modelo de atenção à saúde que privilegia e possibilita a assistência nesse contexto (OLIVEIRA, 2013).

Existem vários tipos de violência relacionadas a pessoa idosa. Sendo eles, a violência física, psicológica, sexual e financeira. O abuso físico ou maus-tratos físicos correspondem ao uso de força física contra o idoso; o abuso ou maus-tratos psicológicos envolve agressões verbais ou gestuais; o abuso financeiro retrata a exploração imprópria ou ilegal e/ou uso não consentido dos recursos financeiros de um idoso, e o abuso sexual consiste no ato ou jogo sexual, destinado a estimular a vítima ou utilizá-la para obter excitação sexual e práticas erótico-sexuais (ABATH, 2012).

É considerado também como violência contra a pessoa idosa a negligência que seria a recusa, omissão ou fracasso por parte do responsável no cuidado com a vítima; a autonegligência que é a negação ou fracasso de prover a si mesma cuidado adequado e; o abandono que seria a ausência, por parte do responsável, de assistência necessária ao idoso, a quem caberia prover custódia física e cuidado (ABATH, 2012).

## Conclusão

A violência tornou-se de maneira intrínseca um objeto da vida social, frutos do resultado das relações de conflitos e poder que se encontram atreladas a produção social. Tornando-se portanto, um agravo a saúde por ocasionar lesões e/ou traumas físicos, emocionais e até mesmo a morte aos indivíduos que as sofrem. Considerando a complexidade e as multifaces da violência e suas consequências para a saúde do idoso, faz-se necessário enfatizar a necessidade de ações para o enfrentamento desse fenômeno.

**Descritores:** Violência; Idosos; Políticas Públicas.

**Eixo Temático 1:** A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

## Referências

ABATH, M. B. *et al.* Fatores associados à violência doméstica contra a pessoa idosa. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, pp.305-314, 2012.

OLIVEIRA, A. A. V. *et al.* Maus-tratos a idosos: revisão integrativa da literatura. **Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, DF**, v. 66, n. 1, pp. 128-133, 2013.

FAUSTINO, A. M. *et al.* Capacidade funcional e situações de violência em idosos. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 27, n. 5, pp.392-398, 2014.

MACHADO, J. C. *et al.* Violência intrafamiliar e as estratégias de atuação da equipe de Saúde da Família. **Saúde & Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 3, jul./set. 2014.

REIS, L. A. *et al.* Expressão da violência intrafamiliar contra idosos. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 27, n. 5, pp.434-439, 2014.





**GPVIO**

GRUPO DE PESQUISA  
VIOLÊNCIA, SAÚDE E CULTURA DE PAZ



**VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR**

Uma violação dos Direitos Humanos

## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### IMPLICAÇÕES DO TRABALHO EM EQUIPE PARA AS PRÁTICAS DE CUIDADO DO ENFERMEIRO

Flavia Pedro dos Anjos Santos<sup>1</sup>  
Vanda Palmarella Rodrigues<sup>2</sup>  
Denise Elen Costa Reis<sup>3</sup>  
Tatiana Almeida Couto<sup>4</sup>  
Sonia Acioli<sup>5</sup>

#### Introdução

No cenário brasileiro, as políticas públicas de saúde implementadas ao longo da trajetória do Sistema Único de Saúde (SUS) têm buscado assegurar o direito à saúde inerente a todo cidadão, conforme preconizado pela Constituição Federal (AQUINO et al., 2014; BRASIL, 1988). Entretanto, somente a partir dos anos 1990, com a criação da Estratégia Saúde da Família (ESF), foi formulada uma política de abrangência nacional que viabilizasse a reorganização do sistema de saúde com enfoque nas ações de prevenção e promoção da saúde desenvolvidas por meio do trabalho em equipe (AQUINO et al., 2014).

Entre os profissionais que atuam na ESF destaca-se que o enfermeiro possui competência técnico-científica para o desenvolvimento de práticas de cuidado assistenciais, gerenciais e educativas, de cunho individual e coletivo, na unidade de saúde, domicílio e comunidade, de modo articulado com os demais profissionais que compõe a equipe de saúde.

Embora o enfermeiro esteja protagonizando o cuidado na ESF há a necessidade de investimentos em um trabalho integrador e integrado com a equipe a partir da interface com os demais profissionais da equipe, de modo a buscar alternativas que contribuam para a qualidade do cuidado (SILVA; ASSIS; SANTOS, 2017).

<sup>1</sup>Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do curso de graduação em enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: fpasantos@uesb.edu.br

<sup>2</sup>Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do curso de graduação em enfermagem e do Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde (PPGES) da UESB.

<sup>3</sup>Enfermeira pela UESB.

<sup>4</sup>Enfermeira. Discente de Doutorado do PPGES/UESB. Coordenadora e docente do curso de graduação em enfermagem da Faculdade de Ciências e Empreendedorismo (FACEMP).

<sup>5</sup>Enfermeira. Doutora em Saúde Coletiva. Docente do curso de graduação em enfermagem e do Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Nessa direção, o compartilhamento de saberes e responsabilidades entre os profissionais da equipe pressupõe o comprometimento destes atores para contribuir tanto na resolutividade das necessidades de saúde apresentadas pelos usuários, como na melhoria das condições de trabalho dos profissionais que atuam na ESF, inclusive o enfermeiro.

### **Objetivo**

Discutir as implicações do trabalho em equipe para as práticas de cuidado do enfermeiro que atua na ESF.

### **Métodos**

Trata-se de um estudo qualitativo realizado com 15 enfermeiros que atuam na ESF de um município do interior da Bahia, utilizando-se o critério de inclusão de possuir o tempo mínimo de três meses de atuação na ESF, em virtude da constante rotatividade destes profissionais no município pesquisado.

A coleta de dados ocorreu por meio de entrevista semiestruturada, com a duração média de 50 minutos, no período de julho a dezembro de 2017 e as informações provenientes das entrevistas foram analisadas por meio da hermenêutica filosófica (GADAMER, 1997).

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Independente do Nordeste sob parecer nº 1.968.255 e CAEE 65365317.1.0000.5578, e a participação dos enfermeiros ocorreu de forma voluntária após terem lido e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

### **Resultados/discussão**

O estudo identificou que em algumas unidades da ESF há o envolvimento dos membros que compõem a equipe no planejamento e execução das atividades educativas e das visitas domiciliares, sobretudo dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), técnicos de enfermagem, cirurgião-dentista e técnicos administrativos.

Os enfermeiros, participantes do estudo, referiram que este envolvimento gera diminuição da sua sobrecarga de trabalho, tendo em vista que no momento da coleta de dados dessa pesquisa estes profissionais desenvolviam práticas gerenciais e assistenciais, ocasionando um número elevado de atribuições e responsabilidades que poderiam ser compartilhadas com outros membros da equipe.

Além disso, alguns enfermeiros relataram que ao serem inseridos em uma equipe da ESF, foram acolhidos pelos profissionais que já atuavam na equipe, principalmente pelos técnicos de enfermagem que os auxiliaram com sua experiência e orientações, fato que contribuiu significativamente para o desenvolvimento de suas práticas de cuidado na Unidade de Saúde da Família (USF).

Os enfermeiros também referiram que os ACS desenvolvem um relevante trabalho na identificação das necessidades de saúde da comunidade, especialmente na prevenção de doenças. Entretanto, foram identificadas fragilidades na atuação de alguns ACS, em virtude da falta da realização de visitas aos usuários e da pouca valorização da escuta e acolhimento na realização das visitas domiciliares.

No estudo foi possível identificar que há diferentes vivências sobre o trabalho em equipe desenvolvido pelos profissionais que atuam na ESF do município pesquisado, pois alguns enfermeiros relataram que no cotidiano de suas práticas há o comprometimento,

união e bom relacionamento entre os membros da equipe. Em contrapartida, outros enfermeiros apontaram a falta de interação entre os membros da equipe, principalmente por parte do médico, considerando que este profissional se restringe a rotina de atender em consultório, sem envolvimento com as demais atividades realizadas na unidade, sobretudo nas atividades educativas e nas reuniões da equipe, fato que gera descontentamento aos demais membros da equipe e fragilização das atividades desenvolvidas pelos profissionais que atuam na ESF.

Também foi relatado que alguns membros da equipe não têm realizado práticas norteadas pelo acolhimento aos usuários e não são receptivos à implementação do acolhimento com classificação de risco proposto pelo enfermeiro que coordena a equipe da ESF e regulamentado pelo Ministério da Saúde.

Um dos entrevistados pareceu demonstrar uma visão reducionista sobre a atuação dos profissionais que atuam na ESF ao referir que tanto os profissionais concursados como os contratados poderiam ser remanejados para outra USF, sem o diálogo prévio entre a gestão municipal e os membros da equipe. Tal afirmação não corresponde aos princípios estruturantes da ESF, que prima pelo estabelecimento de vínculo entre os membros da equipe e usuários com valorização do diálogo e da escuta sensível para a tomada de decisão (BRASIL, 1997).

Ademais, este relato parece evidenciar traços da Política Nacional de Atenção Básica instituída em 2017, que a partir da flexibilização da composição e organização das equipes da ESF (BRASIL, 2017), favorece a rotatividade dos profissionais, precarização das condições de trabalho e fragilização do vínculo e do trabalho em equipe.

## Conclusões

O estudo evidenciou que o trabalho em equipe na ESF do município pesquisado tem proporcionado repercussões nas práticas de cuidado do enfermeiro de acordo com o envolvimento dos demais profissionais que atuam nestas equipes, não havendo uma uniformidade nas relações que são estabelecidas no cotidiano do trabalho, ainda que existam protocolos ministeriais que norteiam as atribuições de cada profissional que atua na ESF.

Assim, foi possível identificar que o modo de fazer saúde de outros profissionais da equipe da ESF interfere significativamente nas práticas de cuidado do enfermeiro aos usuários, pois a singularidade que cada profissional possui, a partir de sua subjetividade, vivências, compromisso ético e formação profissional, pode ocasionar ou não um ambiente de trabalho mais dialógico, harmônico e coparticipativo entre os profissionais.

Tais circunstâncias denotam a necessidade de se investir na formação de profissionais críticos, humanizados e comprometidos com a defesa da vida, além de se envidar esforços para a construção de políticas públicas de saúde que assegure melhores condições de trabalho, com reafirmação da corresponsabilidade de todos os profissionais que atuam nas equipes da ESF.

**Descritores:** Sistema Único de Saúde; Estratégia Saúde da Família; Enfermagem; Equipe de saúde.

**Eixo Temático 2:** As práticas de cuidado no contexto do Sistema Único de Saúde.

## Referências

AQUINO, R. *et al.* Estratégia Saúde da Família e reordenamento do sistema de serviços de saúde. *In*: PAIM, Jairnilson Silva; ALMEIDA-FILHO, Naomar de (org.). **Saúde Coletiva: teoria e prática**. 1. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2014. 353-371 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Coordenação de Saúde da Comunidade. **Saúde da Família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial**. Brasília: Ministério da Saúde, 1997.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 08 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 183, p. 68, 21 set. 2017.

SILVA, S. S.; ASSIS, M. M. A.; SANTOS, A. M. Enfermeira como protagonista do gerenciamento do cuidado na Estratégia Saúde da Família: diferentes olhares analisadores. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, SC, v. 26, n. 3, p. 1-9, ago.2017.



**GPVIO**

GRUPO DE PESQUISA  
VIOLÊNCIA, SAÚDE E CULTURA DE PAZ



**VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR**

Uma violação dos Direitos Humanos

## V ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Jequié, 9, 10 e 11 de dezembro de 2020

### SOCIALIZAÇÃO DE PESQUISA COMO INSTRUMENTO DE REFLEXÃO PARA AS PRÁTICAS DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Flavia Pedro dos Anjos Santos<sup>1</sup>

Vanda Palmarella Rodrigues<sup>2</sup>

Tatiana Almeida Couto<sup>3</sup>

Moema Santos Souza<sup>4</sup>

Juliana Costa Machado<sup>5</sup>

Denise Elen Costa Reis<sup>6</sup>

#### Introdução

No contexto da saúde brasileira, a democratização da tomada de decisão perpassa pela construção de processos participativos tanto no âmbito da gestão dos serviços como na pesquisa em saúde. Entretanto, ainda existem lacunas entre a produção e a utilização das investigações realizadas nos serviços públicos de saúde, fato que restringe seu potencial de impulsionar mudanças na atenção em saúde (MORAIS et al., 2018).

A Estratégia Saúde da Família (ESF) tem se configurado em espaço primordial para o desenvolvimento de pesquisas, em decorrência de seu caráter reorganizador do sistema de saúde por meio da busca da inversão da lógica curativista para as ações de prevenção e promoção da saúde, protagonizada pela atuação de diferentes profissionais e da participação efetiva dos usuários (MORAIS et al., 2018; AQUINO et al., 2014).

Em contrapartida, estudos realizados com os profissionais da equipe da ESF demonstram que suas práticas têm sido permeadas pela falta de escuta e diálogo entre profissionais e usuários, em relação às demandas trazidas pelos usuários, dificultando o acesso dos mesmos aos serviços de saúde (AMORIM et al., 2014; COUTINHO; BARBIERI; SANTOS, 2015).

<sup>1</sup>Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do curso de graduação em enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: fpasantos@uesb.edu.br

<sup>2</sup>Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do curso de graduação em enfermagem e do Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde (PPGES) da UESB.

<sup>3</sup>Enfermeira. Discente de Doutorado do PPGES/UESB. Coordenadora e docente do curso de graduação em enfermagem da Faculdade de Ciências e Empreendedorismo (FACEMP).

<sup>4</sup>Enfermeira. Discente de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

<sup>5</sup>Enfermeira. Doutora em Ciências da Saúde. Docente do curso de graduação em enfermagem da UESB.

<sup>6</sup>Enfermeira pela UESB.

Assim, o desenvolvimento de pesquisas com usuários no âmbito da ESF pode dar visibilidade a demandas e necessidades de saúde dos usuários, que por vezes não são percebidas no cotidiano das unidades de saúde, possibilitando elaborar estratégias que melhor direcionem as práticas de cuidado dos profissionais que atuam nas equipes da ESF.

## **Objetivo**

Relatar a experiência do processo de socialização com os profissionais das equipes da ESF sobre os resultados de uma pesquisa realizada com usuários.

## **Descrição da experiência**

Relato de experiência do processo devolutivo dos resultados do projeto de pesquisa intitulado “Entendimento de usuários sobre o cuidado produzido por enfermeiras das equipes de Saúde da Família”, cadastrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Este projeto de pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, sob o protocolo nº 301.069 e está vinculado ao Departamento de Saúde II da UESB. Os participantes da pesquisa foram 34 usuários das USF, sendo que os resultados encontrados sobre as práticas de cuidado de enfermeiras também geraram repercussões em relação aos outros profissionais das equipes da ESF.

Foi realizado um agendamento prévio com os coordenadores das Unidades de Saúde da Família (USF) para que os membros da equipe executora pudessem participar do momento inicial da reunião das equipes, visando apresentar os resultados da pesquisa de forma participativa, na estrutura de roda de conversa, para favorecer a discussão entre os membros da equipe executora do projeto e os profissionais da equipe da ESF.

Este processo devolutivo ocorreu no período de agosto a novembro de 2019, em 14 equipes da ESF de um município do interior baiano, com duração média de 50 minutos e participação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS), cirurgiões-dentistas, enfermeiros, médicos, técnicos administrativos, técnicos de enfermagem e técnicos de saúde bucal, totalizando 106 participantes.

## **Repercussões**

Foi possível identificar que há a premente necessidade da socialização dos achados dos estudos nos ambientes que se configuram em cenários de pesquisas, considerando que todos os profissionais relataram que nunca houve a apresentação dos resultados das pesquisas desenvolvidas nessas unidades. Estes relatos destacam a importância do compromisso social de os pesquisadores estabelecerem diálogo com os envolvidos direta ou indiretamente, de modo a reiterar que a realização de pesquisas não se constitui um fim em si mesmo, mas consiste em potente instrumento de reflexão e intervenção que pode impulsionar ações mais condizentes com a realidade vivenciada pelos participantes dos estudos.

Nesse sentido, os profissionais de saúde da ESF referiram que este momento de devolutiva possibilitou conhecer algumas potencialidades e limitações do cuidado produzido pela equipe, emergindo reflexões sobre a necessidade de maior articulação entre os profissionais da equipe, usuários, universidade e gestão municipal de saúde, sobretudo para a realização das ações de cunho educativo.

Em relação às práticas educativas, foram discutidas algumas estratégias que poderiam ser realizadas pelos membros da equipe no cotidiano de suas práticas, bem como outras ações em parceria com a equipe executora, a partir da realização da prática educativa nas salas de espera, nas visitas domiciliares e na formação de grupos direcionados a idosos, gestantes e adolescentes, sendo que aos membros da equipe executora poderiam contribuir dando suporte técnico-científico na organização das atividades educativas de grupo ou outras ações que a equipe julgasse pertinente.

Entre os profissionais que participaram do processo de socialização, destacam-se o enfermeiro e os ACS que faziam interlocução à medida que os resultados iam sendo apresentados, relacionando os achados da pesquisa com as práticas que realizavam junto aos usuários, sendo que os ACS também relacionaram estes achados com sua atuação profissional, fato que demonstrou que sua satisfação profissional também está relacionada ao atendimento das expectativas dos usuários, sobretudo no que se refere ao acolhimento dos demais profissionais da equipe e da resolução de suas necessidades de saúde.

Nesse sentido, foi discutido sobre a importância de o usuário se sentir acolhido ao adentrar à USF, tornando-se relevante que o acolhimento ocorra em todos os setores da unidade e que esta seja uma conduta de todos os membros da equipe, com destaque para os profissionais que atuam na recepção destas unidades.

No que se refere ao fluxo do trabalho nas unidades de saúde, a entrada e recepção do usuário se configuram em momentos privilegiados para o acolhimento, escuta, tomada de decisão e negociação, em decorrência de ser o primeiro contato do usuário com a unidade de saúde, sendo primordial minimizar as tensões que podem ocorrer, em virtude das expectativas e necessidades do usuário serem ou não atendidas (SANTOS; MISHIMA; MERHY, 2018).

Ao final de cada roda de conversa foi pactuado que os profissionais das equipes entrariam em contato com a equipe executora do projeto após se reunirem e delinear as ações que julgassem pertinentes a serem realizadas, porém não houve a continuidade do diálogo, fato que impactou fortemente para a falta de planejamento e implementação de ações articuladas entre a equipe executora e profissionais da ESF.

### **Considerações finais**

A experiência da socialização da pesquisa se configurou em uma oportunidade de fortalecimento de parceria entre a universidade e unidades de saúde, tendo em vista que as pesquisas permeadas pela apresentação e discussão de seus resultados podem impulsionar à ressignificação das práticas de cuidado dos profissionais de saúde.

Entretanto, durante o processo de socialização da pesquisa foram encontradas algumas limitações entre as quais se destacam a falta de envolvimento por parte de alguns profissionais das equipes, que às vezes não demonstravam interesse em participar das rodas de conversa ou participavam com pouco envolvimento nas discussões, por vezes, referindo que a alta rotatividade dos profissionais das equipes tem gerado descontinuidade das ações planejadas e, conseqüentemente, falta de estímulo à equipe.

Tais perspectivas necessitam de intervenções mais ampliadas que assegurem melhores condições de trabalho e apontam para a realização de estudos que discutam os efeitos da precarização do trabalho no cotidiano das práticas de cuidado destes profissionais, com posterior elaboração de estratégias que busquem a mudança deste cenário.

**Descritores:** Enfermagem; Estratégia Saúde da Família; Pesquisa sobre Serviços de Saúde; Ética.

**Eixo Temático 2:** As práticas de cuidado no contexto do Sistema Único de Saúde.

### **Referências**

AMORIM, A. C. C. L. A *et al.* Práticas da equipe de saúde da família: orientadoras do acesso aos serviços de saúde? **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, SC, v. 23, n. 4, p. 1077-1086, out./dez. 2014.

AQUINO, R. *et al.* Estratégia Saúde da Família e reordenamento do sistema de serviços de saúde. *In:* PAIM, Jairnilson Silva; ALMEIDA-FILHO, Naomar de (org.). **Saúde coletiva: teoria e prática**. 1. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2014. 353-371 p.

COUTINHO, L. R. P.; BARBIERI, A. R.; SANTOS, M. L. M. Acolhimento na Atenção Primária à Saúde: revisão integrativa. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 105, p. 514-524, abr./jun. 2015.

MORAIS, J. B. *et al.* Avaliação das pesquisas nos cenários da Atenção Primária à Saúde: produção, disseminação e utilização dos resultados. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 738-793, set. 2018.

SANTOS, D. S.; MISHIMA, S. M.; MERHY, E. E. Processo de trabalho na Estratégia de Saúde da Família: potencialidades da subjetividade do cuidado para reconfiguração do modelo de atenção. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 861-870, mar. 2018.